

Este é o terceiro livro derivado do processo de formação através da Residência Agrária no PRONERA-CED-UFSC, no qual foram realizados estudos nas linhas "Uso de metodologias participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural" e na linha "Formação de educadores e novas metodologias para a Educação do Campo". Os outros dois livros desta experiência são *Formação Interdisciplinar para o Trabalho em Áreas de Reforma Agrária: experiências de um Curso de Residência Agrária*; e *Escolas de Assentamentos em Santa Catarina: experiências e desafios que inter cruzam a educação vinculada a luta pela terra*, todos publicados pela mesma Editora e financiados com recurso público.

Como resultado de um processo que envolve a comunidade, movimentos sociais e Universidade, este livro traz reflexões que na avaliação daqueles que estiveram envolvidos podem contribuir para avançarmos na elaboração do conhecimento. Se não porque traga um conhecimento originalmente novo, espera-se que esta contribuição se dê pelas reflexões que o conhecimento humano historicamente produzido e já sistematizado e disponível pode propiciar quando dele nos apropriamos. E na contraposição e no confronto do conhecimento científico com os saberes populares, com respeito aos sujeitos e honestidade intelectual, articulados a um projeto histórico emancipador, podem sim surgir relevantes contribuições, apreendendo a realidade dentro dos limites e possibilidades presentes, mas com a certeza de que não basta interpretá-la: é preciso transformá-la, rumando à emancipação humana.

Venda Proibida



GRÁFICA
Copiart
EDITORA



FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR PARA O TRABALHO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Mauro Tifton
(Organizador)



Mauro Tifton
(Organizador)

FORMAÇÃO HUMANA E REFORMA AGRÁRIA

reflexões sobre práticas formativas e suas relações com as lutas sociais

O presente livro traz reflexões e contribuições ao debate elaboradas pelos estudantes e professores a partir dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) da Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária) da UFSC. Todos os envolvidos no processo tiveram a oportunidade de elaborar textos para compor a presente obra. Aqui constam os trabalhos daqueles que aceitaram o desafio. Agradecemos imensamente os trabalhadores e trabalhadoras assentados que receberam em seus territórios o coletivo do Curso. Boa leitura e bons debates!

FORMAÇÃO HUMANA E REFORMA AGRÁRIA:
reflexões sobre práticas formativas e suas relações com as lutas sociais



Mauro Titton
(Organizador)

FORMAÇÃO HUMANA
E REFORMA AGRÁRIA:
reflexões sobre práticas formativas
e suas relações com as lutas sociais



GRÁFICA
Copiart
EDITORA

Tubarão-SC
2016

© 2016 by Mauro Titton

Foto de capa:

Quadro de sementes feito coletivamente pelos estudantes em homenagem à Egídio Brunetto, militante escolhido para dar nome à Turma do Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária). Foto de Mauro Titton

Equipe Técnica sob Coordenação da Gráfica e Editora Copiart

Revisão
Sérgio Meira

Projeto gráfico, diagramação e capa
Rita Motta

Impressão
Gráfica e Editora Copiart

F82 Formação humana e reforma agrária : reflexões sobre práticas formativas e suas relações com as lutas sociais / Mauro Titton (Organizador). - - Tubarão : Ed. Copiart, 2016.
242 p. ; 21 cm.
ISBN 978.85.8388.085.1

1. Trabalhadores rurais - Educação - Santa Catarina.
2. Educação rural - Santa Catarina. 3. Ecologia agrícola.
4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
I. Titton, Mauro, 1976-

CDD (23. ed.) 370.91734098164

Elaborada por Sibebe Meneghel Bittencourt - CRB 14/244

Todos os direitos reservados aos autores. Este livro pode ser reproduzido, em partes ou em seu todo, desde que citada a fonte, exceto para fins de comercialização.

Sumário

Apresentação	I
Modo de vida e processos formativos no Assentamento Conquista de Sepé: aspectos históricos e contemporâneos.....	15
<i>Edinéia Karina Rodrigues</i> <i>Mauro Titton</i>	
A organização do trabalho coletivo no Assentamento Conquista no Litoral em Santa Catarina.....	59
<i>Ana Claudia dos Santos</i> <i>Célia Regina Vendramini</i>	
Os jovens no mundo do trabalho e o trabalho no horizonte dos jovens	89
<i>Greti Aparecida Pavani</i> <i>Célia Regina Vendramini</i>	
As mulheres no processo de produção e reprodução da vida no Assentamento Conquista de Sepé	III
<i>Raquel Forchesatto</i> <i>Mauro Titton</i>	

Assentamento Conquista no Litoral à luz dos princípios agroecológicos	161
<i>Eloize Yoshiko Kamei</i> <i>Letícia Silva Melo</i>	
Produção de alimentos para autoconsumo familiar no Assentamento José Maria em Abelardo Luz – Santa Catarina	177
<i>Geneci Ribeiro dos Santos</i> <i>Adriana D'Agostini</i>	
Limites e possibilidades para a agroecologia no Assentamento Conquista no Litoral	203
<i>Franciane Lourenço Gotardo</i> <i>Thelmely Torres Rego</i>	
Agroecologia, um olhar sociotécnico a partir da teoria dos sistemas agrários	219
<i>Oscar José Rover</i>	



Apresentação

Ao tratar da formação profissional em nível superior para atuação nas áreas de reforma agrária, além dos conteúdos básicos da formação de cada área do conhecimento, são essenciais conteúdos que permitam aos profissionais desenvolverem instrumentos de pensamento que lhes possibilitem realizar a apreensão da realidade em suas múltiplas determinações. Ao fazer tal afirmação, poderia ser objetado que esta exigência se faz presente para profissionais de qualquer área em qualquer campo de atuação, e não exclusivamente para aqueles que atuam nas áreas de reforma agrária. Concor damos! Porém, a realidade da atuação profissional nos demonstra que não é o que está ocorrendo. Inúmeros são os casos nos quais, ainda que os profissionais tenham bom conhecimento dentro de sua área específica, não conseguem realizar uma leitura da realidade e com isso veem sua atuação ser limitada ou mesmo interdita, pois mesmo que identifiquem correlações entre determinados fatos, não conseguem avançar para identificar nexos causais e planejar suas ações dentro das múltiplas e complexas relações que se alteram constantemente em cada contexto da realidade.

Se em geral podemos fazer tal constatação e identificar os prejuízos, tanto do ponto de vista financeiro quanto, e sobretudo, no concernente ao desperdício de trabalho e mesmo de vida humana, ao tratarmos das áreas de reforma agrária no Brasil, esta realidade se agudiza. Exemplos não faltam: desde Projetos de Desenvolvimento

de Assentamentos (PDA) que em nada se adéquam à realidade dos territórios onde são implantados os assentamentos (temos casos de PDA que preveem piscicultura em regiões do semiárido onde não há água disponível; ou assentamentos criados em áreas com plantio de pinus em que os trabalhadores assentados são proibidos de efetuarem o corte para liberar a área para outros cultivos; ou assentamentos implantados em área de preservação permanente, na mata atlântica, inviabilizando a produção agrícola; ou o fechamento de escolas nos assentamentos obrigando as crianças a permanecerem mais de seis horas diárias dentro do precário transporte escolar; etc., etc., etc.). Para além destes exemplos e inúmeros outros que cada um de nós possivelmente conheça, e para além de outros determinantes sociais, um elemento apresenta grande relevância: a formação profissional cada vez mais fragmentária em áreas especializadas interdita o planeamento e a realização das atividades de forma a compreender as múltiplas dimensões que estão nelas envolvidas.

Quando afirmamos que nas áreas de reforma agrária estas questões de ordem geral se agudizam, não estamos apenas dramatizando a situação. Nestas áreas, pensar qualquer uma das dimensões da vida que ali ocorrem necessariamente passa por um elemento definidor: a sua simples existência já é decorrente de processos sociais extremamente complexos que se articulam com os trabalhadores¹ em sua histórica luta pela terra e suas formas de organização (em sindicatos, partidos, movimentos sociais, etc.) que impactam todas as dimensões da vida humana.

¹ Nesta categoria, trabalhadores, estamos incluindo um amplo grupo social no qual estão inseridos os povos originários (índios), os quilombolas, os pequenos agricultores sem-terra, os ribeirinhos, os fundo de pasto, os trabalhadores que hoje encontram-se nas zonas urbanas fruto do processo de expropriação de suas áreas no campo, dentre outros. Como elemento definidor, estamos considerando sua relação com a propriedade dos meios de produção.

Se desconsiderado este fato, certamente os grandes problemas e questões da realidade tornam-se praticamente insolúveis. Identificar possibilidades de resolução das problemáticas que se apresentam em cada um dos aspectos que envolve a produção da existência nestas áreas necessariamente envolve quem são os sujeitos que irão desenvolver as atividades para tal fim. E os sujeitos que vivem nas áreas de reforma agrária geralmente tem um elemento definidor que lhe é dado exatamente pela sua inserção nas lutas pela terra que os constituem em um sujeito coletivo, em um movimento social que organiza suas ações. Ainda que o Movimento ao qual formalmente se vinculam possa estar, em alguns momentos, pouco atuante no assentamento, o movimento social que os levou a ali estar permanece como algo fundamental para sua atividade social. Podemos identificar isso nas atividades simples do cotidiano: desde o simples diálogo entre vizinhos, a história que os trouxe ali de locais muitas vezes muito diferentes e distantes mas com um mesmo contexto social de expropriação e exploração, até numa ida a algum órgão público para realizar algum serviço, sempre estão identificados como os sem-terra, que muitos deles conscientemente se autodenominarão como Sem Terra. E essa consciência do Sem Terra indica sua vinculação com processos mais amplos de luta pela superação da situação de exploração e expropriação a que historicamente estão submetidos, vinculando-os às lutas pela superação do capital, que hoje gera este processo.

Assim, este elemento é um daqueles que não pode ser esquecido em qualquer uma das frentes de atuação profissional. Pensar a produção agrícola e planejar o desenvolvimento do assentamento deve, necessariamente, considerar quem são os sujeitos que ali vivem, quais suas experiências produtivas anteriores, quais elementos culturais possuem, quais conhecimentos possuem acerca do território em que vivem agora e como compreendem o desenvolvimento deste território, quais conhecimentos sobre cultivos,

criações, manejo de solo, etc., estão presentes. Pensar a saúde, envolve pensar como produzem sua existência, condições de vida e de trabalho, alimentação, descanso, lazer, conhecimentos sobre os cuidados com o meio ambiente e consigo, etc. Da mesma forma pensar a educação não se restringe a pensar apenas o acesso à escolarização (ainda que a inclua e que esta seja muito importante, imprescindível nos dias atuais); é pensar o conhecimento popular articulado aos conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos, etc., os processos de autoformação e formação no e pelo trabalho, dentre muitos outros aspectos. Da mesma forma a cultura, a comunicação e os meios para tal, etc. Em síntese, as múltiplas dimensões da vida humana nestas áreas devem ser compreendidas em suas múltiplas determinações, o que inclui o elemento marcante de que a vida só se produz nestas áreas como consequência da organização e da luta dos sujeitos que aí estão.

Ocorre que exatamente porque a formação profissional segue a tendência de superespecialização, as dificuldades para que se consiga ter atividades melhor articuladas e mais qualificadas na atuação profissional também se amplia.² Uma das grandes reclamações dos trabalhadores assentados é que desde os PDA até sua implementação “tudo parece um monte de coisas que não tem a ver uma com a outra”, ou seja, há várias partes que não se articulam e muitas vezes conflitam. O plano de produção é descolado do planejamento das vias de acesso, que não se articula com as atividades de educação, que estão separadas do que está sendo orientado pela assistência técnica, que não considera os conhecimentos dos assentados, que traz implicações para a saúde mas que não é levado em consideração por esta área, etc.

² Relacionada a esta questão, a formação profissional que nega as teorias do conhecimento que permitem apreender o real também deve ser levada em consideração. Na maioria das vezes, o que vemos são teorias que encobrem o real e interditam as possibilidades do pensamento dele se apropriar.

Desta realidade, muito conhecida pelos movimentos sociais dos trabalhadores assentados, é que partiu a demanda para a Universidade Federal de Santa Catarina e seu Centro de Ciências da Educação contribuírem visando construir processos formativos que colaborem para sua superação. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento social que os trabalhadores criaram e continuam construindo na luta pela terra e pela emancipação, apresentou o desafio à Universidade, e a equipe que compunha o PRONERA-CED-UFSC, mesmo ciente de que há limitações, acolheu a demanda e coletivamente aceitou o desafio.

O livro que temos em mãos faz parte deste processo. Porém, para chegar até este momento de apresentar algumas das reflexões geradas nesta trajetória, muitos foram aqueles que se envolveram e que, de diferentes maneiras, colaboraram com o que aqui se apresenta.

Após debates iniciais, refletindo sobre como poderíamos desde a Universidade em que se formam os profissionais de nível superior que atuam nos assentamentos contribuir para superar problemas de sua formação ali mesmo realizada e refletir sobre sua atuação profissional, foi elaborado um projeto para um curso de pós-graduação lato sensu que deveria ter como características: ser interdisciplinar; fundamentar-se na Pedagogia do Movimento; refletir sobre a educação do campo e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos; e basear-se na agroecologia.

Com esta amplitude na reflexão, buscou-se na UFSC formar uma equipe com docentes de diferentes áreas. Ao todo foram docentes de treze diferentes Departamentos: Metodologia de Ensino; Estudos Especializados em Educação; Educação Física; Psicologia; Serviço Social; Sociologia e Ciência Política; Ciências Econômicas; Geociências; Arquitetura; Enfermagem; Saúde Pública; Nutrição; Zootecnia e Desenvolvimento Rural; ainda, o Colégio de Aplicação da UFSC e professores convidados do Teatro e das Artes Plásticas.

A formação considerou duas linhas centrais: a formação de educadores e novas metodologias; e uso e metodologias participativas aplicadas à pesquisa, à assistência técnica e extensão rural. Na formação de educadores, a experimentação pedagógica nas escolas de assentamentos e nas escolas itinerantes, bem como na formação profissional mereceram destaque, com conclusões comuns da necessidade de políticas públicas de valorização do magistério (melhoria salarial, melhores condições de trabalho, formação continuada, etc.) bem como as possibilidades já presentes de ampliar a formação em todos os níveis baseados na agroecologia. Nos processos participativos, pode-se afirmar que a formação das equipes multidisciplinares e o trabalho destas no diagnóstico, análise e formulação dos projetos de pesquisa e intervenção realizados qualificou o coletivo e parte da comunidade que participou do processo. Há indícios de alterações no trabalho nas equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em que atuam os estudantes/especialistas levando em consideração dimensões diversas e elementos integradores das diversas áreas de atuação profissional dos membros destas equipes, e, principalmente, ampliação da escuta da comunidade com suas demandas e reivindicações para a realização das atividades extensionistas, educativas e de assistência.

A partir do estudo de quatro assentamentos da reforma agrária do Estado de Santa Catarina, foram elaborados quatro projetos de pesquisa e intervenção pelas equipes multidisciplinares (estes estão publicados no livro *Formação Interdisciplinar para o Trabalho em Áreas de Reforma Agrária: experiências de um Curso de Residência Agrária*). Com esta fase, foram realizadas discussões com as comunidades e foram elaboradas e defendidas 31 monografias de base – 30 obtiveram aprovação. Na linha “Uso de metodologias participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural”, destaca-se como contribuição: a) a caracterização das áreas de reforma

agrária em suas múltiplas dimensões como base para o desenvolvimento dos PDAs; b) a constatação das diferenças de gênero entre as equipes de profissionais que atuam e entre os assentados como elemento que deve ser considerado na elaboração de políticas e nas atividades de extensão rural e assistência técnica; c) a necessidade de ampliação da assistência técnica dirigida à agroecologia e às atividades produtivas e modo de vida para a transição agroecológica.

Ainda, as contribuições das pesquisas da linha “Formação de educadores e novas metodologias para a Educação do Campo”, sistematizadas na relação com as escolas dos assentamentos estudados e educadores destas escolas e outras, destaca: a) a constatação da necessidade da formação continuada dos professores, garantidas por políticas de valorização do magistério; b) o trabalho educativo com a juventude como base para a melhoria das condições nos assentamentos; c) a importância do avanço no uso de TICs; d) a relevância das experiências pedagógicas nas escolas itinerantes e escolas de assentamentos. Desta linha foi publicado um livro intitulado “*Escolas de Assentamentos em Santa Catarina: experiências e desafios que inter cruzam a educação vinculada a luta pela terra*”, também fruto deste esforço formativo.

Ao final, houve a formação de 30 especialistas, capacitando-os em nível de pós-graduação para o trabalho em equipes multidisciplinares. As contribuições mais relevantes relacionam-se a: a) o detalhamento dos processos produtivos em distintos territórios e suas articulações e possibilidades com a transição à agroecologia; b) a relevância da articulação da formação para o trabalho interdisciplinar em coletivos de profissionais de diferentes áreas do conhecimento; c) na relação dos estudos e debates de gênero com a produção de base agroecológica, em especial destacando o potencial de mudanças presente nas áreas de reforma agrária; d) identificar elementos da questão agrária no oeste catarinense como elemento integrador da configuração dos territórios onde há áreas de reforma agrária; e) partindo do já reconhecido papel dos movimentos

sociais na organização de setores populares para conquista de direitos sociais, um elemento novo indicado é a relevância do MST nos processos de transição de modelos agrícolas rumo à agroecologia como elemento integrador de direitos sociais.

A formação em nível de especialização de profissionais das equipes de Assistência Técnica, de Extensionistas e de educadores das escolas das áreas de reforma agrária impactam na melhoria da qualidade dos projetos e processos por eles desenvolvidas. Nas monografias, que sintetizam o conhecimento sistematizado/construído nesse processo, destaca-se: a) a possibilidade de melhoria na realização e implementação dos PDA quando realizados partindo de um diagnóstico que considere a integração da base produtiva instalada, da infraestrutura, do potencial produtivo, dos processos educativos, da saúde, das políticas públicas disponíveis, o que é possível pelo trabalho interdisciplinar em coletivos; b) a melhoria dos processos educativos integrando-os às demais dimensões da produção da vida nas áreas; c) a crítica às políticas públicas que não permitem ou dificultam o acesso dos agricultores familiares e camponeses ao não contemplarem a realidade local; e) as possibilidades de integrar o acesso a determinadas políticas públicas com a transição da produção agrícola convencional para a agroecologia, como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ao final deste processo, algumas das produções foram sistematizadas para o que segue neste livro. Estas produções, à exceção do último capítulo, são fruto de intenso trabalho coletivo. A partir das monografias de conclusão do Curso é que foram elaborados, porém, não são produção individual. No projeto metodológico, um dos elementos que merece destaque foi a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso – as monografias – de forma individual, porém, tomando como base e referência o projeto de pesquisa e intervenção que foi elaborado coletivamente. Para este projeto, foram

organizados quatro coletivos multidisciplinares com os estudantes do Curso e cada um desses coletivos realizou em um Assentamento diferente as fases de residência, com o desafio de realizar uma leitura de realidade e sistematização coletiva em forma de projeto, com a contribuição das diferentes áreas de formação e atuação profissional de cada estudante. Este processo está melhor explicitado no livro *“Formação Interdisciplinar para o Trabalho em Áreas de Reforma Agrária: experiências de um Curso de Residência Agrária”*, que também contém reflexões derivadas da experiência deste Curso.

No que segue neste livro, assim como nos dois livros anteriores derivados deste processo, aparecem as contradições presentes na formação e na atuação profissional. Temos a certeza de ter contribuído para aprofundar a reflexão e melhor qualificar os envolvidos na trajetória, assim como temos certeza que não superamos parte significativa dos problemas indicados ao longo deste livro. Porém, o conhecimento avança dentro das condições realmente existentes, e não apenas com a vontade dos envolvidos, e é por isso que apresentamos esta publicação, buscando contribuir.

No capítulo intitulado *Modo de vida e processos formativos no Assentamento Conquista de Sepé: aspectos históricos e contemporâneos*, os autores Edinéia e Mauro trazem uma reflexão sobre o modo de vida dos tralhadores assentados. Traçam brevemente um histórico da educação do MST e argumentam acerca da necessidade de diferenciar esta da educação do campo, argumentando que a educação do campo inclui a educação do MST, mas que esta última tem a especificidade de ser uma educação claramente delimitada como de classe (trabalhadora) enquanto aquela é mais ampla. Ainda, com política pública a educação do campo está em disputa e tem sido apropriada tanto pelo Estado quanto pelos capitalistas do campo, o que implica em contradições que precisam ser levadas em conta. Conceituam a agroecologia e destacam os condicionantes da organização do trabalho no atual projeto histórico e a importância do trabalho coletivo e

cooperado sobre o modo de vida. Dito isto, articulam uma importante conceituação clássica sobre modo de vida com os elementos identificados no assentamento estudado durante o período de residência, concluindo que uma das possibilidades que se apresentam é de retomada e fortalecimento do debate e prática do trabalho coletivo e cooperado e da agroecologia para a melhoria das condições de vida.

No capítulo seguinte, intitulado *A organização do trabalho coletivo no Assentamento Conquista no Litoral em Santa Catarina*, as autoras Ana e Célia fazem um importante resgate, a partir do marxismo, do conceito de trabalho e de trabalho coletivo. Dizem que o diferencial do assentamento estudado é a forma cooperada de produção, sem a demarcação de lotes individuais e as principais atividades são o cultivo de hortaliças e os serviços de logística e distribuição da produção própria e de hortaliças produzidas por pequenos produtores da região. Segundo as autoras, “*A cooperação pode começar com as formas mais simples e ir aos poucos tornando-se mais complexa, até chegar às superiores, em que a terra e o trabalho sejam administrados de forma coletiva. Este é o caso do assentamento estudado.*” Partindo das observações realizadas in loco, dos diálogos com os assentados e de entrevistas realizadas, as autoras evidenciam que há contradições presentes neste processo, mas que devido às condições da área em que o Assentamento foi implantado – área de preservação permanente, de mata atlântica – se não houvesse a organização do trabalho cooperado e coletivo há claro indicativo de que a qualidade de vida seria muito pior. Concluem que ainda que identifiquem-se contradições, em especial advindas das relações de produção capitalistas, a experiência do assentamento indica a justeza da defesa do MST em relação ao trabalho coletivo e cooperado como meio de desenvolvimento da consciência e de melhoria das condições de vida.

Já no capítulo *Os jovens no mundo do trabalho e o trabalho no horizonte dos jovens*, de autoria de Greti e Célia, o foco é a relação dos jovens com o mundo do trabalho, dando destaque que pela

realidade atual do Assentamento Conquista de Sepé – que tem a maior parte das terras utilizadas com um plantio de pinus que antecede a implantação do assentamento e ao serem ali assentados os trabalhadores foram proibidos de realizar o corte e retirada para liberar as áreas para outros cultivos – tal relação se dá pelo trabalho assalariado fora da área de reforma agrária. A partir de observações e entrevistas com os jovens, as autoras afirmam que há *“interesse dos jovens entrevistados em permanecer no assentamento e viver do cultivo da terra. A saída para o trabalho assalariado é uma necessidade e não um desejo dos jovens, especialmente pelo tipo de trabalho em que estão inseridos, simples e precário, nos frigoríficos, fábricas e plantações no entorno do assentamento.”*

As mulheres no processo de produção e reprodução da vida no Assentamento Conquista de Sepé é o título do capítulo seguinte, no qual os autores Raquel e Mauro trazem elementos para compreender como ocorre a participação das mulheres no processo de produção e reprodução da vida no assentamento pesquisado. Para tal, trazem uma breve recuperação conceitual sobre gênero no MST e baseados em estudo bibliográfico recuperam o papel fundamental das mulheres na criação da agricultura relacionando com a relevância que estas possuem na atualidade para o processo de transição de modelo de agricultura visando à agroecologia. Com a realização de observações e de entrevistas, dizem que *“foi possível perceber a dificuldade de participação das mulheres em espaços de formação internos e externos ao Assentamento; mais que isso, o debate de gênero pouco perpassa pela realidade vivida no local. Há, fortemente, traços que indicam a divisão de papéis femininos e masculinos no que se refere ao trabalho realizado pelas famílias.”* Concluem, com isso, que o debate e ações sobre as relações de gênero e a agroecologia como uma forma de produção e reprodução da vida que pode auxiliar também no processo de superação das desigualdades de gênero são fundamentais e para tal ações de formação que pautem estas questões são necessárias.

No capítulo seguinte, *Assentamento Conquista no Litoral à luz dos princípios agroecológicos*, Eloize e Letícia trazem uma elaboração

que inclui o restante do coletivo de pesquisa de que participaram destacando elementos de “*uma análise do sistema de produção, dando enfoque ao modo coletivo de convívio e de organização do trabalho em uma área de Reforma Agrária, a saber, o Assentamento Conquista no Litoral e as perspectivas da adoção de um modo de produção agroecológico.*” Baseando-se no conceito de agroecologia do “discurso político-produtivo” do MST, em termos de seu ideário de reforma agrária popular, as autoras destacam que o elemento de maior relevância no território estudado é a organização coletiva para a produção, mas que contraditoriamente não há avanços em outros, como no caso da produção que permanece sendo realizada de forma convencional. Finalizam indicando que há possibilidades de avançar rumo à transição à agroecologia, mesmo com contradições, e que o MST pode desempenhar papel mais relevante neste aspecto.

No capítulo intitulado *Produção de alimentos para autoconsumo familiar no Assentamento José Maria em Abelardo Luz – Santa Catarina*, as autoras Geneci e Adriana demonstram que a produção de alimentos para autoconsumo tem implicações que geralmente não são consideradas pelos próprios trabalhadores, tanto no concernente à qualidade da produção quanto no que se refere à renda familiar. Partindo de uma caracterização dos modelos de produção de alimentos do assentamento e de questionários, buscam quantificar o retorno econômico para a família através da prática de produzir seus próprios alimentos e destacam o papel central das mulheres assentadas na produção de alimentos para o autoconsumo. O estudo traz dados muito relevantes ao quantificar o valor (em moeda corrente) do que é produzido para autoconsumo em seis famílias que serviram de amostra do estudo: a renda anual varia de R\$ 14.558,40 a R\$ 36.500,28, se considerado o valor dos produtos no mercado local. De extrema importância, este estudo demonstra que a produção de alimentos para autoconsumo realizada pelas famílias assentadas é de suma relevância para reprodução social das unidades familiares e também aponta que quando considerada a renda não

contabilizada gerada por esta produção, verifica-se sua importância para a autonomia do mercado em relação à alimentação familiar.

Antes de seguir com a apresentação dos demais capítulos, considero relevante demarcar um elemento que aparece no estudo de Geneci e Adriana – a renda indireta gerada pela produção de autoconsumo, que é majoritariamente realizada pelas mulheres, geralmente é desconsiderada pelas famílias assentadas – relacionando-o com outro do estudo de Raquel e Mauro – na divisão sexual do trabalho presente no assentamento, considera-se o que será atribuído a cada sexo segundo uma classificação em atividades leves (mulheres) ou pesadas (homens) e para tal definição o critério não é se de fato a atividade exige menos ou mais esforço físico, mas sim se gera renda ou não, e aí se incluem como leves o trabalho doméstico e de produção para autoconsumo, ainda que o esforço físico seja intenso. Ao articular estes elementos, fica muito evidente um mecanismo de desvalorização da mulher através de seu trabalho, pois o trabalho doméstico e de autoconsumo, atribuídos socialmente às mulheres, por não gerarem renda diretamente ao não serem comercializados, forjam uma identificação das mulheres com a improdutividade, desvalorizando-as. Se considerarmos que parte significativa do tempo liberado do “trabalho agrícola” é gasto pelas mulheres com as atividades domésticas enquanto os homens “descansam”, agrava-se ainda mais a situação de desigualdade e de submissão e superexploração a que estão submetidas as mulheres, inclusive as assentadas.

Ao passarmos para o capítulo seguinte, *Limites e possibilidades para a agroecologia no Assentamento Conquista no Litoral*, de Franciane e Thelmely, veremos que as autoras trazem a percepção das famílias assentadas sobre a agroecologia e buscam apontar limites e possibilidades para o desenvolvimento da agroecologia naquele território. Realizam uma recuperação da agroecologia no MST e no próprio Assentamento, que já teve experiências de produção orgânica, e demonstram que as relações do sistema social também se

fazem ali presentes, trazendo contradições relevantes, pois ao tempo que identificam como possibilidades para avançar na transição agroecológica a organização do trabalho realizado de forma coletiva, indicam os limites derivados da necessidade de produzir para cumprir contratos com o mercado para poder gerar renda suficiente para manter a reprodução da vida.

O último capítulo deste livro, nas palavras do próprio autor Oscar, *“lança um olhar didático sobre dois diferentes modos de produção agropecuária, que cada vez mais se evidenciam, mundo afora, como contraditórios: de um lado, aquele denominado de agroecológico, de outro, o que se tornou convencional a partir da modernização da agricultura, marcado pela sua forte dependência de insumos químicos, motomecanização e sementes melhoradas geneticamente.”* Importante aporte teórico, este último capítulo deriva de estudos do autor que, como professor do Curso, teve a oportunidade de dialogar estes elementos com os profissionais cursistas.

Como resultado de um processo que envolve a comunidade, movimentos sociais e Universidade, este livro traz reflexões que na avaliação daqueles que estiveram envolvidos podem contribuir para avançarmos na elaboração do conhecimento. Se não porque traga um conhecimento originalmente novo, espera-se que esta contribuição se dê pelas reflexões que o conhecimento humano historicamente produzido e já sistematizado e disponível pode propiciar quando dele nos apropriamos. E na contraposição e no confronto do conhecimento científico com os saberes populares, com respeito aos sujeitos e honestidade intelectual, articulados a um projeto histórico emancipador, podem sim surgir relevantes contribuições, apreendendo a realidade dentro dos limites e possibilidades presentes, mas com a certeza de que não basta interpretá-la: é preciso transformá-la, rumando à emancipação humana.

Mauro Titton

Organizador



Modo de vida e processos formativos no Assentamento Conquista de Sepé: aspectos históricos e contemporâneos

*Edinéia Karina Rodrigues¹
Mauro Tilton²*

Este trabalho foi desenvolvido a partir da vivência realizada no Assentamento Conquista de Sepé, no estado de Santa Catarina, durante as fases de Residência Agrária do Curso de Especialização. Tem como objetivo principal identificar os processos formativos da realidade do Assentamento Conquista de Sepé, partindo do modo de vida e seus aspectos históricos e contemporâneos. Os objetivos específicos são: conceituar a educação do MST; apontar aspectos da relação da educação do MST com a educação do campo; conceituar e identificar componentes do modo de vida; identificar elementos formativos presentes no Assentamento. As reflexões apresentadas surgem a partir de leitura da realidade do Assentamento, que foram realizadas durante os quatro módulos de tempo na comunidade.

¹ Professora da rede pública municipal, formada em Pedagogia; Especialista em Educação Especial; especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia. E-mail: karinaekr_@hotmail.com

² Professor do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Doutor em Educação. Orientador do TCC que origina o presente capítulo.

Há fatores relevantes, como a necessidade de trabalhar fora do assentamento, falta de espaços de educação, de formação, de lazer, de espaços para a juventude, ou ainda a grande quantidade de pinus diminuindo a área agricultável³ e a conseqüente baixa produção agrícola, que trazem implicações sobre o modo de vida e dificultam a organização da produção da vida no Assentamento Conquista de Sepé. Diante destes fatores, constatou-se que as famílias que ali vivem apresentam a necessidade de ampliar e desenvolver a produção no interior do Assentamento. Portanto, percebe-se que mesmo as famílias possuindo um meio de produção, a terra, não conseguem garantir seu próprio sustento exclusivamente do lote em decorrência da realidade ali encontrada, o que exige intervenções qualificadas e planejadas com vistas à superação dos problemas ali presentes.

Neste estudo, o método de abordagem utilizado é o qualitativo. De acordo com Minayo (2000, p. 21), a pesquisa qualitativa trabalha com um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Neste tipo de pesquisa, a escolha dos instrumentos de coleta de dados deve ser influenciada pelo tipo de estudo e seus objetivos.

Nesta perspectiva, foram utilizados como procedimentos metodológicos suportes diferenciados de cunho qualitativo com trabalho de campo. A pesquisa de campo recolheu dados no intuito de compreender como ocorre a produção no interior do Assentamento pesquisado, na perspectiva de compreender porque as famílias não conseguem garantir a produção de maneira autônoma. Os encaminhamentos metodológicos contemplaram as seguintes atividades: vivência coletiva no assentamento a partir do Tempo Residência; diário de campo; levantamento de bibliografias, com leitura e fichamento das mesmas.

³ Afirmamos que a presença do plantio de pinus diminui a área agricultável porque o assentamento foi instalado em um local no qual já havia esta plantação e os trabalhadores assentados foram proibidos pelo poder público de efetuarem o corte dos pinus para liberação da área para a produção de outros cultivares de seu interesse.

I Processos formativos e educação do MST: princípios, concepções e reflexões

Desenvolver a educação das massas, condição da consolidação das conquistas e das realizações revolucionárias, significa fazê-la compreender seus interesses de classe, as questões vitais e urgentes que derivam da luta de classes, significa dar-lhes uma consciência mais clara e mais exata dos objetivos sociais da classe vitoriosa (PISTRAK, 2005, p. 33).

Inicia-se este capítulo com a epígrafe acima, no intuito de afirmarmos que a educação proposta pelo MST é uma educação diferente (da capitalista), que valoriza e respeita o ser humano, voltada aos interesses da classe trabalhadora. Na perspectiva do que indica a epígrafe, busca articular o trabalho, a educação, a auto-organização e a produção considerando os elementos da realidade.

O MST existe há 31 anos e nasce com o desafio histórico de resgatar as experiências de outros movimentos e da luta pela terra em geral, buscando nas experiências históricas de outros movimentos camponeses do Brasil ensinamentos acumulados pela classe trabalhadora no e do campo. Neste sentido, o MST sempre se considerou herdeiro das lutas sociais, tais como das Ligas Camponesas, do Contestado e de tantas outras. Da Ligas Camponesas há as referências históricas da organização, que ocorreu de maneira bastante similar, nas décadas de 50 e 60, na perspectiva de aprender com os erros e acertos, consolidando a forma de organização própria do MST.

O MST nasce com desafios organizativos internos de ser

Um movimento de massa, que realizava lutas de massa, através de diversas formas como: ocupações de terra, assembleias massivas, caminhadas, marchas, audiências massivas, ocupações de prédios públicos, etc. Mas não bastava a vontade de lutar. Era necessário saber enfrentar os muitos

desafios que as oligarquias rurais impunham e sua força, que há tantos anos vinham impedindo a realização de uma verdadeira reforma agrária no país (STÉDILE, 1997, p. 103).

Partindo da história das lutas sociais que o antecederam, o MST criou formas organizativas próprias com o intuito de potencializar a luta pela terra de maneira organizada, sempre com um caráter classista. Os princípios organizativos construídos nesta trajetória são: vinculação permanente com as massas, lutas de massa, divisão de tarefas, direção coletiva, disciplina, formação de quadros e mística. Esses princípios organizativos visam uma unidade política e social, como um instrumento que possibilita planejar coletivamente, distribuir tarefas e delegar responsabilidades. Estes princípios servem como um instrumento de estudo e orientação para as atividades organizativas e formativas, isto porque não basta dizer que sabe, é preciso saber se o que se sabe é suficiente para levar o Movimento aonde se quer chegar (MST, 2005a).

Sendo o MST um movimento social de luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social, já em seu surgimento articula suas ações à luta pela educação, na perspectiva de se desenvolver a consciência de classe dos Sem Terra⁴, para que possam assumir a lógica do pensar e fazer com autonomia de classe.

Para o MST, investir em educação é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra, um gesto, aliás, que se encontra

⁴ A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo que não possui sua terra de trabalho é tão antiga quanto à existência da apropriação privada deste bem natural. No Brasil, a luta pela terra e mais recentemente a atuação do MST, acabaram criando na língua portuguesa o vocabulário sem-terra, com hífen, e com o s na flexão de números (os “sem-terras”), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedades ou de posse da terra de trabalho, projetando, então, uma identidade coletiva. O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o s, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, Sem Terra, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia (CALDART, 2004, p. 19-20).

no cerne da Pedagogia do Movimento. Aqui, educar é o aprendizado coletivo das possibilidades da vida. As dores e as vitórias são face e contraface do mesmo processo. (TIERRA apud STÉDILLE, 1997, p. 223).

Portanto, entende-se aqui que, para os sujeitos que compõem este movimento social, a educação da classe trabalhadora é a educação vivenciada pelo e no MST, pois esta educação busca fazer com que as famílias assentadas e acampadas reflitam em seu cotidiano sobre as relações de exploração existentes na sociedade capitalista. O MST, desde sua consolidação, tem em sua essência a educação, aquela que ocorre no dia a dia das famílias, em uma reunião de grupo, na assembleia, nos encontros da juventude, no clube de mães, nas rodas de chimarrão, nos encontros das coordenações, na escola, nos centros de formação, entre outros. Ou seja, para o Movimento, o modo de vida educa, portanto, é preciso que todos compreendam o modo de vida e a perspectiva educativa que ele contém, para que se possa aprofundar os elementos humanizadores e superar aqueles que desumanizam.

O MST, diante dos desafios e contradições, tanto de sua própria prática quanto aqueles identificados nas experiências das lutas ao longo da história, busca aliar a luta política à econômica, mantendo-se organizado na perspectiva de promover a conscientização e ao mesmo tempo a mobilização dos trabalhadores do campo, pautado na função social da terra.

Para Dalmagro e Vendramini (2010), o MST é uma forma de luta dos trabalhadores na atualidade, fruto do estágio mais avançado do capitalismo e de suas explosivas contradições, que expressa a luta dos homens pelo acesso às condições elementares de sobrevivência e ao mesmo tempo por suas necessidades mais gerais. Nessa perspectiva, o MST é a expressão mais clara da contradição do sistema capitalista no campo na atualidade. Pode-se afirmar que ser

integrante deste Movimento, mesmo visando primeiramente o acesso à terra, tem seu caráter educativo.

A luta dos integrantes do MST se inicia primeiramente pelo acesso à terra e paulatinamente vai se ampliando com a luta política e a consciência de classe. O MST possibilita aos sujeitos das famílias acampadas e assentadas problematizarem sua condição de sem-terra e, para isso, o MST criou espaços educativos, que são: os próprios acampamentos e assentamentos, a participação nas mobilizações, os encontros, os cursos, as marchas, as ocupações, o estudo individual e coletivo em espaços informais e formais, as assembleias e muitos outros.

No contexto de lutas e de processos educativos, buscando sistematizar e elaborar suas experiências, em 1996, o MST publica os “Princípios de Educação do MST” (MST, 1996), definindo de forma clara os objetivos pedagógicos e filosóficos, retomando a discussão sobre a filosofia de educação do Movimento na qual amplia o conceito de educação, não se restringindo somente àquela desenvolvida na escola. Tais princípios orientam a militância do MST.

O documento diferencia o significado dos princípios filosóficos e princípios pedagógicos. Por princípios filosóficos, entende-se que eles “dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo do MST” (MST, 1996, p. 4). Já ao tratar dos princípios pedagógicos, o documento afirma que estes

(...) se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os princípios filosóficos. Dizem dos elementos essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção para o fato de que pode haver práticas diferentes a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos (MST, 1996, p. 4).

Este documento visa dar direcionamento à proposta pedagógica, entendendo a educação como um instrumento fundamental na formação humana, política, cultural e social, contribuindo com a organização política do MST.

Os objetivos filosóficos são:

[...] Educação para o trabalho e a cooperação – o MST em sua proposta educativa deve estabelecer “a relação necessária que a educação e a escola devem ter com seu tempo histórico”. É a construção de novas relações sociais e formação para a cooperação se faz num instrumento necessário dessa construção. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana – defende-se aqui que a educação do MST assuma um caráter omnilateral, que trabalhe em cada uma de suas atividades com as várias dimensões da formação humana. Educação com/para valores humanistas e socialistas – a educação do MST tem como tarefa orgânica ajudar no processo de construção do novo homem e da nova mulher, pessoas que tragam em sua formação princípios verdadeiramente humanos. Educação como processo permanente de formação e transformação humana – assim para o MST que se pretende com a educação homens e mulheres que tenham consigo valores verdadeiramente humanos é preciso organizar as condições objetivas para que os envolvidos no processo pedagógico vivam essas mudanças (MST, 2005b, p. 161-165).

E os princípios pedagógicos:

Relação entre teoria e prática; Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; A realidade como base da produção do conhecimento; Conteúdos formativos socialmente úteis; Educação para o trabalho e pelo trabalho; Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; Gestão democrática; Auto-organização dos/as estudantes; Criação de coletivos pedagógicos

e formação permanente dos educadores/ das educadoras; Atitude e habilidade de pesquisa; Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais (MST, 2005b, p. 165-176).

A gênese de ser Sem Terra nasce no interior do Movimento e continua se desenvolvendo até a atualidade, pois é uma identidade historicamente construída e nasce como afirmação de uma condição social e de uma identidade coletiva. A conjuntura histórica exige do MST um jeito de lutar pela terra específica e é justamente este jeito de lutar pelo acesso à terra que forma seus militantes.

Considerando este período histórico, é a partir das experiências e das necessidades que foram surgindo que o MST cria o seu Setor de Educação. Mesmo considerando que a luta pela terra e pela reforma agrária em si é educativa, o Movimento percebe a necessidade de se consolidar um setor que pautar a presença da democratização da educação. Segundo Stédile (2004), o Setor de Educação é fruto do mesmo processo que contém um aprendizado e uma necessidade: a organização interna para derrubar a cerca da exclusão do conhecimento. Nesse processo, o Setor de Educação é o espaço aglutinador de lutas importantes para o Movimento, que consiste em lutar pelo acesso ao conhecimento e pela escolarização em todos os níveis de ensino.

O MST afirma que é necessário haver uma consciência de que o acesso à educação é fundamental, visando espaços didáticos e pedagógicos. Ressalta, ainda, que somente o acesso à terra não é suficiente para manter a autonomia produtiva das famílias assentadas. É necessário, primeiramente, ter consciência política e de classe para que a luta continue por educação, saúde, infraestrutura, moradias e outros.

Para Stédile (2004), o MST aprendeu que, sem conhecimento científico e sem o acesso à educação, não será possível construir uma sociedade democrática. Aprendeu, ainda, que o conhecimento

é tão importante quanto a terra, pois ela é um bem da natureza, que pode e deve ser democratizado, mas o conhecimento não só liberta as pessoas, como também as transforma, ajudando a transformar a própria terra e o acesso que a ela que é negado pelas condições sociais existentes. Nessa perspectiva, é extremamente importante para o MST formar o educador popular, pois o conhecimento deve ser partilhado, no qual todo militante é, acima de tudo, um educador popular. Segundo Stédile (2004, p. 71)

Como já dissemos na nossa consigna, “sempre é tempo de aprender” e, “todos apreendemos juntos”. As conquistas de nosso Movimento não serão medidas na história pelo número de hectares conquistados: serão medidas pelo grau de consciência e participação social e política de nossa base. É um povo sabido, é um povo digno, liberto.

Sabemos que a condição de sem-terra existe devido ao modelo agrário brasileiro e esta condição também exclui outros direitos. O direito abordado aqui é o do acesso à educação, pois espaços de acampamentos e assentamentos apresentam baixos níveis de escolaridade. No final da década de 1990, o Censo da Reforma Agrária de 1997, realizado pelo INCRA, apontou que 29,5% de jovens e adultos dos assentamentos eram analfabetos, porém, em algumas regiões do país, esse índice chegava a 80%, sendo que menos de 2% dos assentados havia concluído o ensino médio.

É nesse contexto que o MST assume o debate sobre a democratização da educação, pois somente a formação política assumida no cotidiano das famílias não daria conta de despertar nelas a consciência de classe, almejando a transformação social. O debate em torno da garantia de escolas nas áreas de reforma agrária torna-se pauta de luta do MST. Porém, não apenas a luta para acessar qualquer escola com qualquer proposta educativa: defende que é necessário desenvolver uma proposta de educação pautada no

conhecimento científico, que não negue o contexto em que a escola está inserida, uma educação capaz de proporcionar às crianças, aos jovens e aos adultos conhecimentos e experiências, preparando-os criticamente e criativamente para participar dos processos de mudanças da sociedade. Para isso, o MST toma como linha geral os princípios pedagógicos e filosóficos já descritos e, de acordo com o contexto histórico, aprimora as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas do Movimento, baseando-se nos conhecimentos que a histórica luta dos trabalhadores nos legou.

Na concepção de educação pautada pelo Movimento, defendem-se as matrizes do trabalho, da luta social, da organização coletiva, da cultura e da história. Dentre essas matrizes, destaca-se a matriz do trabalho como atividade humana criadora, produzindo o homem como um ser histórico e social. Atualmente, o MST está desenvolvendo uma experiência pedagógica voltada para os Complexos de Estudo, tendo como referência teóricos russos, como Pistrak, Shulgin, Krupskaja, o que demonstra que para além dos espaços extraescolares, acredita-se que na escola também se fazem necessárias teorias científicas que auxiliem na compreensão da realidade.

O MST também construiu centros de formação que visam possibilitar aos trabalhadores e trabalhadoras assentados e aos militantes do Movimento cursos de nível médio e de educação profissional, combinando objetivos de escolarização, formação para o trabalho, capacitação organizativa e formação política-ideológica. As referências são: o Instituto Josué de Castro (IEJC/RS), Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF/SP), Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (ITEPA/PR), Escola Milton Santos (EMS/PR) e vários outros centros de formação espalhados pelo país. Esses centros de formação foram criados com o intuito de formar os trabalhadores para que tenham formação técnica e profissional específica e de qualidade em suas áreas de atuação, visando desenvolver conhecimentos, habilidades, métodos e posturas necessárias aos novos

processos de trabalho que vêm sendo produzidos na luta social (CALDART; DAROS; ALMEIDA, 2013).

Enquanto formação política, técnica e profissional, o MST já realizou muitos cursos. Segundo dados do site do MST⁵, são mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos; 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação; 50 mil adultos alfabetizados; 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores, mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo país. Percebe-se a preocupação do MST com a formação dos trabalhadores assentados, seus militantes ou não.

Cabe reafirmar que a educação no MST não pode ser analisada de maneira separada do contexto social de luta pela terra, pois para o MST não existe a produção do conhecimento de maneira neutra, estando sempre articulada à uma concepção de homem e de sociedade. A luta de classe está presente no campo e o Movimento dela participa dando o combate através de sua organização. Contudo, persiste para o MST o desafio de continuar desenvolvendo a formação política para as famílias acampadas e assentadas, retomando os valores socialistas e humanistas propostos pelo Movimento, efervescendo nas famílias a vontade de persistir na luta.

Compreendemos que o novo nasce do velho, mas não de forma espontânea, e que a história está em constante movimento, sendo determinado pelo período histórico. O MST como fruto e parte da história de lutas da classe trabalhadora também é assim, está em constante movimento, gerado pelas contradições do sistema capitalista, e necessita continuar formando quadros que visem com utopia a construção da justiça social e que em sua prática cotidiana busque conhecimento que possibilite promover a ruptura com a ordem estabelecida.

⁵ Ver <<http://www.mst.org.br/educacao/>>, acessado em 14/08/2015.

Exatamente pela necessidade de ampliar as forças de luta da classe trabalhadora imposta pelo tempo histórico atual, as concepções, teorias e princípios devem ser claros e estar de acordo com o projeto histórico que se defende. O MST é protagonista de diversas experiências formativas, inclusive tendo colaborado com a criação de novas concepções pedagógicas e educacionais. A educação do campo é uma delas.

O conceito *educação do campo* surge a partir de uma ampla discussão realizada pelos movimentos sociais do campo junto com organizações públicas e privadas e de organismos internacionais, especialmente visando a construção de políticas públicas educacionais para os assentamentos da reforma agrária. A terminologia “campo” nasce dessa configuração, repercutindo após o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), encontro este realizado em 1997, promovido pelo MST, UnB, UNESCO e CNBB, que tinham por objetivo ampliar o debate nacional sobre a educação do meio rural, levando em conta o contexto do campo em termos de cultura específica quanto à maneira de ver e de se relacionar com o tempo, espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 13-14).

Em 1998, seguindo o impulso dado pelo I ENERA, foi realizada a I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, a fim de discutir melhorias para o ensino dos anos iniciais. Na ocasião, as palavras Educação do Campo recebem uma nova conotação, como afirma Caldart (2004), sendo um momento de batismo coletivo, de um jeito de lutar e pensar a educação do povo brasileiro que vive e trabalha no e do campo. Assim, o que antes era tratado como educação rural, passa, com os movimentos sociais e seus “parceiros”, a ser discutido como Educação do Campo e adquire uma nova perspectiva de educação para os povos do campo.

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p. 26 – grifos no original).

Ao tratar da Educação do Campo, uma referência imprescindível é a coleção de Cadernos da Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Ali, destaca-se que ela nasce como contraponto à educação rural, por isso a necessidade de assumir outra terminologia. Além disso, tem em seu surgimento forte reivindicação de políticas públicas de educação para a população do campo. Porém, não são apenas as organizações dos trabalhadores que estão presentes na disputa por políticas, pois trata-se de um elemento que compõe a luta de classes, portanto, envolvendo além dos interesses da classe trabalhadora também os interesses de sua classe antagônica, os capitalistas da classe burguesa e dos proprietários rurais.

Nesta última década, avança no campo brasileiro a hegemonia do capital, o agronegócio, impulsionando a entrada do capital financeiro na agricultura. O Estado exerce seu papel de facilitador, financiando-os com recursos públicos. Essa forma de dominação trouxe mudanças na forma de dominar a produção das mercadorias agrícolas, construindo uma aliança de classe entre as empresas transnacionais, o capital financeiro, as empresas de comunicação de massa e os grandes proprietários de terra, com o intuito de controlar a produção agrícola das commodities (mercadorias agrícolas padronizadas), implicando no controle do mercado e dos preços agrícolas.

Nesta lógica de produção e acumulação do capital, o Estado desempenha papel de sustentação, atendendo às demandas das grandes empresas e do capital financeiro, expandindo o agronegócio.

E demonstrando neste contexto um interesse pela educação da população do campo.

As investidas das classes dominantes do campo na educação merecem uma reflexão especial, tendo em vista que há um claro interesse em apropriar-se do discurso pela defesa da educação dos trabalhadores rurais do campo, no sentido de afirmar (confundir) à sociedade que os representantes do agronegócio também estão empenhados em superar as desigualdades (APEC, 2013, p. 67).

Dessa maneira, o capital está se apropriando de terminologia de *educação do campo*, que tem sua origem nas práticas dos movimentos sociais do campo e que através de mobilizações e lutas conquistaram o direito à acessar a política pública conseguindo o reconhecimento na legislação vigente. Sobre este aspecto, atentamos que se há por parte da burguesia e dos latifundiários, apoiados pelo Estado, a intenção de se apropriar do conceito, dando-lhe outro conteúdo, é importante que se compreenda a responsabilidade dos movimentos sociais ao cederem em certos aspectos em suas conquistas, inclusive no plano conceitual, recuando ao aceitar proposições de setores que não são da classe trabalhadora e que não representam seus interesses. Oliveira e Dalmagro (2014) localizam um importante elemento histórico deste processo, que grifamos abaixo:

O MST pressiona o Estado por uma política pública de educação para as áreas de Reforma Agrária, quando no I ENERA (Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária), em 1997, emerge a proposição de “ampliar este debate”, formulando-se a ideia de uma Educação do Campo. **É sintomático que tal proposição/formulação venha da representante da Unicef**, o qual “desafiou” os presentes no mencionado encontro a um trabalho mais amplo sobre a educação a partir do mundo rural, “levando-se em conta o contexto do campo em termos de sua cultura específica quanto à maneira de ver e se relacionar

com o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho” (Kolling, Nery e Molina, 1999, p. 13). Enfatiza-se a perspectiva de que há no campo outro modo de vida, de cultura e trabalho, diferente de outros espaços da vida social. É de supor-se que nesta reformulação tenha ocorrido ou reforçado um deslocamento da educação num contexto de luta por reforma agrária para uma educação centrada na “cultura específica do campo”, definida de modo genérico. (Oliveira e Dalmagro, 2014, p.107, grifos nossos)

Fruto das lutas sociais do período, com suas contradições e contraposições, conseguiu-se a aprovação de um conjunto de instrumentos legais que em certo aspecto legitimam a luta dos trabalhadores do campo. Tal conjunto é composto pelas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008); Parecer CNE/CEB nº 1/2006, que reconhece os dias letivos da alternância; Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que reconhece a Educação do Campo como uma modalidade específica e define a identidade da escola do campo; Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Porém, o reconhecimento na letra da legislação, ainda que muito importante, não garante a realização do direito dos sujeitos da classe trabalhadora do campo.

Se na perspectiva do que se alcançou no embate com a burguesia e com o Estado se evidencia, ainda que contraditoriamente, avanços no atendimento às reivindicações dos trabalhadores, a educação do campo como movimento e como corpo conceitual apresenta ainda mais contradições. Ainda segundo Oliveira e Dalmagro (2014), é possível identificar três perspectivas: da diversidade; do capital; e dos trabalhadores. Neste debate, sobre a perspectiva do capital alertam os autores que

É evidente, portanto, que interessa à burguesia disputar a concepção que orienta a Educação do Campo, dificultando qualquer perspectiva que possa se apresentar como vinculada às lutas pela superação da ordem vigente. Verifica-se então como o capital no campo precisa educar os trabalhadores e possui um projeto de educação, gestado desde seus interesses. A distinção no/do campo tão enfatizada na Educação do Campo não esclarece, antes encobre a questão: não é o campo que tem projetos, mas as classes ou grupos sociais que nele atuam e que os disputam, como se depreende da leitura de Sapelli (2012). O projeto capitalista de Educação do Campo se realiza pelos mais diversos recursos, como a mídia, o sistema escolar, as ONGs, os conselhos diversos ligados à sociedade civil, as empresas na área agropecuária e via Estado e suas políticas não apenas na área educacional. (OLIVEIRA e DALMAGRO, 2014, p. 112)

Para D'Agostini (2012), a Educação do Campo é uma concepção educacional que se caracteriza como uma educação diferenciada por apresentar elementos de confronto e denúncia à lógica educacional do capital, porém, está subordinada à política educacional do capital devido à sua materialização como política pública. Segundo a autora, as contradições nos princípios que regem a concepção de Educação do Campo relatam um ecletismo na proposta educacional e uma tendência às análises pós-modernas. Vejamos nas palavras de Vendramini (2008)

Nos cadernos da articulação nacional por uma educação do campo, aparecem as expressões: educação para o desenvolvimento; educação para o campo na sua generalidade, sem corte de classe; democratização da escola e gestão; presença do lema aprender a aprender, fala-se muito em construção do conhecimento e em sujeito, correndo o risco de uma relativização do ensino e da ciência; educação como humanização; pedagogia do movimento como movimento de diversas pedagogias. (Ibidem, p. 6).

Há uma secundarização da categoria trabalho como fundante do ser social, o que implica uma fragilidade nos aspectos teóricos e práticos. O caráter geral e difuso na formulação dos documentos oficiais permite e facilita a apropriação indevida por diferentes grupos, instituições e interesses divergentes. D'Agostini e Vendramini (2014) ressaltam que essa generalização descaracteriza a identidade de classe e perde a finalidade formativa.

Hoje é bastante comum identificar nos debates e textos, inclusive no MST, a ideia de que a Pedagogia do Movimento e a formulação sobre educação do MST são a mesma coisa do que educação do campo. Ou seja, pensa-se que educação do campo e educação do MST são a mesma coisa. Porém, D'Agostini (2009), com muita clareza demonstra que essa não é a realidade.

Reconhecer que o MST está na raiz do surgimento da educação do campo, tanto como estratégia para aglutinar forças para a conquista de políticas públicas, como na construção de uma crítica contundente à educação realmente existente no campo contribuindo para o desenvolvimento da teoria pedagógica, não equivale a dizer que a educação do MST é o mesmo que educação do campo, apesar desta última incluir e fundamentar-se nela. A educação do campo está pautada na educação do camponês no sentido de desenvolvimento social e humano do campo e de seus sujeitos. Já a educação do MST é fundamentalmente uma educação de classe, pautada na luta de classes pela especificidade da luta pela terra. (Ibidem, p.122).

Portanto, essas diferenças de concepção no que se refere à Educação do Campo permitem aos movimentos sociais e ao Estado burguês, além de setores latifundiários e empresariais, se apropriarem deste conceito. Para os movimentos sociais, a Educação do Campo visa garantir o acesso à educação com caráter classista voltada aos interesses da classe trabalhadora. Já para o Estado:

[...] a educação do campo tem sido mais uma das táticas para atingir as metas estabelecidas que atribuem ênfase à Educação Básica destinada à maioria da população e que privilegia o desenvolvimentos de aptidões ou competências assentadas no aprendizado do cálculo, da leitura e da escrita, instrumentalizando minimamente os indivíduos para que sejam “incluídos” na organização produtiva no tempo e do modo necessário para a sobrevivência do sistema social do capital. Na maioria dos documentos do estado acerca da educação do campo, identifica-se sua orientação no conjunto das políticas focais e fragmentárias próprias do estado em sua fase neoliberal, cuja função básica é facilmente identificável com as recomendações dos organismos internacionais: educação como segurança e como meio de alívio a pobreza (D’AGOSTINI, 2012, p. 458).

A articulação entre governos e classes dominantes converte a vida no campo em negócio, adentrando o campo no intuito de vender a imagem de um agricultor moderno, portanto, criam-se políticas públicas que visam a atender aos interesses da classe hegemônica. Contraditoriamente, e em dependência do nível de organização e que altera a correlação de forças nas lutas de classe, também há políticas que atendem os interesses dos trabalhadores. Porém, os programas fornecidos pelo Governo Federal através do PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo) têm como característica a formação técnica aligeirada, não assumindo a relação necessária com a vida no campo, pressupondo a seriação, uniformização e padronização da produção e de consumo, que tem por finalidade o trabalho alienado e a exploração salarial.

Outra iniciativa tomada pelos setores da classe dominante na educação brasileira é um pacto dos grupos econômicos denominados Todos pela Educação, organizado pelo setor financeiro, agronegócio, de exploração mineral, meios de comunicação, que defendem um projeto de educação de classe, atendendo aos interesses dos setores dominantes. Segundo Albuquerque (2015),

Em outras palavras, os setores dominantes se organizaram para definir como as crianças e jovens brasileiros serão formados. E fazem isso como uma política de classe, atuam como classe que tem objetivos claros, um projeto, concepções clara de formação, de modo a converter o conjunto das crianças e dos jovens em capital humano (ALBUQUERQUE, 2015, p. 4).

Esse interesse no campo brasileiro apresentado pela classe dominante é devido, também, à urbanização acelerada da população que segue migrando para as grandes cidades, devido o processo de expropriação e exploração a que está submetida, pois estima-se que há aproximadamente 30 milhões de pessoas no campo. Além disso, com a industrialização do meio rural e a tecnificação da agricultura com a expansão de pacotes tecnológicos, há interesse em uma formação aligeirada para operar tais tecnologias, mas apenas para uma pequena parcela da população que será empregada ou subempregada. Torna-se inviável, do ponto de vista econômico burguês, manter a população no campo e é nesse contexto que se dá a institucionalização da Educação do Campo enquanto política pública, mas já sem a oposição total destes setores, que passam a disputá-la. Ou seja, a luta de classes se acentua e com ela se acentuam as disputas também no plano da formação da classe trabalhadora: na perspectiva do Estado e da burguesia e latifundiários, para ampliar sua alienação; na perspectiva dos trabalhadores e seus movimentos e organizações, para ampliar sua compreensão da realidade com vistas à sua transformação.

Exatamente pelo acirramento das disputa de projetos no campo brasileiro, é importante ter uma teoria sólida que contemple os interesses dos povos trabalhadores do campo, para que não haja cisão entre teoria e prática. É necessário seguir na construção do projeto político e pedagógico da educação do campo na perspectiva da construção de uma educação para a emancipação humana.

E isso pode significar que precisamos aprofundar as reflexões sobre a importância de insistir na educação do campo, como conceito, ou retomar aquilo que expressa claramente do ponto de vista conceitual e, portanto, político, a expressão da classe trabalhadora no campo: a Pedagogia do MST é um exemplo, assim como a pedagogia socialista, etc.

Salienta-se a importância de se definirem concepções teóricas claras que não traiam os interesses e ideais da classe trabalhadora, pois, se a educação do campo nasce da ação dos movimentos sociais, a característica de classe deve ser mantida por estes em seu desenvolvimento e práxis, no intuito de construir outra sociedade com outros valores. Porém, ressalva-se aqui o desafio de agir sem que o plano tático traia o estratégico, num contexto no qual nas contradições do sistema capitalista a educação do campo tornou-se política pública. No cotidiano das escolas, isso vem trazendo melhorias de infraestrutura e manutenção, forçando os governos municipais a reconhecerem as escolas dos assentamentos. Porém, como já citado, é de suma importância ter clareza da proposta e concepção de educação que se almeja, colocando em debate o tipo de educação e de profissionalização que se quer para os trabalhadores do campo.

2 O Modo de vida: perspectivas para a agroecologia e para a produção da vida no Assentamento Conquista de Sepé

Só com a tomada do poder pela classe operária se criaram as condições de uma verdadeira e radical transformação do modo de vida. Não se pode racionalizar o modo de vida, isto, é transformá-lo segundo as exigências da razão, se não se racionaliza a produção.

[...] A análise crítica do modo de vida é hoje a condição necessária para que esse modo de vida, conservador devido às suas tradições milenárias, não se mantenha em atraso em relação às possibilidades de progresso presente e futuro [...] (TROTSKY, 2003, s/p).

Para a realização deste estudo, partiu-se do pressuposto de que o homem é um ser histórico e se humaniza na sociedade e pela sociedade (DALMAGRO e VENDRAMINI, 2010), portanto, manifestam um modo de vida que corresponde à forma como produzem sua própria existência pelo trabalho e o fazem de maneira já determinada. É a maneira como produzem sua vida que determina o que eles são. O modo de vida depende das relações de produção que atualmente são determinados pela exploração do homem pelo homem e na subsunção do trabalho ao capital, o que implica na presença constante de valores burgueses. Para Trotsky (2003), o modo de vida tem suas raízes na economia.

Desta forma, buscamos analisar as relações econômicas, políticas e sociais do Assentamento Conquista de Sepé, considerando que este é fruto da luta das famílias do MST. As famílias são detentoras de um dos meios de produção (terra), mas, devido ao modo de produção e à política econômica vigente, não conseguem ter autonomia na produção. O MST indica como uma das possíveis saídas para a produção do Assentamento a cooperação, sendo este o jeito de organizar a produção através da divisão social do trabalho, buscando minimizar as consequências do modo de produção capitalista e criando repercussões positivas no modo de vida.

O Assentamento Conquista de Sepé é resultado da luta do MST, que, a partir de 1988, inicia as primeiras ocupações de terras no município de Passos Maia com a vinda de 12 famílias, as quais se fixaram na localidade da Fazenda Sapateiro e formaram o Assentamento Sapateiro I. Nessa mesma época, outras 11 famílias de agricultores Sem Terra de Ponte Serrada foram assentadas na Fazenda

Taborda, dando origem ao Assentamento Taborda. É importante salientar que esses dois assentamentos foram constituídos através de uma parceria da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada e do INCRA.

Diferente do processo anterior, em 20 de novembro de 1995 ocorreu uma grande ocupação de terras na localidade da Fazenda Ameixeira, organizada pelo MST, com aproximadamente 800 famílias de vários municípios do Estado de Santa Catarina. Esse fato alertou e despertou a população sobre a concentração de terras existentes no município e a necessidade da reforma agrária. Assim, uma sucessão de várias ocupações ocorreu no município, e com a conquista de outros assentamentos foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico e a minimização do problema fundiário. Durante esse processo histórico de ocupações, houve a conquista dos 14 assentamentos atualmente existentes, com aproximadamente 480 famílias.

O Assentamento Conquista de Sepé localiza-se a 8 km da sede do município, e possui área total de 526,83 hectares, sendo 105,36 ha de reserva legal e 79,81 ha de área de preservação permanente. É composto por 25 famílias, oriundas do grande Oeste Catarinense (Passos Maia, Abelardo Luz, Ipuacu) e também do município de Palmas, pertencente à região sudoeste do estado do Paraná.

As famílias compõem os três núcleos de base, denominados Filhos de Sepé, Tiarajú e Che. Os núcleos de base se caracterizam como instância máxima da gestão popular dos assentamentos, possibilitando um elo entre a base e as demais estruturas do Movimento, fortalecendo a democracia interna, uma vez que garantam que as decisões sejam discutidas e deliberadas pelas famílias.

No núcleo se discute tudo, desde onde estamos jogando o lixo até a pauta de reivindicação ao governo. Planeja-se o trabalho voluntário para embelezar o assentamento, recolhe – se a contribuição para a marcha, e escolhem-se os representantes que devem participar de viagens, cursos e encontros (MST, 2005, p. 09).

Desse modo, os núcleos de base têm por objetivo realizar mais que discussões cotidianas, debatendo questões de ordem política, econômica e social. Com isso, configuram-se em importantes espaços formativos que implicam também em uma alteração no modo de vida.

Inicialmente, a proposta de organização dos trabalhadores para a produção se daria de forma semi-coletiva⁶, porém, no decorrer do processo de constituição do assentamento, houve mudanças e a partir de debates, a maioria das famílias decidiu dividir os lotes em parcelas individuais.

Após o período inicial de grandes dificuldades, hoje identifica-se também avanços no processo de constituição do Assentamento, como o acesso a recursos para a construção de casas; acesso à energia elétrica e à água encanada; há transporte escolar e coletivo; as estradas, ainda que precárias, permitem o acesso a todas as moradias do Assentamento; há um centro comunitário, local de encontro e convivência social.

Através de visitas às famílias assentadas e de documentos disponibilizados pela Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Vida (COOPTRASC, 2013; fornece assistência técnica nas unidades familiares de produção no assentamento Conquista de Sepé) conseguiu-se mais dados sobre a produção da existência neste território.

Sobre a produção, o Assentamento apresenta alguns limites. A divisão do espaço de cultivo é pequena – cada família tem demarcado um hectare, e para algumas há outros espaços de produção que são fruto de uma divisão combinada entre elas, pois o plantio de pinus que já existiam à época da desapropriação da fazenda ocupam grande parte do Assentamento, sobretudo as melhores terras

⁶ Cada família receberia 1 ha para desenvolver a produção individual e o restante da utilização da terra e produção do assentamento seria realizada de forma coletiva. Por isso hoje há a divisão e demarcação de 1 ha por família, mas não do restante.

para o cultivo. Esse plantio de pinus é fruto de um plano de reflorestamento do Município e ao serem assentados nesta área os trabalhadores foram proibidos de efetuar o corte para liberar as terras para outros cultivos. Este processo ocasiona insegurança em investir no cultivo das poucas áreas que não estão com pinus devido à não medição dos lotes, já que não há garantia que estas terras permanecerão com quem nelas trabalha com a medição futura. Expressa-se já um problema gerado pela decisão de ter divisão individual dos lotes: por não ter a definição de qual área será sua individualmente, essa insegurança gera conflitos no coletivo; se a decisão pela organização coletiva do uso da terra o Assentamento tivesse prevalecido, este problema não existiria e as terras já sem pinus poderiam estar sendo melhor aproveitadas.

Por não obterem uma renda suficiente para o sustento do grupo familiar com a produção no Assentamento, devido a esta situação, há a necessidade da saída de pelo menos um dos membros, principalmente os jovens e as mulheres, para buscar trabalho externo, com e ou sem vínculo empregatício, tendo que submeter-se à superexploração da força de trabalho e em alguns casos a desistência dos estudos. Por todo este processo, o que há de produção no Assentamento foca-se na produção de alimentos para o consumo familiar, como mandioca, hortaliças, batata, feijão, animais domésticos, erva-mate, entre outros, em sua maior parte produzidos de forma orgânica, aproximando-se das práticas de produção agroecológica. Naqueles casos em que há uso de outros espaços para cultivo além do hectare que cada família tem demarcado, há também o cultivo para comercialização de soja, milho e trigo, de maneira convencional, ou seja, com o uso de agrotóxicos e produtos químicos industrializados.

De acordo com Costa Neto (2008, p. 73), abordando os estudos de Sevilla Guzmán, a agroecologia pretende uma transição do modelo de agricultura convencional para um modelo ecologicamente

sustentável, não puramente técnico e tecnológico, mas que esteja articulado e voltado para ações sociais e culturais, elevando o nível de conhecimento do produtor e sua forma de lidar com a terra, com a natureza, viabilizando assim uma agricultura economicamente viável, que seja ecológica e socialmente justa e que também se contraponha ao modelo predatório do sistema capitalista para a agricultura, denominado de agronegócio. Neste Assentamento, com parte do que é produzido é feito de forma orgânica, já há aproximações com a agroecologia, o que indica possibilidades para um processo de transição para todas as áreas.

A agroecologia supõe um forte compromisso ético com a solução dos problemas ambientais e sociais. Guzmán (2002) também contribui para esse pensamento, sendo que a agroecologia vai para além das técnicas de produção e manejos do solo, pois possibilita uma integração da sociedade entre os aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais, passando pelo viés da produção, da industrialização e da comercialização, estabelecendo assim um contraponto significativo frente à sociedade capitalista e não somente à agricultura capitalista convencional.

Nas visitas às famílias nos foi sendo revelado que há interesse em ampliar a produção baseada na agroecologia, porém após a demarcação dos lotes, e as possíveis linhas de produção agroecológica a serem desenvolvidas são o bovinocultura de leite, a piscicultura, a erva-mate, a fruticultura e a olericultura. O processo de transição para produzir de forma agroecológica tem implicações diretas do e no modo de vida.

Para Trotsky (2003), conhecer o modo de vida das massas é fundamental para contribuir com a sua transformação, através do que o autor denomina de militância cultural, propiciando formação política, utilizando-se da literatura, da poesia, do desenho, da arquitetura, do conjunto dos conhecimentos humanos disponíveis em cada período da história para agir diretamente sobre o

comportamento humano e transformá-lo. Segundo Taffarel e Santos Júnior (2009),

É preciso conhecer o modo de vida para poder transformá-lo por meio do militantismo cultural dedicado à educação política, a partir de pequenas coisas, e é preciso combater a influência da burguesia, das igrejas reacionárias e anticomunistas, que agem sobre as famílias, as crianças e a juventude, combater as drogas, a prostituição, a pornografia, a submissão da mulher como simples acessório masculino, a personalidade egoísta, mesquinha, individualista, enfim tudo que embota a consciência de classe e assegura o caráter pequeno burguês e que fazem a classe trabalhadora assumir valores que não são seus, mas, sim da classe dominante que assegura a produção e reprodução da vida na base do modelo do capital, com sua ditadura e absolutismo (Ibidem, p.6).

Leon Trotsky, ao escrever a publicação intitulada “Questões do Modo de Vida”, em 1923, vivia um período de pós-revolução na Rússia, na qual se constituía uma Nova Economia Política, sendo esta uma das principais preocupações de Trotsky: como as mudanças econômicas influenciam a consciência da população. Por isso, ele se deteve em estudar atentamente nas questões cotidianas da vida da população russa a relação entre as mudanças sociais e o modo de vida e suas relações recíprocas. O MST também se utiliza de exemplos vividos durante a Revolução Russa para desenvolver a formação política dos militantes de seu Movimento. Podem-se citar vários revolucionários desse período histórico, como Isaac Deutscher, Leon Trotsky, Wladimir Ilitch Ulianov (Lênin), Moisey Mokhaylovich Pistrak, Lev Semenovitch Vigotski, Nadja Krupskaya e outros. Stédile (2007) no diz:

Acredito que há um enorme legado dos militantes russos, que nos deixaram suas lições e aprendizados a partir de

sua experiência concreta, para gerações atuais e futuras. Deles devemos recolher o espírito de sacrifício, a dedicação, o espírito conspirativo, o amor ao estudo, e a organização celular, levada a todos os espaços aonde o povo vive. Mais do que palavras de agitação e referência aos líderes, é hora de aprendermos com a militância que de fato fez a primeira revolução popular da história da humanidade (Ibidem, p. 9).

As lutas sociais, inspiradas e iluminadas pela história, permitem olhar para a realidade atual e dela extrair lições. O momento histórico que o Assentamento vive representa uma conquista da luta realizada pelas famílias, pois agora elas usufruem de moradias, acesso à educação, à saúde e transporte escolar, ou seja, condições que ainda que sejam limitadas são melhores daquelas vivenciadas antes da conquista do Assentamento. Mas essas conquistas não vêm garantindo melhorias concretas no modo de produzir a vida neste território.

As famílias relatam que se sentem felizes por poderem usufruir da estrutura do lote que tem atualmente (1 ha), mas que isso não é suficiente, tendo em vista que ao menos um integrante da família precisa trabalhar fora do Assentamento para garantir os recursos necessários para a reprodução da vida. O espaço de produção é pequeno e a forma de organização não garante sua autonomia (RODRIGUES, 2013, p. 03).

Para o MST os assentamentos representam o fruto de uma luta com a conquista da terra. Terra é espaço de vida, de moradia, de produção, de educação, de consciência, onde desenvolvemos a nossa cultura.

Desse modo, coloca-se como desafio ao MST a necessidade de reconstruir a vida em sua dimensão material, concreta e na complexidade da vida humana. Debate-se a importância da organização do assentamento como um

todo, interligando-se os aspectos produtivos, de moradia, gênero, faixa etária, educação e saúde, formação política, etc. Enfim, o MST almeja que o assentamento torna-se tanto um espaço de viabilidade econômica dos assentados, quanto de elevação cultural e política. Também se pretende que os assentamentos acumulem forças na luta por transformações sociais, que eles se constituam em “uma retaguarda social”, “uma forma de resistência para seguirmos lutando contra o capitalismo” já que “não iremos resolver os problemas dos camponeses dentro do capitalismo” (DALMAGRO; VENDRAMINI, 2010, p.141).

O MST possui seu caráter social porque, nos lugares em que as famílias residem, luta-se por diversas melhorias nas condições de vida, como a luta por moradia, por acesso à energia elétrica, à água potável encanada, ao transporte coletivo, à escola, etc. Mas também tem seu caráter político, no sentido que os problemas somente serão resolvidos com a ampliação dos espaços de poder da classe trabalhadora. Nesse novo contexto histórico, exige-se da classe trabalhadora um grau de consciência de classe e de organização suficientes para implementar mudanças no modelo agrícola.

Considerando que o trabalho envolve relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza, por meio do trabalho se concretizam modos de pensar e agir das pessoas, conforme os componentes do meio em que se inserem. O trabalho contribui para consolidar modos de pensar e agir, atualmente conforme os cânones do capitalismo.

Nos assentamentos, é necessário mudar a matriz tecnológica para a agroecologia e produzir alimentos para as famílias e para a população, pois somente se justifica a reforma agrária se houver produção de alimentos com qualidade para toda a população. O MST afirma também a necessidade de todos participarem, pois o assentamento é conquista não só da terra, mas também é um

território de vida que se luta por outros valores, atribuindo à educação e autoeducação um papel fundamental.

A tarefa principal da educação e da autoeducação no domínio da economia é a de despertar, desenvolver e reforçar essa atenção perante as exigências particulares, insignificantes e quotidianas da economia; nada se deve negligenciar tudo se deve anotar, agir em tempo oportuno e exigir o mesmo dos outros. Essa tarefa impõe-se em todos os domínios da vida política e da construção econômica. [...] Pedir que não se cuspa no chão ou que não se lancem pontas de cigarros nas escadas ou corredores é um “pequeno nada”, uma exigência mínima, mas que no entanto tem um significado educativo e econômico enormes. Aquele que, sem se constranger, cospe numa escada ou num assoalho, é um inútil e um irresponsável. Não é com ele que se pode contar para repor a economia em pé. Não cuidará de seu calçado, partirá as vidraças, por descuido, será portador de parasitas... (TROTSKY, 2003, s/p).

É necessário desenvolver uma cultura do trabalho, a qualificação dos trabalhadores para uma economia planejada, a cultura da vida, a cultura do modo de vida. Ao mesmo tempo em que se avança na organização do trabalho, também se deve avançar na consciência política de classe. É necessário que os conhecimentos adquiridos e as experiências de organização política e de produção garantam e/ou mantenham o espírito lutador, por isso, torna-se fundamental a educação e autoeducação, principalmente da juventude.

[...] A realidade pode ser mudada de modo revolucionário só porque, e só na medida em que, nós mesmos produzimos a realidade, na medida em que saibamos que a realidade é produzida por nós [...]. É um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revelam como sujeito real do mundo social (TAFFAREL; JÚNIOR, 2009, p. 8).

O MST indica que uma das possíveis alternativas para romper com o modelo burguês de produção, servindo como embrião, é desenvolver dentro dos assentamentos experiências de cooperação, visando um caráter político estratégico. Durante os anos 1990, houve um recuo ideológico no campo da esquerda brasileira, devido à queda do bloco socialista decorrente da dissolução da União Soviética e à adesão de políticas neoliberais. Entendemos que o objeto da economia política são as relações sociais próprias da atividade humana, que é o processo que envolve a produção e a distribuição dos bens que satisfazem as necessidades individuais ou coletivas dos membros de uma sociedade (MST, 2008, p. 22). Por conseguinte, na base da atividade humana está o trabalho, sendo somente através deste que se torna possível a apropriação de bens, criando os valores que constituem a riqueza social. Portanto, pode-se afirmar que o trabalho é sempre resultado de uma atividade coletiva, sendo através do trabalho que a humanidade se constitui como tal.

Noutras palavras: foi através do trabalho que os grupos primatas se transformaram em grupos humanos, foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. Ou, se quiser: o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade) (MST, 2008, p. 28).

A alienação é própria da sociedade em que há vigência da divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, pois existem formas já determinadas de exploração do homem pelo homem. Em sociedade fundada na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção com a exploração do homem pelo homem, portanto, há uma humanização extremamente desigual.

Para o MST, somente em uma sociedade que supere a divisão social do trabalho e a propriedade privada poderão se desenvolver todas as possibilidades do desenvolvimento do ser humano, pois, para que os homens possam construir sua personalidade, é preciso que as condições sociais se sociabilizem e sejam iguais para todos.

Só uma sociedade onde todos os homens dispunham das mesmas condições de sociabilização (uma sociedade sem exploração e sem alienação) pode oferecer a todos e a cada um as condições para que desenvolvam diferencialmente a sua personalidade. Só esse tipo de sociedade – em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos pode garantir tanto a superação do individualismo quanto a oportunidade de todos os homens e mulheres singulares se construírem como indivíduos sociais (MST, 2008, p. 37).

O desafio consiste na forma como a classe trabalhadora gerará, dentro do sistema capitalista, rupturas que visem a romper com esse modelo de produção, para que futuramente se elimine a propriedade privada, a exploração dos trabalhadores, eliminando a alienação do trabalho, tornando-o realmente emancipador dos seres humanos.

A cooperação agrícola é a possibilidade que o MST aponta para: aumentar a produtividade do trabalho, aumentar o volume de produção, não precisar deixar o campo ou virar força de trabalho explorada pelo latifúndio e para debater os seus problemas e lutar por melhores condições de vida.

As famílias assentadas podem buscar na cooperação um desenvolvimento econômico-social pautado nos valores humanistas e socialistas, articulado a um projeto estratégico que vise a mudança de sociedade, utilizando como uma ferramenta de luta.

Para o MST o que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo assim com o isolamento. Pois a cooperação tem como desafio principal o desenvolvimento da produção. Ela visa contribuir com o avanço da produção em vista da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Uns podem apenas trocar o dia de serviço. Outros podem comercializar em conjunto. Outros podem ter uma associação de máquinas. Outros podem ter uma linha de produção em comum. Outros podem estar em grupos coletivos. Outros podem estar ligados por uma cooperativa. Outros estão em uma cooperativa totalmente coletiva. Não interessa se a produção é individual ou coletiva, pois a forma de cooperação é secundária. O fundamental é o ato de cooperar (MST, 2008, p. 62).

É nessa perspectiva que as famílias do Assentamento Conquista de Sepé podem se voltar, desenvolvendo um trabalho cooperativo, pois, quanto mais cooperados forem, melhores serão as possibilidades de desenvolvimento da produção. Entretanto, há que superar elementos do modo de vida que geram resistências ao trabalho cooperado. O desenvolvimento do campo brasileiro traz consigo a histórica exploração e expropriação dos povos do campo, criando nos atuais Sem Terra, sejam eles camponeses ou assalariados urbanos, a ideologia da propriedade privada de produção, pois entendem que, sendo “donos” do meio de produção, poderão dispor de melhor qualidade de vida, portanto, o lote individual familiar é que se afirmou no horizonte das famílias que lutam pela terra.

A ruptura dos efeitos da propriedade privada da terra na consciência das famílias assentadas será possível na medida em que atribuímos uma função social para a terra, desenvolvendo uma produção de alimentos que vise a alimentar toda a população com alimentos de qualidade, sem o uso de produtos químicos industrializados de forma ampla, gerando assim renda para

as famílias assentadas e qualidade de vida para os demais membros da sociedade.

Por mais que a propriedade privada seja familiar, em que, na maioria dos casos, não há exploração direta da força de trabalho, além da família que ali reside, a propriedade privada afirma um poder individual, dispensando a ação comunitária e da organização, reforçando na consciência social das famílias assentadas os aspectos conservadores e retrógrados da consciência burguesa.

Se por um lado a propriedade privada da terra aproxima o assentado da ideologia burguesa, gerando uma visão de mundo pequeno burguesa, por outro lado o trabalho exercido por ele, tornando-se agente direto da produção, lhe aproxima da classe trabalhadora. Por isto o trabalho nos converte em membros desta classe, e devemos afirmá-lo em nossas áreas. (MST, 2008, p. 79).

O trabalho é a condição básica para o desenvolvimento do ser social e da sociedade humana. A cooperação produtiva é a base para o aumento da produtividade desde o trabalho e a condição para o avanço das forças produtivas dentro de uma lógica que, ainda que permeada por contradições, vá criando novas relações e novas possibilidades para o enfrentamento do capital e suas repercussões alienadoras e destrutivas.

É necessário, portanto, avançarmos no desenvolvimento da consciência de classe para chegarmos a um processo produtivo em que se pratique o processo de trabalho socialmente dividido, com um planejamento dos vários processos produtivos.

A cooperação produtiva é elemento chave em nossa estratégia, pois poderão criar condições materiais e objetivas para a melhoria de vida das famílias, bem como permitir o florescimento de uma consciência social que ajude aos assentados a compreender a complexidade da luta de

classes no país e gere condições para que este companheiro (as) se insira na luta política em curso (MST, 2008, p. 81). [...] No entanto, agora, precisamos nos guiar por fundamentos filosóficos e elementos gerais orientativos que nos indiquem o caminho, mas não a forma, de construir novas experiências, exigindo um maior discernimento e compreensão de nossa militância, bem como capacidade para estabelecer um método de trabalho ajustado à cada realidade. Isto torna o trabalho de base bem mais difícil e exigente (MST, 2008, p. 95).

Se não mudar o modo de produção, não se altera significativamente o modo de vida das famílias e, por conseguinte, o modo de vida é determinado pelas relações de produção. Por isso as lutas sociais mais amplas são fundamentais para que na experiência por elas propiciada se avancem em conquistas pontuais, mas com horizonte na transformação social mais ampla. Assim, defender políticas públicas que garantam crédito, assistência técnica e condições para que as famílias assentadas produzam e garantam a subsistência da família e da comunidade assentada pode ser um importante fator de avanço neste processo.

Nesta perspectiva, o planejamento da produção familiar deve levar em consideração as diversidades regionais, sua viabilidade e sustentabilidade econômica, social e ambiental com linhas de crédito de custeio e investimento acessíveis, com programas de seguro agrícola e de serviços de assistência técnica pública, gratuita e de qualidade e com garantia de preços mínimos adequados de comercialização de produtos. Também deve buscar o aumento da produtividade da terra e produtividade do trabalho em equilíbrio com o meio ambiente, preservando as condições da natureza e garantindo a produção de alimentos saudáveis.

Em suma, identificamos que por suas lutas e pelas suas sistematizações de experiências e pelos exemplos históricos, o MST indica, como uma das principais alternativas para o desenvolvimento de

uma produção no interior do Assentamento Conquista de Sepé, a cooperação. Atualmente, a produção no interior do Assentamento ocorre de forma individual e, na maioria dos casos, de subsistência, devido à pouca área agricultável, sendo necessária, para complementação da renda, a saída de pelo menos um membro da família para auxiliar nas despesas mensais. A pequena área disponível é usada pelas famílias como justificativa para muitos problemas. Sendo realmente um sério limitador, compreende-se esta posição. Porém, identificamos que poderia haver melhores condições de vida se desde já se avançasse para o trabalho cooperado e para uma transição à agroecologia.

No entanto, é preciso ter clareza que os limites para o desenvolvimento da produção agrícola no Assentamento é reflexo de uma política agrária brasileira, a qual apenas desapropria a terra, sem modificar o modelo concentrador da propriedade privada e o modelo econômico vigente, não garantindo condições reais para que as famílias assentadas garantam sua subsistência. Nesse sentido, de acordo com Martins (1995):

Uma reforma agrária ampla e consequente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. (MARTINS, 1995, p. 48).

Ressalta-se que o Assentamento Conquista de Sepé ainda necessita de políticas públicas que valorizem e respeitem a dinâmica cultural e humana e suas formas de produção e de vida, suas condições de convívio e sociabilidade. O poder público ainda está em débito com esta população pela longa história de desigualdades,

exclusões e abandono, que acarretou na negação de acesso aos direitos básicos e fundamentais, e o que muitas vezes expressa no modo de vida elementos alienados.

Desse modo, coloca-se como desafio ao MST a necessidade de construir a vida em sua dimensão material, concreta e na complexidade da vida humana. Debate-se a importância da organização dos assentamentos como um todo, interligando-se os aspectos produtivos, de moradia, gênero, faixa etária, educação e saúde, formação política, etc. Enfim, o MST almeja que o assentamento torne-se tanto um espaço de viabilidade econômica, quanto de elevação do nível cultural e político. Também se pretende que os assentamentos acumulem forças na luta por transformações sociais, que eles se constituam em “uma retaguarda social”, “uma forma de resistência para seguirmos lutando contra o capitalismo”, já que “não iremos resolver os problemas dos camponeses dentro do capitalismo” (DALMAGRO; VENDRAMINI, 2007, p. 12).

Na realidade do Assentamento Conquista de Sepé, a prática do processo organizativo evidenciou uma necessidade de rediscutir o processo organizacional do assentamento, principalmente de cooperação, uma vez que todo processo iniciado na consolidação do Assentamento de ser semicoletivo foi desfeito. O MST se destaca no cenário da luta pela terra também pelo seu projeto organizativo, o qual inicia no processo de ocupação da terra e objetiva garantir a participação do maior número de trabalhadores na gestão e organização do território (FERNANDES, 2000). A participação é elemento central, e deve se consolidar como um espaço democrático, onde os integrantes do MST iniciem e consolidem uma participação na vida do assentamento. Por isso a indicação de que a retomada dos debates sobre cooperação e coletivização pode dar um novo impulso ao desenvolvimento de relações mais humanas, com repercussão no modo de vida e alterações nas relações para a produção da vida neste território.

Já sabemos que ser detentores de um dos meios de produção, a terra, anda que extremamente importante não é suficiente para garantir melhores condições de vida para as famílias assentadas, dadas as condições políticas e econômicas do modo de produção vigente. Portanto, faz-se necessário que os assentamentos estejam organizados coletivamente, pois, em geral, apresentam melhores resultados econômicos e promovem maior consciência social e de classe e pertencimento ao MST. Porém, não se podem criar falsas ilusões achando que com isto todos os problemas estariam resolvidos, pois não se configuram formas de vida totalmente novas, já que apenas com isso não haverá mudança no modo de produção e o socialismo não se constitui em ilhas. Assim, movem-se em meio à contradição de construir novas relações de trabalho e de vida social e de perpetuar as formas burguesas (DALMAGRO; VENDRAMINI, 2010, p. 144).

Recentemente, foi autorizada pelo INCRA a retirada dos pinus da área do Assentamento Conquista de Sepé, e para isso está sendo realizado um planejamento, sendo que os valores da venda dos pinus serão revertidos para o Assentamento. Talvez este seja um bom momento para as famílias assentadas retomarem o diálogo referente à cooperação, melhorando as condições de vida de todos os integrantes da comunidade.

3 Considerações finais

*Um pouco menos...
Um pouco mais...
Vivem aqueles que não lutam.
Mas os que lutam,
Não são medidos pelo tempo;
Nem mais, nem menos:*

*São eternos.
Perdem as gerações que no agora choram;
Ganham as gerações que os tomam como exemplo.
Exemplos são inventos;
São construções de crenças;
São invenções intensas
De brigas e utopias.*

(Ademar Bogo)

Na contradição da história, emergem movimentos sociais que representam a resistência a este modelo de produção vigente, questionando a forma como a sociedade está organizada. Entende-se aqui que estamos inseridos no modelo de produção capitalista, mas que o novo sempre emerge do velho, mas não espontaneamente, portanto, o MST cria em sua prática diária possíveis rupturas na sociedade atual, voltada aos interesses da classe trabalhadora.

A luta travada pelo MST vai ao encontro de um projeto de construção de uma nova estrutura social que possa alterar as relações de poder estabelecidas, e que esteja pautado na transparência, controle popular e valorização do ser humano enquanto sujeito social e agente de transformação.

A heterogeneidade da base social que o constitui é responsável pela existência de uma diversidade de perspectiva e de interesses no interior do Movimento, as quais se somam às utopias de sujeitos sociais que se encontram na busca de construção de um projeto político que vá ao encontro dos interesses da classe trabalhadora.

As disputas pelo acesso e permanência na terra pelos trabalhadores refletem e questionam o padrão historicamente desigual de acesso à terra e aos recursos naturais do país, assim como no nível de articulação e mobilização que impõe dinâmica própria aos sujeitos organizados em movimentos sociais para questionar a concentração fundiária do país.

Ressalta-se que as conquistas adquiridas no Assentamento Conquista de Sepé são frutos de organização política e da pressão que as famílias exerceram sobre o Estado, uma vez que os assentamentos representam o desfecho de um processo, no qual o monopólio da terra e o conflito social são superados. Logo depois, inicia-se outro processo: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra.

No período de acampamento e início de assentamento, as plantações ocorreram de maneira individual. Cabe ressaltar que o INCRA utilizou a concessão de uso coletivo da área do Assentamento Conquista de Sepé, não emitindo título de propriedade da terra a nenhum assentado. Dessa forma, os assentados tem concessão de uso e utilizam o território pertencente ao Estado para desenvolver suas práticas produtivas. Outro fator presente no Assentamento diz respeito à dificuldade de comercialização dos produtos excedentes ao consumo familiar, em função da precária infraestrutura existente e dos baixos preços para venda. As atividades produtivas desenvolvidas nos lotes ainda são de subsistência e incluem a criação de animais domésticos, além do cultivo de hortaliças e verduras.

A partir das leituras e reflexões realizadas durante a elaboração deste trabalho, foi possível perceber que o MST indica como uma alternativa para o desenvolvimento da produção no Assentamento Conquista de Sepé a cooperação entre as famílias assentadas. Dessa maneira, as famílias conseguem negociar os preços dos produtos de maneira a contemplar o trabalho contido no produto final; trajeto para comercialização, tornando-o mais barato; troca de dias de serviço (mutirão); até formas mais complexas de cooperação, como em Associações e/ou grupos de famílias para industrializarem os produtos, como pães, queijo, conservas e outros.

Como já citado no trabalho, durante um dos Tempos Residência, o INCRA autorizou a retirada dos pinus para comercialização

e o recurso será revertido às famílias assentadas. Este momento de discussão e debate com relação ao recurso financeiro, que será definido de maneira coletiva, poderá emergir e/ou retomar aspectos da cooperação, melhorando a qualidade de vida das famílias assentadas. Ou poderá aprofundar ainda mais aspectos do individualismo e da alienação derivados de um modo de vida sob os imperativos do capitalismo.

Desta forma, afirma-se aqui que a cooperação proposta para os assentamentos do MST deve estar vinculada a um projeto de transformação da sociedade, servindo como embrião para a construção de outra sociedade, pautada nos valores humanistas e socialistas.

Diante das potencialidades e necessidades apresentadas pelo Assentamento Conquista de Sepé, afirmamos que o modo de vida das famílias é determinado pela estrutura política e econômica vigente, destacando o cuidado que devemos ter com os detalhes, pois o capitalismo imprime à classe trabalhadora ideais que não são seus, hábitos e tradições nos quais os inimigos da revolução se apoiam: religiões alienadoras, alcoolismo, machismo, subordinação das mulheres, desvalorização das crianças e idosos, discriminação de gênero, racismo, enfim, um conjunto de elementos desumanizadores e é preciso contrapor a estes outros valores, propor-lhes outras ideias, dar condições de entender o mundo realmente existente onde os homens produzem suas existências.

Este trabalho não tem a pretensão de ser conclusivo ou de determinar qual o rumo os assentados devem seguir, uma vez que se compreende que a realidade é dinâmica, podendo e/ou devendo ser analisada sob vários prismas. Deste modo, acredita-se que ele pode contribuir com a temática organizativa do Assentamento Conquista de Sepé, para que possa discutir, rever, modificar, aprofundar o processo organizativo no interior do assentamento a partir de sua realidade sociocultural, visando contemplar um dos princípios organizativos

do MST, que é cooperação. E com os elementos do modo de vida se possam criar relações mais humanas e humanizadoras.

Referências

ALBUQUERQUE, Luis Felipe. **Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros.** Entrevista 01 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

APEC – ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Caderno nº 4:** Por uma Educação do Campo. Cândói, PR: APEC, 2013.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In.: Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. V. 4. Brasília, 2002, p. 25-36.

CALDART, Roseli Salete; DAROS, Diana; ALMEIDA, Cleide de Fátima Luncks. **Escola em Movimento.** 1 ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2004.

COOPTRASC. SIGRA – **Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES.** Banco de dados 2013. Integrado ao Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos assentamentos de Reforma Agrária. Disponível em: <www.sigra.net.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In:

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DALMAGRO, Sandra Luciana; VENDRAMINI, Célia Regina. O trabalho no Campo e no contexto do MST. In: **Motrivivência**, ano XXII, nº35, p. 130-146, dez/2010.

D'AGOSTINI, Adriana. *A Educação do MST no contexto educacional brasileiro*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

D'AGOSTINI, Adriana. A educação do campo na educação brasileira: contradições e perspectivas. UFSM, **Educação**, v. 37, n.3, p. 453-468, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/rt/printerfriendly/4172/0>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

D'AGOSTINI, Adriana; VENDRAMINI, Célia Regina. Educação do Campo ou Educação da Classe Trabalhadora? A perspectiva do empresariado, do estado e dos Movimentos Sociais organizados. **Revista reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 299-322, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos Movimentos Sociais*. Ano 8 nº 6. São Paulo: **Revista Nera**, 2000.

GUZMÁN, Sevilla. *Agroecologia e Desarrollo Rural Sustentable*. In: **Curso Intensivo Em Agroecologia: Princípios e Técnicas Ecológicas Aplicadas á Agricultura**, 11. 2002, Seropédica. Palestra. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002. Não publicado.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Israel; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília, DF. 1999.

MARTINS, José S. M. **Os Camponeses e a política no Brasil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MST. DOSSIÊ MST ESCOLA. **Caderno de Educação nº 13**. 2005b.

MST. **Cartilha de Estudo: Organicidade e Planejamento**. 2004.

MST. **Keno Vive: Cartilha nº 08**. São Miguel do Iguaçu, PR. 2007.

MST. **Elementos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Documento interno, 2008.

MST. **Plano de Estudos**. Curitiba, PR. 2013.

MST. **Princípios da Educação do MST**. Porto Alegre, RS. 1996.

MST. **Método de Trabalho e Organização Popular**. São Paulo, SP : MST, 2005a.

MST. **Organicidade e o Planejamento: o funcionamento das brigadas no MST**. São Paulo: MST, 2005.

OLIVEIRA, Marcos Antonio de; DALMAGRO, Sandra Luciana. **A questão agrária, a educação do campo e os projetos em disputa**. In: Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 94-119, jul./dez.2014.

PISTRAK, M.M.. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RODRIGUES, Edinéia Karina. **Diário de Campo**. 2013.

STÉDILE, João Pedro. **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

STÉDILE, João Pedro. A história do MST é um aprendizado coletivo. In: MST. **Educação do MST: Balanço 20 anos**. Boletim da Educação nº 9. São Paulo, SP: Gráfica e Editora Peres, 2004.

STÉDILE, João Pedro. Revolução Russa: marco histórico. Disponível em: <<https://midiaindependente.org/pt/red/2007/11/403823.shtml>>, 27/11/2007, acessado em 13/08/2014.

TAFFAREL, Celi Zulke; JÚNIOR, Cláudio de Lira Santos. Modo de Produção Educação: Questões do Modo de Vida: Uma Contribuição de Leon Trotsky. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Londrina, v1, n1, p.4-13, jun/2009.

TROTSKY, Leon. **Questões do Modo de Vida**, São Paulo: Datacopy, 2003.

VENDRAMINI, C. R. **A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico dialético**. Conferência proferida no II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Brasília, agosto de 2008. Disponível em: <<https://artenocampo.files.wordpress.com/2014/07/vendramini-educac3a7c3a3o-do-campo.pdf>>



A organização do trabalho coletivo no Assentamento Conquista no Litoral em Santa Catarina¹

Ana Claudia dos Santos²
Célia Regina Vendramini³

Resumo

O artigo busca analisar a experiência de cooperação do Assentamento Conquista no Litoral, no que se refere à produção, ao trabalho e ao cotidiano das famílias assentadas. O assentamento está localizado no município de Garuva em Santa Catarina e é fruto da luta do Movimento dos Sem Terra nos anos de 1990. A pesquisa que resultou neste artigo tem como base estudo de caso do referido

¹ O artigo é resultado da monografia defendida por Ana Claudia dos Santos no Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com Base na Agroecologia (Residência Agrária), em 2015.

² Professora do Colégio Estadual do Campo Contestado, Lapa-PR. Graduada em Pedagogia e Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia. E-mail: claudia_anna_2012@hotmail.com

³ Professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Educação. E-mail: celia.vendramini@ufsc.br

assentamento, a partir de observação, entrevistas e análise de documentos. Observamos as contradições presentes na experiência coletiva, no contexto das relações capitalistas de produção e no contexto de um movimento social que busca experimentar outras formas de relação e de produção da existência, assentadas na cooperação.

I Introdução

O objetivo do artigo é analisar a organização do trabalho coletivo no Assentamento Conquista no Litoral, no município de Garuva, em Santa Catarina. O assentamento é fruto da luta organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da sua estratégia de organização cooperada da produção. O grupo coletivo é constituído por 15 famílias, sendo que 13 trabalham e vivem no sistema coletivo, organizado em agrovila, e as outras duas famílias possuem lotes individuais. O assentamento foi criado em 1995, num imóvel com área aproximada de 93 ha, sendo que apenas 10 ha são utilizados pelos assentados, o restante é remanescentes florestais.

O diferencial deste assentamento é a forma cooperada de produção, sem a divisão de lotes por família. A principal atividade é o cultivo de hortaliças e os serviços de logística e distribuição da produção própria e de hortaliças produzidas por pequenos produtores da região. A cooperação pode começar com as formas mais simples e ir aos poucos tornando-se mais complexa, até chegar às superiores, em que a terra e o trabalho sejam administrados de forma coletiva. Este é o caso do assentamento estudado.

Neste contexto, o objetivo do trabalho é analisar a organização do trabalho coletivo e as relações de trabalho no Assentamento Conquista no Litoral, bem como sua influência na vida de cada assentado que compõe a cooperativa. Visa ainda observar o tempo dedicado ao trabalho coletivo pelas famílias do assentamento e as

contribuições do MST para o fortalecimento do processo de organização coletiva do assentamento.

A forma como as famílias se organizam coletivamente, por fazer parte de um pequeno conjunto de experiências de vida em coletivo nas áreas de Reforma Agrária, mostra-se relevante para o estudo. Portanto, há necessidade de compreender os desafios desta forma de organização diante da atualidade das relações de trabalho marcadas pela extrema exploração, competição, hierarquização e meritocracia. Pretendemos observar como esta forma de organização do trabalho contribui na formação dos sujeitos do MST e no próprio processo de luta do Movimento.

É necessário aprofundar teoricamente de que forma as contradições que emergem na sociedade capitalista afetam o processo de produção e reprodução da vida e como a organização coletiva do trabalho tem contribuído na formação de relações e valores em oposição à lógica do capital. Além de aprofundar a compreensão acerca dos elementos e valores que perpassam a relação de trabalho vivenciada cotidianamente pelas famílias.

As bases metodológicas para a realização da pesquisa que gerou o presente artigo contou com levantamento bibliográfico concernente às categorias trabalho e trabalho coletivo, partindo do referencial marxista. Fizemos um estudo de caso no Assentamento Conquista no Litoral, com base em observação, em entrevistas com todas as famílias assentadas (13) e no Projeto de Intervenção elaborado pelo grupo de Residência⁴, visando problematizar as seguintes questões: As ações coletivas desenvolvidas pelos assentados refletem os ideais de sociedade socialista propostos pelo MST? A organização do trabalho coletivo no assentamento constitui-se no

⁴ O Grupo de Residência foi composto por nove integrantes do Curso de Especialização, com a finalidade de residir no Assentamento Conquista no Litoral, para vivenciar o cotidiano das famílias, trocar experiências e, como requisito do curso, elaborar coletivamente um Projeto de Intervenção sobre a realidade vivenciada.

enfrentamento às relações capitalistas? De onde parte a decisão de criar, manter e fortalecer o coletivo? Qual a vinculação dos cooperados com o MST? A cooperativa e sua base produtiva assentada no coletivo se expressa em valores e relações sociais cooperadas entre os assentados e destes com o meio social em que vivem?

2 Trabalho e trabalho coletivo

Para compreender a experiência de trabalho coletivo no assentamento, partimos da compreensão do trabalho, com base na análise marxista. O trabalho é fundamental no processo de formação do ser humano e, contraditoriamente, fonte de exploração e alienação na sociedade capitalista.

De acordo com Marx e Engels (2009), partimos da premissa de que anterior a toda involução histórica, a existência de indivíduos humanos vivos é naturalmente a origem de toda história humana. A forma com que os homens passam a produzir sua vida é existencialmente o fundamento deste ser social e histórico. Desta forma, a atividade trabalho fundamenta todo processo de desenvolvimento do ser humano.

De acordo com Engels (2004), é pela capacidade de idear e de objetivar a sua ação que o homem pode conhecer melhor a maneira de intervir na natureza, distanciando-se cada vez mais dos animais. O aspecto fundamental dessa mudança deve-se à intervenção humana na natureza, visando sanar as necessidades apresentadas historicamente.

Em suma, o trabalho expressa-se como um elo central no processo formativo dos seres humanos, por ser o trabalho “[...] um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1985, p.149), ou seja, uma ação entre o homem e a natureza, na qual o homem

estabelece uma relação com o mundo em que ao intervir na natureza, simultaneamente produz mudanças na sua subjetividade e objetividade, explicitando o trabalho como fundante e criador do ser humano.

Com a apropriação individual dos bens produzidos coletivamente, o que era fruto de um grande grupo de pessoas tornou-se propriedade de uma pequena minoria. "(...) a transformação dos meios de produção minúscula de muitos em propriedades gigantescas de poucos, portanto a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história do capital." (MARX, 1971, p. 283).

Segundo Marx, duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato: de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante a compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. (1971, p. 252). Neste contexto, o trabalho visa a valorização do capital, gerando alienação e a geração da mais-valia pela exploração do trabalho assalariado.

Considerando a acumulação do capital e a exploração do trabalhador, bem como a concentração das riquezas nas mãos de poucos, o MST vem se contrapondo ao modelo que está posto, buscando construir coletivamente uma forma diferenciada de organizar e produzir sua subsistência. Um exemplo é o assentamento Conquista no Litoral, que ao longo de seus 18 anos de existência, vive constantemente o desafio de construir a organização do trabalho coletivo.

Partimos do pressuposto que os processos formativos que constituem o ser humano estão conectados aos processos produtivos, ou melhor, à atividade que os sujeitos desenvolvem no seu dia-a-dia. Seria um equívoco de nossa parte fazer ou mesmo pensar

a formação dos sujeitos sem levar em consideração os sujeitos na sua concretude. Considerar a atividade humana trabalho, prática social em que os homens estão engajados, é indispensável no âmbito formativo.

A produção das ideias, das representações, da consciência, está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real.; [...] os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais, que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento de forças produtivas e pelas relações[...]. A consciência, nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente e o ser dos homens é seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (MARX & ENGELS, 2009, p. 31-32).

Para o MST (1994), “o trabalho educa formando a consciência; produzindo conhecimento e habilidades; provocando necessidades humanas superiores”. O trabalho expressa-se como mediador da formação da consciência, produzindo a vida por meio da correlação entre as relações subjetivas e objetivas, pois a consciência, “[...] consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado [...] as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, 1982, p. 14-17).

Sendo assim, acerca dos elementos que fazem parte da vida, seja na luta pela terra, pela moradia ou na luta sindical/social (entre outras), originam-se elementos formativos que influenciam na formação da consciência, possibilitando um processo de consolidação de novos conhecimentos, neste sentido o trabalho apresenta-se como uma possibilidade de o homem alargar o conhecimento da e por meio da realidade.

A cooperação tem raízes nas civilizações antigas. Porém, o capitalismo se apropria desta forma de organizar e desenvolve a cooperação no trabalho produtivo, no interior das fábricas. Podemos denominar a cooperação como a forma de produção em que os trabalhadores trabalham juntos, num mesmo processo de produção, ou seja, cooperação é “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos (MARX, 1988, p. 246).

O trabalho cooperado para o MST é um grande instrumento para construção do ser social, permitindo ao camponês romper com o individualismo, passando a acreditar na força de um coletivo, e compreendendo que este pode fazer parte de uma forma de organização da produção por meio da divisão social do trabalho, “a cooperação no interior do MST, combinadas as demandas políticas e econômicas, responde também a uma demanda estratégica ao se vincular a um projeto de sociedade” (BONAMIGO, 2002, p. 74).

Mas não podemos esquecer que a cooperação se caracteriza principalmente pela divisão do trabalho, que adquire com a manufatura e a indústria a sua forma clássica no contexto capitalista, pois com esta se tem muitas vantagens, a redução do tempo de produção, aumento da força produtiva, a diminuição do valor da força de trabalho, redução dos custos e principalmente o aumento da produtividade. A divisão condena o trabalhador, sendo subordinado ao capitalismo, desconsiderando sua autonomia, excluindo sua capacidade de decisão e de apropriação dos resultados do seu próprio trabalho.

Em contraposição, a cooperação para o MST é a maneira de somar os esforços dos assentados, buscando a realização coletiva dos processos de produção, podendo ter como resultado vários elementos, por exemplo: a aquisição de maquinários e ferramentas, a organização de uma agroindústria ou cooperativa. “Para o MST,

a cooperação agrícola é uma prática social diferenciada, capaz de trazer os benefícios econômicos necessários aos assentados, mas, ao mesmo tempo, capaz de contribuir na luta por uma nova sociedade” (BONAMIGO, 2002, p. 74).

Os trabalhadores do Assentamento Conquista no Litoral buscam no trabalho a condição e a dimensão organizativa como mediação necessária de sobrevivência frente ao capital.

3 O Assentamento Conquista no Litoral

Localizado a aproximadamente 12 km de distância da cidade de Garuva, o assentamento conta com uma facilidade de deslocamento e escoamento da produção. Composto por 93 hectares, está localizado numa área de mata atlântica, compreendendo a preservação da vegetação nativa em 80% do espaço e área útil de 10 hectares ocupados pela área cultivável e os espaços de moradia, convivência e trabalho. Além da área cultivada no assentamento, os produtores arrendam 5 hectares para o plantio e pastagem de gado.

Não há divisão formal dos lotes, nas pequenas áreas individualizadas estão construídas as moradias (construídas em mutirão com tijolos ecológicos de barro prensado) e um pequeno jardim. As demais áreas são coletivas, compreendendo um refeitório com cozinha, instalações da cooperativa, plantações, criações de animais, lagoas, rio e reservas ambientais, campo de futebol, jardins e estradas.

O assentamento, mesmo com muita demanda de trabalho, procura manter seu vínculo com a luta social e, principalmente, a pertença ao MST, mesmo não participando com frequência das lutas do Movimento. Dentro de suas possibilidades contribuem como podem, particularmente com a parte financeira, visto que não têm

pessoas suficientes para participar das atividades políticas e de formação, devido à demanda de trabalho no assentamento.

Os núcleos de base constituem a instância de participação e tomada de decisão coletiva, onde se definem os encaminhamentos referentes a questões que permeiam os espaços coletivos. Também temos como instância orgânica do assentamento a coordenação, chamada de comissão, esta é composta por quatro pessoas. Atualmente, estão organizados os seguintes setores: Setor de Educação, Saúde, Produção, Finanças, também se constituem as seguintes equipes de trabalho que estão inseridas dentro dos setores: Alimentação e Infraestrutura. O núcleo do assentamento Conquista no Litoral divide-se em equipes de trabalho para a organização do coletivo. Essa divisão é realizada em cinco frentes: maquinário agrícola; refeitório; produção; animais e administração. Cada morador é responsável por suas funções em determinado setor e nesse permanece durante o tempo necessário para que se atenda a demanda do coletivo. O planejamento e a divisão do trabalho é realizado por eles, dividindo e alternando as funções diariamente, num rodízio de atividades pré-estabelecidas e pactuadas entre os próprios trabalhadores.

Um outro espaço coletivo de suma importância presente no Assentamento Conquista no Litoral é a Ciranda Infantil, esta cumpre um papel fundamental, pois atende as crianças, possibilitando assim que as mulheres possam participar das atividades da comunidade, desempenhando suas tarefas. Atualmente, a Ciranda conta com três crianças de um a dois anos de idade, e com uma educadora.

Um outro espaço que perpassa os sujeitos da comunidade é o espaço escolar, no assentamento há dois adolescentes de 14 anos, os quais frequentam a Escola Municipal Vicente Vieira, localizada na cidade de Garuva-SC, para chegarem até a escola estes fazem uso do transporte coletivo oferecido pelo município.

4 A organização do trabalho coletivo e a produção

As famílias do Assentamento Conquista no Litoral tem uma forma diferenciada de organização do trabalho, justificado pela pouca área útil para produzir, a baixa qualidade do solo e o número pequeno de famílias. Estes foram os fatores que levaram as famílias a repensar a forma de organizar o Assentamento, porém o fator fundamental que levou à organização coletiva partiu da política do MST. Desde o acampamento as famílias já discutiam o forma como iam se organizar, decidindo pelo coletivo por compreender que é um dos princípios do Movimento.

Nos anos de 1996 a 1998, os assentados deram prioridade à produção de alimentos, construção de açudes, estufas e pequenas lavouras. Inicialmente ao processo de constituição do assentamento, a produção realizava-se no sistema orgânico e com o passar dos anos ela foi orientada para a forma convencional. Instigados sobre porquê não continuaram com a produção orgânica, explicam que a decisão se deu por conta da grande demande de entrega, e por não terem experiência de produzir em maior escala o produto orgânico, optando pelo convencional.

As principais linhas de produção da cooperativa são hortaliças como alface, espinafre, rúcula, tempero verde, repolho, couve-flor, acelga, pepino e aipim. Para tais produções, contam com a estrutura de estufas para o cultivo protegido, sistema de irrigação, mantendo um sistema de produção convencional.

O custo de produção das hortaliças é de aproximadamente 9.500 reais/ano, pois para que o assentamento possa produzir suas hortaliças tem-se a necessidade da compra de insumos externos, para a correção e adubação do solo, além destes, tem-se a necessidade da compra de defensivos para o controle de pragas e doenças.

Na propriedade rural há a criação de suínos para consumo interno e venda para particulares. O valor não segue um padrão de

custo, ou seja, a venda é por unidade equivalente a R\$ 100,00. Para a criação de suínos conta-se com a estrutura de um chiqueiro em alvenaria. Essa medida foi tomada devido ao alto custo de produção/alimentação animal, pois é necessária a compra de alimentação externa para o trato dos animais. A produção no local não é suficiente para a demanda que se tem, pois o milho produzido em 4 hectares não atende a necessidade que se tem nos 12 meses do ano.

O leite oriundo da criação de vacas leiteiras é consumido nas refeições realizadas no refeitório coletivo, e ainda para a produção de doce de leite e queijos. Uma outra atividade produtiva no assentamento é a piscicultura, a qual conta com uma estrutura de nove tanques, sendo que sobre estes estão localizados os galinheiros, pois se faz o aproveitamento do esterco das aves para alimentação dos peixes. O “Pesque e Pague” é a forma de comercialização dos peixes. Para além da venda há também o consumo interno. Os galinheiros, além da carne, fornecem ovos para consumo interno. Assim como os demais animais, as aves também recebem insumos externos para a alimentação, pois a produção que se dá no assentamento destinado as criações não é suficiente para o ano.

A Cooperativa do assentamento – Cooperconquista – estabelece relações de comercialização com a Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização Dolcimar Luiz Bruneto – COOPERDOTCHI. Nessa relação, é necessária a oferta de uma determinada quantidade de produtos que a COOPERCONQUISTA não consegue atender, dessa forma são obtidos hortifrutigranjeiros de outros produtores locais, estabelecendo assim uma relação de prestação de serviço.

A marca Terra Viva representa a união de algumas cooperativas de assentamentos do estado a fim de coletivização para escoamento da produção. Dessa forma, alcança maior diversidade de produtos como leite, hortaliças, frutas, entre outros.

Para que a unidade de produção rural dê conta da demanda de entrega, a Cooperativa conta com 4 caminhões, além da estrutura física do galpão para armazenagem e embalagem dos produtos, há ainda uma câmara fria que os mantém conservados por mais tempo. Com relação ao escoamento da produção, essa é destinada a dois supermercados locais em Joinville, três restaurantes e oito verdureiros, além do programa governamental PNAE que atende três unidades educacionais nos municípios de Garuva, Joinville e Guaratuba.

Uma parte dos trabalhadores cuida da logística de distribuição e a cooperativa recém-fundada assumiu a distribuição dos alimentos de outros produtores. Localmente as famílias têm uma produção estimada de 1,6 mil quilos de hortifrutigranjeiros por dia, o que representa 48 mil quilos ao mês.

Para auxiliar as práticas produtivas do assentamento, os assentados contam com o apoio de um técnico de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) pela Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva COOPTRASC. No assentamento, é possível encontrar dois outros agentes formadores: o médico veterinário e o engenheiro agrônomo, destacados pelo município.

O núcleo do assentamento Conquista no Litoral divide-se em equipes de trabalho para a organização do coletivo. Com relação à força de trabalho para a coleta e entrega de produtos com caminhões, é estabelecido o critério de quem possui a carteira de motorista para tal categoria. Com o motorista, há um ou dois acompanhantes para auxiliar nas atividades. Para os caminhões e máquinas agrícolas há um responsável pela manutenção desses. O plantio e colheita das olerícolas é realizado por todos, conforme demanda de serviço. Para trato dos suínos, peixes e aves, a atividade conta com força de trabalho masculina, já para o gado leiteiro a atividade é exclusivamente feminina.

A área da administração possui três pessoas responsáveis pela parte burocrática que envolve notas, controle de entrada e

saída de produtos, pagamentos, interlocução com fornecedores e escolas, entre outras atividades. A jornada de trabalho do grupo gira em torno de 8 horas diárias. Os jovens (a partir de 14 anos) contribuem nas tarefas no turno da tarde, como aprendizes, porém o cálculo de suas horas é de 25% a menos que os adultos. Observamos, assim, que o cotidiano do assentamento Conquista no Litoral é composto pela divisão de tarefas, tarefas estas remuneradas de acordo com as horas trabalhadas.

5 A experiência coletiva do Assentamento Conquista no Litoral

Compreendendo o trabalho como a condição que possibilita nossa existência material e a nossa humanização, analisamos a realidade do Assentamento Conquista no Litoral, que tem como forma de organização o trabalho coletivo. Observamos as contradições do trabalho humanizador, mas que também se apresenta desumanizador e alienante.

A experiência de cooperação do assentamento demonstra que, ao estar inserido no modo de produção capitalista, mesmo o trabalho autogestionado, se vê condicionado pelas relações capitalistas, implicando numa ação intensificada, desgastante e alienante. A forma da Cooperativa sobreviver economicamente se dá pela geração de renda através do trabalho e da sua vinculação com o mercado capitalista.

O MST, a partir da luta social e da forma de organização coletiva, bem como da formação de quadros, busca no trabalho cooperado uma possibilidade de potencializar o trabalho em seu princípio educativo, na ótica dos trabalhadores. Na luta pela terra e pela reforma agrária, o Movimento tem no trabalho cooperado uma alternativa de enfrentamento ao capitalismo. Observamos isto

nas ações efetivadas pelo MST, tais como: a ocupação do latifúndio, os acampamentos, as marchas, as negociações, bem como na organização da cooperação agrícola, através dos Mutirões, de Grupos Coletivos Informais, das Associações, das Cooperativas de Produção Agrícola, das Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços e das Cooperativas de Trabalho.

O trabalho cooperado, desenvolvido no Assentamento, apresenta ao mesmo tempo a característica de ser o elemento fundamental na existência material do mesmo e das pessoas que o compõem, bem como ser o principal elemento formador dos sujeitos.

Nunca tive outra experiência de trabalho em assentamentos, sempre trabalhei em coletivo, se fosse necessário ia ter que aprender a trabalhar individual, mas não gostaria. (Assentado, 50 anos)⁵

A ideia de ser um assentamento coletivo existia desde o início, mesmo com muitas dúvidas de como seria, por onde começar, mas as famílias que ficaram eram as que estavam se propondo a viver em coletivo, quem não compartilhava da ideia já foi se encaminhando para outros acampamentos e assentamentos.

Percebemos no processo de construção deste assentamento, que os sujeitos criam e recriam formas de viver e que, para a Reforma Agrária realmente materializar-se, não é suficiente a democratização do acesso a terra, mas a viabilização de diferentes elementos econômicos, políticos e sociais. Para Pistrak, o ponto de partida da questão do trabalho coletivo, aponta “todo homem é mais ou menos um criador, e é correto que, como coletividade, somos todos criadores” (PISTRAK, 2001, p. 25).

No assentamento, encontra-se uma forma de organização totalmente coletiva, considerada pelo Movimento Sem Terra como

⁵ Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

a mais complexa, pois o uso da terra, a organização para o trabalho, os instrumentos de trabalho, as tomadas de decisões e o resultado da produção são totalmente coletivos. A verdadeira escolha por esta forma de organização de vida se deu, também, pelas condições desfavoráveis para produção agrícola e pela pouca quantidade de terra disponível para as 15 famílias. Apesar de eles serem incluídos perversamente em uma terra que praticamente não tinha condições de se construir um assentamento, os assentados viram como estratégia para superação dessas dificuldades o modelo coletivo de organização.

Pra nós, o sentido de viver em coletivo, vai muito além de garantir o trabalho, é resgatar as experiências já existentes de se viver em comum, não é pra fazer bonito para os outros, é pra ser bom pra todo mundo. (Assentado, 50 anos)⁶

Analisando a organização do trabalho coletivo no Assentamento Conquista no Litoral podemos destacar que as relações estabelecidas entre as famílias assentadas e os princípios do Movimento, fundados na cooperação e coletividade, se dão a partir de algumas demandas. Primeiramente, por ser um assentamento com pouca área útil para trabalhar, pois grande parte da área é de reflorestamento, devido à necessidade imediata de viabilizar a produção, pelos benefícios econômicos, pelo aumento da produção e pela diminuição dos custos. Neste sentido podemos compreender que:

A cooperação nos permite a distribuição do trabalho e acesso a outros meios de produção mais avançados tecnologicamente. A cooperação também nos permite a verticalização da produção, organizando as agroindústrias, a comercialização. Estas ações são necessárias e fundamentais para agregação de valor no produto, geração mínima

⁶ Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

de renda visando o acúmulo de forças e a resistência das famílias na terra (MST, 2005, p. 7).

Um segundo elemento é a dimensão política, proposta pelo Movimento, com intuito do desenvolvimento social da comunidade, avançando para além das questões econômicas, vinculada a um projeto de sociedade. A realização das tarefas coletivamente fortalece o grupo, tornando-se uma força para enfrentar o governo e a burguesia. Caracteriza-se assim como uma prática social, não limitada aos interesses econômicos, construindo um dos elementos mais importantes da luta de classe, a identidade coletiva.

A identidade coletiva do Sem Terra organizado em torno do MST é uma identidade de classe, construída politicamente pelas ações do movimento, tendo em vista a situação dos trabalhadores rurais sem-terra no processo de produção, comercialização, financiamento, abastecimento de insumos etc. O Sem Terra constitui-se como classe na luta de classes. Nesse sentido, a vinculação a uma classe social é determinada estruturalmente, pela posição que ocupa num sistema de produção, e também pela capacidade de organização e mobilização. (VENDRAMINI, 2002, p. 2)

A forma de organização coletiva no assentamento gira em torno do trabalho na produção agrícola (hortifrutigranjeiros), nas atividades do refeitório (refeições e limpeza), onde as refeições são realizadas de forma coletiva, assim como nas atividades da Ciranda Infantil e nas ações comemorativas (aniversários do Assentamento, da Cooperativa e dos membros da Comunidade). As atividades do assentamento são organizadas em quatro setores: coordenação, administração, infraestrutura e produção. Elas são constituídas por equipes de trabalho, de forma que cada uma conta com uma coordenação. O trabalho entre setores é articulado, sendo o poder descentralizado, garantindo autonomia de cada um para o encaminhamento e a resolução das atividades do dia a dia.

Para que o coletivo dê conta de suas tarefas é preciso muito planejamento, organização e principalmente disciplina. Cada setor e cada assentado têm a sua função, conforme organizado pelos coordenadores. Assim, o coletivo depende da inserção de cada sujeito na execução das suas tarefas, por sua vez, cada um depende do todo, demonstrando o caráter de auto-organização do grupo, na realização dos objetivos do coletivo.

Viver em coletivo não é tão fácil como as pessoas pensam quando vem aqui, sempre tem as dificuldades, cada um tem que fazer a sua parte para que tudo dê certo, se um falha atrapalha todo o processo do coletivo. (Assentado, 58 anos)⁷

Para as famílias do assentamento estudado, a produção é o que move o grupo. A criação da cooperativa é uma grande conquista para todos, pois veem nela uma autonomia de organizar e comercializar aquilo que produzem, sem ter que vender suas produções para atravessadores que só exploram o produtor.

Ainda que as cooperativas do Movimento Sem Terra apresentem inúmeras contradições em sua formulação e em sua prática, elas têm um caráter educativo. Educativo no sentido de provocar um espaço de disputa, disputa de ideias, de projetos, de formas de resolver os problemas, de relação com diversos setores sociais. (VENDRAMINI, 2002, p.10).

A base produtiva do Assentamento é constituída por quatro atividades: leite e derivados (para o consumo das famílias, bem como para a produção de queijo e doce de leite, para o consumo próprio e para comercialização); horta e lavoura (especialmente produção de hortaliças, responsável pela maior parte do

⁷ Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

faturamento da Cooperativa); atividade do refeitório (são feitas escalas mensalmente, onde cada semana uma pessoa fica responsável para preparar a alimentação para todo o coletivo e outra para lavar a louça e fazer a limpeza do espaço); auto-sustento (a esta atividade estão vinculadas a produção de carnes e de variados produtos destinados ao autoconsumo).

Além das atividades de cunho produtivo, seja para o consumo interno ou para comercialização, a Cooperativa conta com mais um setor, o de comercialização, esta atividade possui duas frentes: a de comercialização direta ao consumidor e a de comercialização no mercado ou em programas do Governo.

Em relação à carga horária, não há um limite de horas diárias dedicadas ao trabalho, estas dependem do período do ano, da quantidade de entregas a serem feitas pela cooperativa, alguns dias, trabalham em torno de 7 a 8 horas diárias, em outros trabalham muito mais, sendo uma rotina de sete dias semanais, ou seja, trabalham de domingo a domingo. Porém, no final de semana, a demanda de tarefas diminuiu um pouco, pois estes não precisam fazer entregas, mais precisam dar contas das atividades locais, como tirar o leite, tratar os animais e geralmente carregar os caminhões que saem na segunda bem cedo para fazer as entregas.

A partir das observações, percebemos que o trabalho no assentamento é intenso, segundo seus depoimentos, por causa do número reduzido de pessoas para trabalhar, restando pouco tempo livre.

Quando trabalhava de forma individual, eu me organizava como eu queria, no meu tempo, se o tempo atrapalhava, ou alguma outra coisa, ficava em casa, não tinha que cumprir horário, pois não ganhava por hora trabalhada, então eu fazia a minha hora, não que aqui eu tenha que cumprir, pois é um coletivo não uma fábrica, mas como ganhamos conforme contribuimos, todos procuram contribuir o maior número de

horas possíveis, mas de forma individual era bem diferente...
(Assentado, 58 anos)⁸

Eu nunca trabalhei de forma individual, gosto do coletivo, no momento sei que estamos trabalhando muito, sobra pouco tempo pra gente fazer as coisas particular, sempre estamos com falta de famílias para contribuir, como você pode vê, tem duas casas da agrovila vazias, é difícil quem vem permanecer por muito tempo, logo vão embora, não aguentam a rotina de trabalho, diz que é muito puxado, na verdade sabemos que é, mas nós que estamos aqui desde o início, que ajudamos a conquistar tudo, damos mais valor pras nossas coisas, não temos patrão, nós trabalha pra nós mesmo. (Assentada, 47 anos).⁹

Em relação ao pagamento, este é feito a partir das horas de trabalho realizadas por cada assentado, incluindo os jovens. No final de cada dia, as horas são registradas e ao final de cada mês, é computada a quantidade de trabalho realizado por cada um e o valor a ser recebido. O valor para os adultos e para os adolescentes são diferenciados, os jovens aprendizes recebem 30% a menos do valor da hora trabalho. As despesas coletivas como a alimentação, o consumo de energia elétrica, o uso do telefone e internet são divididas entre os assentados e descontadas.

Ainda que a organização do trabalho esteja assentada no coletivo, o pagamento pelas horas trabalhadas caracteriza-se como uma relação assalariada, ainda que não haja um patrão, todos têm horários para executar suas tarefas, como se estivessem empregados, têm o compromisso com as entregas nos mercados e nas instituições governamentais, na prática acabam sendo subordinados às relações capitalistas.

⁸ Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

⁹ Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

Os cooperados têm dois dias ao mês livres da rotina do trabalho. No entanto, esses dois dias em algumas ocasiões acabam não acontecendo devido à falta de força de trabalho para cumprir a demanda da cooperativa. Cada família tem direito a 15 dias de férias durante o ano, organizada por escala para não interferir na produção.

Neste assentamento, tanto a forma de organização da produção e a convivência social são coletivizadas. As moradias ficam próximas umas das outras, o refeitório é coletivo, onde os trabalhadores se encontram quatro vezes ao dia (no café da manhã, almoço, café da tarde e jantar) para realização das refeições diárias com todas as famílias. Este refeitório serve também como espaço de convivência social, onde se comemoram os aniversários, natal e ano novo, assim como qualquer outra data significativa para o assentamento. Há uma preocupação com o embelezamento das áreas sociais e das casas, com cultivo da jardinagem e das plantas medicinais nos tempos de folga.

A área conta com um campo de futebol que é pouco usado pelos assentados, assim como as represas de peixes que são organizadas para o lazer de pessoas externas ao assentamento como um meio de renda, sendo que os próprios assentados têm pouco tempo para desfrutar destes espaços. Na realidade, o “tempo livre” para as famílias é bastante restrito, e sabemos que este é “indispensável para o aumento da produtividade do trabalho, proporcionando o tão sonhado aumento do tempo livre. Tempo livre que deve estar associado às atividades de formação da consciência de classe”. (MST, 2005, p. 7).

Na maioria das vezes, os assentados desfrutam seus momentos de lazer fora do assentamento, nas cidades mais próximas, como Garuva ou Joinville. Com frequência, vão ao cinema mais próximo, principalmente os adolescentes.

O tempo que temos livre dentro do assentamento basicamente passamos em casa, pra variar trabalhando, porque acabamos indo arrumar jardim, plantar flores na frente da casa, pois cada um tem que cuidar da sua, ou saímos fora do assentamento, já que chega o tempo que cada um de nós quer falar ou estar com outras pessoas diferentes que não sejam os mesmos companheiros de trabalho. (Assentada, 27 anos)¹⁰

6 As contradições da vida coletiva no contexto das relações capitalistas de produção

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que as contradições destacadas aqui não tem a intenção de diminuir o valor da experiência coletiva, que vem sendo construída há 18 anos pelas famílias do Assentamento Conquista no Litoral.

As contradições da vida no contexto das relações capitalistas de produção presentes no assentamento Conquista no Litoral, acontecem em como qualquer outro espaço, seja ele organizado de forma individual ou coletiva.

Um primeiro elemento a ser destacado é a relação com o mercado, o qual determina o que e como produzir e a que preço vender. Se olharmos para a realidade do assentamento, vamos perceber que as famílias produzem primeiramente o que o clima e o solo possibilita, e depois o que tem mais saída no mercado, ou seja, as hortaliças. Porém o mercado exige muito além disso, como frutas e legumes, sendo que estas não são produzidas pelos assentados, e para atender a demanda passam de produtor a atravessador, compram o que não produzem de outros produtores da região.

No começo pra nós foi bem difícil, pois não sabíamos como lidar com essa situação, de entregar nos lugar aquilo que nós

¹⁰ Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

não produz, já que não conseguimos produzir tudo, uma porque o espaço aqui é pequeno, nós não tem gente o bastante pra trabalhar só na produção, aí tivemos que aprender a buscar outras formas de atender a demanda que nos é exigida, nos programas de governo no PAA e PNAE, é mais tranquilo porque colocamos o que temos e o que é mais fácil de entregar, mas para os mercados, não temos muita escolha. (Assentada, 45 anos)¹¹

Olha, na minha avaliação, as vezes acho que exageramos um pouco no tanto de compromisso que a gente faz, aí quase se matamos de trabalhar, as vezes não tem hora, qualquer hora é hora de carregar e descarregar caminhão, mas olhando por outro lado, vemos assim....que temos que trabalhar o bastante agora que ainda estamos aguentando, tentar se estruturar o máximo, pois estamos ficando velhos e daqui a pouco não vamos mais conseguir fazer o que fazemos...isso me preocupa, porque como você vê temos poucos jovens pra ir nos substituindo nas tarefas, não quero pensar muito mais, é preocupante, o que será da nossa cooperativa daqui alguns anos... (Assentado, 51 anos)¹²

Um outro aspecto que se apresenta nas relações capitalistas de produção, assentadas na divisão social e técnica do trabalho, é o trabalho repetitivo que as famílias executam, querendo ou não, quando estão em suas tarefas específicas é como se estivessem numa fábrica, fazem o mesmo movimento o dia todo. Os trabalhadores desenvolvem um número grande de atividades, porém estas exigem poucos esforços em termos de conhecimento, criatividade e técnicas, ou seja, o trabalho além de repetitivo é simples. O grau de escolarização dos sujeitos é baixo, são poucos os que concluíram o Ensino Médio, dentre todos da comunidade, ninguém tem curso superior, só uma assentada que tem curso Técnico em Agroecologia.

¹¹ Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

¹² Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

Olha, já fazia muitos anos que minha tarefa era só na cozinha, mas não aguento mais, pedi para trocar e ir contribuir na produção de hortaliças, estou com problemas nas costas e no braço, de sempre fazer o mesmo movimento, e pegar estas panelas pesadas, mas o pior de tudo é o choque térmico, sai de perto do fogão quente e se molha na água da pia, isso faz muito mal para a saúde. Sei que na horta também não vai ser fácil, como já desenvolvi os problemas, na horta tem que abaixar e levantar muitas vezes, também repete muito o mesmo movimento, mas ainda acho que é menos prejudicial do que na cozinha. (Assentada, 45 anos).¹³

As vezes é bem cansativo e desgastante, lidar com as verduras, é sempre a mesma coisa, colhe, limpa, embala, arruma nas caixas, o serviço não muda muito, pra nós mulheres, os homens ainda saem um pouco mais da rotina, vão para a lavoura, lidam com o manejo do gado, as vezes alternam quem vai fazer as entregas com o caminhão, cozinham, nós mulheres não, ou estamos na atividade das verduras ou é nosso dia na cozinha, sabemos que não é bom o trabalho repetitivo, o nosso corpo nos avisa disso...Mas não tem muito o que fazer, temos que dar conta das demandas, temos que fazer as tarefas... (Assentada, 27 anos).

Além do trabalho repetitivo, este também é muito intenso, como relatado acima pela assentada. Há uma tentativa de estabelecer um horário diário para iniciar as atividades as 7 horas e encerrar as 18:00 horas, porém são poucos os dias em que estes horários não são ultrapassados. Na rotina diária vão trabalhando conforme a demanda. Associado à intensidade do trabalho, observamos o reduzido tempo livre, para que possam se dedicar à família, ao estudo, ao lazer e outras atividades, inclusive para além da comunidade, estabelecendo outras relações. Assim, sua vida se reduz ao coletivo do assentamento, vivem juntos, trabalham juntos, fazem as refeições juntos, saem juntos.

¹³ Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

A remuneração se dá por hora trabalhada, ou seja, no formato do assalariamento, isso se apresenta como um dos elementos contraditórios da experiência, que visa uma nova forma de organização da vida, assentada nas necessidades e potencialidades de cada um, mas se depara com as imposições de uma relação capitalista assentada na valorização do capital e não do ser humano.

E, por fim, mas não menos importante, um elemento que se faz presente nas contradições capitalistas de produção, é o limite de vinculação com as lutas sociais, neste caso, com o MST. Devido ao pouco número de pessoas para trabalhar, acham difícil estarem participando dos espaços de formação e de luta (seminários, cursos, encontros, reuniões, manifestações públicas, dentre outros), pois se um sai sobrecarrega os demais. Os assentados ainda carregam consigo a identidade da luta, se reconhecem como movimento, fazem o uso das simbologias, se apresentam como MST com orgulho e são respeitados por isso. Para não se sentirem fora do Movimento, o coletivo busca contribuir financeiramente com a organização, seja em forma de produtos ou recursos, para subsidiar as atividades realizadas, porém um dos elementos mais importantes da cooperação, que é o comprometimento com a luta e a formação, estes não vivenciam.

Olha, pra nós é muito difícil tá saindo daqui pra participar das coisas do Movimento, as vezes quando é coisa de um dia nós vai e voltamos, não atrapalha nas tarefas, mais quando tem que ficar mais dias, nós nem se organizar, porque sabemos que não dá, as vezes fazemos um esforço, por exemplo no último congresso foi um representando o coletivo, não mais que isso, tinha mais gente querendo ir, mas não dava, foi muitos dias. (Assentada, 47 anos) ¹⁴

¹⁴ Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

Ainda que imerso em contradições, no Assentamento Conquista no Litoral, o processo de produção está alicerçado segundo o princípio da cooperação, forma de trabalho em que os assentados produzem juntos sobre uma base coletiva da terra e dos instrumentos de trabalho. A cooperação dos trabalhadores e trabalhadoras no assentamento acontece no processo produtivo. A cooperação é gestada pela auto-organização dos sujeitos que dele fazem parte, não sendo de forma impositiva. Para o MST e os assentados da Conquista no Litoral, o trabalho coletivo, enquanto modelo de produção, é assimilado como forma avançada de cooperação segundo a realidade almejada.

No assentamento, apesar dos avanços na sua organização e da realização do trabalho de forma coletiva, este não se configura numa ruptura com o sistema capitalista de produção, a qual implicaria uma revolução social.

O embate entre essas formas opostas é vivo, é palpitante, é motor do assentamento, é fonte de educação das pessoas. O trabalho situa-se no entremeio dessa disputa: ao mesmo tempo que busca livrar-se da exploração e alienação, ainda não consegue ser totalmente criativo, autogestionado e emancipador. O que de novo podemos observar no assentamento não reside no trabalho, mas na organização coletiva, que é a expressão do Movimento Sem Terra (DALMAGRO, 2002, p. 146).

Os trabalhadores cooperados destacam a importância da cooperação como elemento educativo e de superação de conflitos. O MST propõe estrategicamente combinar a ação econômica com a ação política, a forma de organizar o trabalho no assentamento denota um projeto pedagógico explícito para a grande maioria dos envolvidos. Entretanto, o projeto educativo gestado pelas famílias encontra resistência no conjunto das relações sociais, isto é, do processo educativo determinado pelo sistema capitalista.

Para nós, o MST é uma forma de luta dos trabalhadores na atualidade, fruto do estágio mais avançado do capitalismo e de suas mais explosivas contradições, que expressa a luta dos homens pelo acesso às condições elementares de sobrevivência e ao mesmo tempo por suas necessidades mais gerais: a superação do antagonismo entre as classes sociais e a socialização da riqueza – material e cultural. Contém em si o desafio de resolver os problemas mais imediatos que são também os mais amplos da humanidade e nisso consiste sua atualidade e seu potencial revolucionário. (DALMAGRO, 2010, p. 117).

Diante do que refletimos até o momento, podemos afirmar que mesmo imersos nas relações capitalistas de produção, as famílias do assentamento Conquista no Litoral buscam no cotidiano construir outras relações sociais, assentadas no coletivo para produzir a sobrevivência. O sujeito formado nesta dinâmica adquire um outro olhar voltado à sua realidade, conseguindo vislumbrar outro horizonte, no qual a relação de submissão ao capital seja ultrapassada, buscando firmar, nas relações estabelecidas e nas práticas desenvolvidas, o modo de vida almejado, com valores humanistas e socialistas.

7 Considerações finais

A vida na coletividade, com base no trabalho cooperado, a luta pela mudança na vida cotidiana e a construção de novas práticas sociais, a persistência na luta por transformações sociais mais amplas, a resistência da vida no campo, a busca por melhoria da qualidade de vida e o empenho em lutar e construir a Reforma Agrária, são aspectos que ao nosso ver sintetizam os grandes desafios do coletivo do assentamento Conquista no Litoral.

A partir de nossa análise da realidade pesquisada, vale destacar a complexidade deste espaço e desta forma de organizar a

vida, pois na sociedade atual, onde as relações sociais capitalistas predominam, pensar e materializar uma experiência coletiva é um grande desafio. O grupo de assentados busca no cotidiano produzir a própria existência, a partir de uma experiência não muito comum na sociedade atual, um espaço onde tudo é de todos, onde os produtores são os mesmos donos dos meios de produção.

Na sociedade atual, é um dissenso observar um determinado grupo cooperar e viver integralmente em coletivo, vivenciando todos os tempos e atividades juntas, desde o café da manhã até o jantar. Num primeiro momento, pode parecer tudo harmonioso, todos juntos construindo a coletividade. Porém, este coletivo não está isolado da sociedade capitalista, mais sim imerso nas relações de produção do capital, e isso influencia diretamente na forma como estes se relacionam, mesmo buscando uma nova forma de pensar e materializar-se enquanto coletivo, os limites e as contradições se fazem presentes na relação uns com os outros e com o meio que vivem.

Diante das contradições observada e apresentadas no texto, o que não podemos negar é que a forma como as famílias se organizam para produzirem a vida, vem dando conta de atender as necessidades básicas e imediatas, mesmo que a vida seja completamente tomada pelo trabalho, eles conquistaram muitos ganhos econômicos, uma vida mais estruturada com boas casas, carro, telefone, internet, mas pouco usufruem dos resultados do seu trabalho, pela falta de tempo. Os ganhos são sociais e políticos também. Ao organizar o trabalho de forma coletiva e cooperada, o MST e, mais especificamente, as famílias deste assentamento, buscam contrapor-se à característica que o trabalho assume no sistema capitalista, ou seja, o trabalho alienado. Para isto tem no trabalho cooperado uma das possibilidades de busca da emancipação humana. Pois, conforme Souza (2006, p. 109), “O princípio da educação para o trabalho e a cooperação tem o objetivo de fortalecer a visão crítica do assentado em relação às mudanças que ele pode produzir no seu jeito de pensar o trabalho na terra”.

Os sujeitos que integram esta experiência apresentam as alegrias e as angústias do que foi conquistado e do que há ainda por conquistar, conseguindo identificar os limites e desafios por vir. “No Coletivo tem muita coisa boa, mas também os problemas. Muitas vezes a gente percebe que as pessoas não conseguem pensar no geral, se limitam nas atividades e não conseguem avaliar” (Assentado, 58 anos)¹⁵.

Identificamos que a cooperação agrícola no MST é um dos elementos das diversas frentes de atuação desse movimento social, ou seja, o debate sobre a luta de classes e a superação da sociedade capitalista, não se resume às experiências coletivas de organização do trabalho e da produção, mas se encontram no todo orgânico da luta. Considerando as contradições inerentes ao processo de cooperação agrícola e à história da formação do MST enquanto movimento social, consideramos que a cooperação agrícola no MST faz parte de uma realidade que se constitui enquanto totalidade complexa e contraditória.

Os assentados do Conquista no Litoral enfrentam grandes desafios, visto que ousam construir uma experiência de produção e trabalho coletivo no interior das relações capitalistas de produção. Eles são um exemplo, seja a seguir no que diz respeito à capacidade de organização coletiva, seja a aprender com os erros e limites presentes no seu cotidiano. Ainda que considerando os grandes limites, compreendemos que sua experiência avança na direção da construção de um projeto socialista, que se sustenta na organização da classe trabalhadora em formas mais avançadas de produção da vida.

¹⁵ Entrevista concedida à Ana Claudia dos Santos, em 18 de Julho de 2015.

Referências

BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pra mim foi uma escola...** o princípio educativo do trabalho cooperativo. 2.ed. Passo Fundo: Editora da UFP, 2002.

DALMAGRO, Sandra Luciana. **Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos:** a formação humana no Assentamento Conquista na Fronteira. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

DALMAGRO, Sandra Luciana. **A escola no contexto das lutas do MST.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

ENGELS. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p.13-34.

MARX, Karl. **Crítica à economia política.** 3. ed. Trad. De Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v.1.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro I, v. 1 e 2.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Trad. de Alvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MST. **Construindo o caminho.** São Paulo: Secretaria Nacional, 1986.

MST. **Reforma Agrária:** por justiça social e soberania popular. São Paulo: Secretaria Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002.

VENDRAMINI, Célia Regina (Org.). **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

VENDRAMINI, Célia Regina. Autogestão e cooperativas agrícolas: formação humana x formação profissional. In: **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.



Os jovens no mundo do trabalho e o trabalho no horizonte dos jovens¹

*Greti Aparecida Pavani²
Célia Regina Vendramini³*

Resumo

Pretende-se analisar a situação dos jovens do campo no contexto das atuais relações de trabalho, compreendendo-a em suas múltiplas dimensões: sociais, políticas, econômicas e culturais. Tomando como base de estudo a realidade dos jovens do Assentamento Conquista do Sepé, localizado no município de Passos Maia, em Santa Catarina, o artigo tem como foco a relação dos jovens

¹ O artigo é resultado da monografia defendida por Greti Pavani no curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com Base na Agroecologia (Residência Agrária), em 2015, intitulada: “Os jovens no mundo do trabalho e o trabalho no horizonte dos jovens: análise com base na produção e reprodução da vida dos jovens do Assentamento Conquista do Sepé – Passos Maia – SC”.

² Professora da rede estadual de ensino de Santa Catarina. Licenciatura e bacharelado em geografia. Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com Base na Agroecologia. E-mail: gretipavani-geografia@hotmail.com

³ Professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Educação. E-mail: celia.vendramini@ufsc.br

com o mundo do trabalho, particularmente por meio do trabalho assalariado, necessário para a sobrevivência no assentamento hoje. A pesquisa que resultou no artigo foi desenvolvida com base em observações e entrevistas com jovens assentados. Observa-se o interesse dos jovens entrevistados em permanecer no assentamento e viver do cultivo da terra. A saída para o trabalho assalariado é uma necessidade e não um desejo dos jovens, especialmente pelo tipo de trabalho em que estão inseridos, simples e precário, nos frigoríficos, fábricas e plantações no entorno do assentamento.

1 Introdução

Neste capítulo, ao apresentarmos elementos de um pesquisa maior, temos como objetivo analisar a relação dos jovens com o trabalho no Assentamento Conquista do Sepé. O assentamento está localizado no município de Passos Maia, Santa Catarina e é fruto da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Nele residem 25 famílias e cerca de 45 jovens com idade entre 15 a 29 anos⁴.

Para compreender a realidade dos jovens assentados e sua relação com o trabalho, particularmente o trabalho assalariado, entrevistamos 11 jovens que residem no assentamento, os quais têm entre 15 a 27 anos de idade. As questões norteadoras do trabalho contemplam uma diversidade de situações vivenciadas pelos jovens, em termos de idade, vínculo com o trabalho (no assentamento e fora dele) e organicidade no assentamento. Os jovens, embora morem no assentamento, em sua maioria trabalham de forma assalariada na cidade.

⁴ Para os efeitos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. § 1º são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. (Brasil, 2013)

O campo de pesquisa – Assentamento do Sepé – é fruto de uma ocupação do MST em 2005, numa área com plantação de pinus e erva-mate, com assentamento no ano seguinte. Ele se localiza a 8 km da sede do município de Passos Maia. A área total do assentamento é de 526,83 hectares, sendo 105,36 ha de reserva legal e 79,81 ha da área de preservação permanente. (COOPTRASC, 2008)

Inicialmente, a proposta era de produção semi-coletiva⁵, porém no decorrer do processo de constituição do assentamento houve mudanças e a partir de debates das famílias, em sua maioria, decidiram dividir os lotes em parcelas individuais. (COOPTRASC, 2008)

Em termos de produção, o assentamento apresenta problemas como a divisão do espaço de cultivo que é pequena – cada família possui um hectare, os demais espaços de produção são uma divisão combinada entre as famílias, pois os pinus, que já existiam quando houve a desapropriação da fazenda, são reflexos do plano de reflorestamento do município e ocupam grande parte do assentamento, sobretudo as melhores terras. Esse processo ocasiona insegurança das famílias em investir no cultivo, devido à não medição dos lotes.

Por não obterem uma renda suficiente para o sustento do grupo familiar, há necessidade da saída de pelo menos um dos membros da família, principalmente os jovens e as mulheres, para buscar trabalho externo com ou sem vínculo empregatício, gerando a exploração da força de trabalho e em alguns casos a desistência dos estudos.

Os jovens do assentamento vivem as angústias, os desafios e a falta de perspectivas de viver no campo. Estes desafios também são apresentados por Stropasolas (2006) ao estudar jovens de comunidade rural no município de Ouro em Santa Catarina.

⁵ Cada família receberia 1 ha de terra para desenvolver a produção individual, o restante da utilização da terra e produção do assentamento seria realizado de forma coletiva.

O depoimento da jovem Elizangela⁶, de 23 anos, revela a situação dos jovens em geral no assentamento pesquisado:

Sim, trabalho no frigorífico, por conta que aqui não tem muita renda né, daí nós fomos trabalhar fora, trabalho em Xaxim, na Aurora. Vou de transporte da empresa, eu vou em Passos Maia, pego o ônibus lá. Eu levo uma hora. Eu pego das 4 e meia até 2 e meia da madrugada. Daí eu fico lá em Passos Maia, no final de semana eu venho pra casa.

2 Os jovens e o trabalho

Como método e referencial teórico de análise, buscamos em Marx e Engels, bem como em autores contemporâneos que se orientam pelo materialismo histórico, a base para o estudo das categorias trabalho e juventude. Compreendemos o trabalho na sua dimensão social e histórica como central na vida social. Para Engels (2004), o desenvolvimento do homem só foi possível por meio do trabalho, sejam os seu sentidos, inteligência, capacidade transformadora, como o desenvolvimento de sua riqueza material, dada a capacidade desenvolvida por meio do trabalho de transformar e agir sobre o meio natural. Para o autor, o homem é o único ser capaz de planejar antecipadamente sua ação sobre a natureza.

A concepção de Marx, apresentada abaixo, revela o caráter histórico e fundamental do trabalho na constituição do homem, no seu processo de humanização.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (...) imprimindo-lhes

⁶ Para preservar a identidade dos jovens entrevistados, utilizamos nomes fictícios.

forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (...) (MARX, 1971, p. 211)

Para analisarmos a inserção dos jovens assentados no trabalho, há necessidade de compreender como a sociedade burguesa se apropria do trabalho humano e o transforma em mercadoria, conduzindo o trabalhador a um processo de alienação. Para Castro (1988), baseado nos estudos de Marx, o trabalho se apresenta na sociedade capitalista com duplo caráter, sendo o abstrato manifestado no valor de troca e o trabalho concreto se manifesta no valor de uso. Desta forma, a mercadoria – condição da existência do sistema capitalista – esconde em sua essência uma grande parcela de trabalho que não aparece e que aos olhos humanos se dissolve no fetiche de mercado.

A participação e a alienação do trabalhador no âmbito do mercado econômico é fundamental para a manutenção do sistema capitalista, tanto como produtor como consumidor de mercadorias.

Ao observar a situação dos jovens do campo em geral, nos deparamos com a grande problemática: os jovens não veem perspectiva de renda no campo, não apostam no trabalho com a terra e percebe-se uma constante desmotivação com a vida no campo (STROPASOLAS, 2006). Da mesma forma, conclui Pavani, ao entrevistar jovens da comunidade rural Canhadão, no interior do município de Abelardo Luz.

Várias das pessoas com as quais conversamos na comunidade, em especial famílias onde existem componentes jovens, esclarecem que pelo menos um dos filhos reside na cidade, pois acreditam que no meio rural, para o pequeno agricultor, como falam, está muito difícil para viver no campo e garantir a renda para suprir a necessidade de toda a família. (PAVANI, 2011, p. 44)

Essa desmotivação dos jovens em viver no e do campo passa pelas condições econômicas apresentadas para os trabalhadores camponeses em virtude do modelo de desenvolvimento do campo imposto pelo sistema capitalista. (MANÇANO, 1999)

A situação marginal da agricultura familiar atinge diretamente os jovens que não veem perspectiva na vida do campo e, em muitos casos, por falta de incentivo dos pais e também pela estrutura familiar patriarcal, os jovens ficam sem voz e vez na propriedade familiar. Essa situação não é diferente dos jovens de assentamento, conforme Janata.

Os jovens do assentamento buscam o assalariamento. O contexto em suas histórias familiares é de múltiplas frustrações. Cresceram com as incertezas do plantio da agricultura, com as dificuldades de financiamento e crédito. Os pais, ou eles mesmos, buscaram no assentamento, seja pela luta organizada ou pela “compra de lotes”, uma forma de “melhorar de vida”, mas os avanços nem sempre foram alcançados. No âmbito mais geral, a renda mensal é o que se coloca como meta, objetivo a ser atingido, num momento em que o “medo da sobra” ronda esses jovens, como destaca Novaes (2005). Não lhes foram apresentadas perspectivas alternativas de produção da existência. Para os que vivem com os pais, o pedaço de terra não viabiliza condições materiais a todos da família. A vida ao redor é dura, cheia de dificuldades. As necessidades objetivas interagem com seu “espírito de jovem” e os levam a buscar possibilidades em outros espaços. (2012, p. 214)

Uma outra situação apresentada por Stropasolas (2006) diz respeito à escolha do sucessor da família por parte dos pais. Este é um grande dilema entre os pequenos agricultores que possuem pouca terra, a qual não comporta todos os filhos, assim, geralmente o sucessor acaba sendo o filho homem, as moças são as mais discriminadas, estas são preparadas para o casamento ou migram para a cidade em busca de emprego e continuidade dos estudos.

O jovem é iludido por uma pretensa liberdade propiciada pelo assalariamento, por meio dos meios de comunicação e da própria escola, os quais naturalizam a exploração do trabalho. No caso dos jovens da classe trabalhadora, a busca pelo assalariamento acontece mais cedo, como consta em Janata: “Empregar-se tardiamente, aliado à permanência nos estudos, não é um contexto colocado à grande parte dos jovens da classe trabalhadora. Estes, ainda antes dos 16 anos, estão no mundo do trabalho precariamente”. (2012, p. 115)

Ainda segundo Janata (2012), no contexto geral do Brasil, os jovens trabalhadores estão na informalidade e no trabalho precário.

No Brasil, a informalidade atingiu 60% dos jovens dos 15 a 24 anos ocupados em 2006 (OIT, 2009). O esquema a seguir revela o número absoluto e a distribuição entre os economicamente ativos, segundo a situação em relação ao trabalho. Em termos numéricos, o contingente de jovens desempregados e inseridos informalmente em 2006 soma cerca de 15 milhões, o que significa um pouco menos da metade do total de jovens brasileiros na referida faixa etária. (p. 129)

A participação massiva do trabalhador no processo produtivo atinge diretamente toda a classe trabalhadora, inclusive os jovens que estão inseridos no mercado de trabalho, organizados em uma rede de cooperação, onde mesmo de forma individualizada são trabalhadores cooperados. Segundo Rummert:

(...) uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no agente real do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, dos produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, (...). (2002, p. 58)

Observa-se também nestes últimos anos uma tecnificação do mercado de trabalho, este processo atrai os jovens. Na maioria dos casos os jovens veem a escola como meio para melhorar sua condição de vida, buscam estudar e fazer cursinhos profissionalizantes para poder obter um emprego melhor e que lhe garanta um salário um pouco maior. Assim, a busca por cursos rápidos e profissionalizantes com certificação é muito comum entre os jovens. Desta forma, a necessidade de força de trabalho cada vez mais especializada leva a juventude a buscar este tipo de instrução que prepara para o mercado de trabalho e os que não o fazem ou não conseguem fazer ficam de fora, e mais uma vez a culpa recai sobre o trabalhador e não ao sistema estrutural do capital.

A educação formal no capitalismo é regida e pensada de acordo com o momento e modelo posto na economia. Para Castro, baseado nas leituras em Marx:

A relação tecnologia/trabalho apresenta um outro aspecto, o da relação trabalho/ensino. A dualidade implícita no processo de adaptação dos trabalhadores aos novos meios de trabalho (mecânicos, elétricos, eletrônicos, robóticos, etc.) isto é, a dupla tendência a desqualificação e a polivalência (polivalência exigida dos próprios desqualificados) coloca a necessidade objetiva de uma instrução mínima adequada. Esta exigência é revelada por Marx na análise da produção maquinizada (fábrica), onde diz que “a indústria gerou, pela primeira vez, a necessidade de uma instrução mínima .” (CASTRO, 1988, p 12)

Esta necessidade dos jovens em buscar formação rápida para que possam ser aceitos no mercado de trabalho gera um grande desafio, principalmente para os jovens do campo que ao serem privados destas formações em seus espaços de vida migram para a cidade na ilusão de trabalhar e estudar. Contudo, na maioria das vezes acabam se deparando com o desemprego ou com a precarização do trabalho.

O desemprego juvenil contemporâneo, uma das marcas da vida dos jovens na atualidade, é, portanto, consequência estrutural das relações de produção capitalistas. O grande número de jovens que tem uma oportunidade de trabalho negada é revelador da “crise estrutural do capital”, e as taxas de desemprego juvenil têm abalado até mesmo os países historicamente centrais do capitalismo, os europeus e os Estados Unidos. (JANATA, 2012, p. 126)

Porém, a impossibilidade de conseguir um bom emprego acaba recaindo sobre o indivíduo. Entre os jovens, a esperança do sucesso está no estudo, como afirma a jovem Elizangela, de 23 anos, que possui somente a 6^a série, “se a gente tivesse mais estudo poderia arrumar um emprego melhor também”. Desta forma, o discurso sobre a necessidade de força de trabalho especializada leva a juventude a buscar uma instrução simples, rápida, para a inserção no mercado de trabalho, geralmente o trabalho simples e precário.

3 O trabalho e os jovens do assentamento Conquista do Sepé

A análise diz respeito à forma como vivem e trabalham os jovens do assentamento Conquista do Sepé. Foram entrevistados 11 jovens com diferentes formas de trabalho e renda, dos quais cinco trabalham de forma remunerada e seis trabalham na produção agrícola no assentamento.

Dos jovens que trabalham fora de forma assalariada, dois são empregados em frigorífico de aves em outros municípios e dois trabalham em fábrica na cidade de Passos Maia. Todos consomem mais de 11 horas por dia no trabalho, contando com as horas trabalhadas e o trajeto para chegarem até o local de trabalho, uma das jovens que trabalha no frigorífico gasta cinco horas de ônibus por

dia entre ir e voltar do local de trabalho. É importante ressaltar que duas das demais jovens entrevistados também já trabalharam no frigorífico, inclusive a jovem Andréia de 23 anos relata: “trabalhei dois anos fora. Não gostava. Trabalhava porque era necessidade né, obrigada. Trabalhava na JBS frigorífico de carteira assinada e fora já trabalhei assim de fazer faxina”. As mulheres em geral trabalham em frigoríficos da região e os homens em fábricas ou fazendas próximas.

O relato da jovem Elizandra, de 19 anos, evidencia as condições de trabalho e o deslocamento para trabalhar: “Eu pego aqui o ônibus, dá umas 2 horas e meia de viagem. Eu pego das 3 e meia da tarde até 1 hora da manhã”. O jovem Sidimar, 27 anos, relata: “trabalho tipo temporário, no *pínus*, roçada, meio de tudo. Mais por dia assim aqui mesmo próximo já que não tem carteira assinada. Na verdade eu preferia de carteira assinada, mas já que não dá né”.

Os demais jovens trabalham nos afazeres da casa e no trabalho com a terra no lote auxiliando os pais ou companheiro(a). É interessante destacar que basicamente todos os jovens entrevistados demonstram interesse em trabalhar na terra, mas sempre ressaltando a dificuldade financeira. É importante destacar novamente que o Assentamento Conquista do Sepé tem um caso muito particular que impede a divisão dos lotes.

Dos jovens entrevistados, alguns moram no lote dos pais mas em casas separadas, geralmente os jovens casados, sendo que apenas duas das entrevistadas moram em seu próprio lote junto com o cônjuge, outros ainda moram na casa dos pais. Temos ainda duas jovens que são assentadas e moram no próprio lote, estas inclusive participaram de todo o processo de ocupação, tem também o caso de uma jovem que durante a semana mora na casa de uma família amiga na cidade de Passos Maia e no final de semana vai para a casa dos pais.

Chama atenção o caso de seis jovens que já tem filhos, até mesmo dois filhos. Geralmente as moças acabam tornando-se mães

muito cedo, inclusive sendo mães solteiras ou que se separaram de seus companheiros, sobrecarregando ainda mais sobre elas a necessidade de obter renda, este é caso de duas jovens que precisam sustentar os filhos sozinhas.

Entre tantas questões, aponta-se um dado preocupante, o nível de escolarização dos jovens entrevistados, somente um deles possui o ensino médio completo e três continuam estudando. A maioria não conseguiu concluir o ensino fundamental. Porém, dos 11 jovens entrevistados, oito deles ressaltam a vontade de voltar a estudar ou continuar os estudos e quem sabe um dia cursar uma faculdade. É o caso da jovem Andréia, de 23 anos, que demonstra grande interesse em voltar a estudar: “Tô tentando buscar forma né, vê se eu consigo terminar meus estudos. Eu tenho, vontade eu tenho, mas se eu chego lá eu não sei. Meu sonho desde pequena foi a medicina, é uma coisa que é difícil, precisa de dinheiro e é difícil”.

Três jovens afirmaram não pretender voltar a estudar. É o caso de Vismar, de 20 anos, que pretende ter outra profissão, além de agricultor, mas não pensa em voltar a estudar: “nunca pensei em fazer uma faculdade, minha ideia é que nem eu disse pra ela era dirigir um ônibus, ser motorista de ônibus escolar, mas fazer faculdade não”. Lembrando que este jovem é o único dos entrevistados que possui Ensino Médio completo.

Os jovens do assentamento Sepé, embora morem no assentamento, em sua maioria trabalham de forma assalariada na cidade. Estes consideram sua principal renda oriunda do trabalho, ou mais precisamente, do salário. O estudo sobre esta realidade nos permitiu fazer uma análise da relação que a juventude estabelece com o trabalho e com o trabalho na terra. Observamos que os jovens atualmente tem pouco engajamento com o trabalho no lote e também com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na ação coletiva da luta pela terra e pela reforma agrária.

O Assentamento Conquista do Sepé é novo, grande parte de seus moradores são jovens, dos quais a maioria participou do processo de ocupação, alguns são assentados e outros são filhos de assentados. Por meio das entrevistas, percebemos que os jovens gostam de morar no assentamento e não pensam em morar em outro lugar. Quando fizemos a pergunta sobre a vida dos jovens no assentamento, se é diferente da cidade, tivemos algumas respostas interessantes como a da jovem Andréia, de 23 anos:

Com certeza é diferente da cidade, eu não sei, falo por mim e falo pelos outros, mas acho que o nosso assentamento é o assentamento que mais tem juventude. É onde que eles não pensam a maioria deles não pensam em morar na cidade, porque trabalham fora e já conhecem a realidade, sabem o que é a cidade e tem também uns que ficaram sozinhos com os pais, tão cuidando do lote.

A proximidade da área com o centro urbano possibilita que principalmente os jovens permaneçam morando no assentamento, mas trabalhem fora. Esta realidade se diferencia um pouco, como em relação aos jovens dos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves, no Paraná, os quais, segundo Janata (2012), tendem a sair do assentamento em busca de emprego na cidade. Um dos motivos essenciais que levou os jovens entrevistados a sair de casa logo após o término do ensino médio foi a busca por trabalho, visto que a produção no lote não possibilitava a sobrevivência.

Esta realidade nos leva a fazer alguns questionamentos: os jovens saem do assentamento somente porque a renda familiar do lote não comporta todos da família? Tem outros motivos que levam os jovens a buscar trabalho assalariado? Janata (2012, p. 93) também faz um questionamento: “Diante das mazelas do capitalismo, como tem sido “ser jovem” da classe trabalhadora, especificamente, de um assentamento do MST?” Estas questões nos remetem a várias

reflexões acerca da situação em que o jovem está exposto a uma série de dilemas vividos na sociedade capitalista atual, que exclui e ao mesmo tempo incorpora a classe trabalhadora, mas de uma forma perversa, como fornecedora de força de trabalho aos moldes do sistema de produção capitalista.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, os jovens entrevistados demonstram interesse em viver no campo e sonham com um futuro melhor. Fato este presente nas falas dos jovens entrevistados, que além da vontade de permanecer no campo também almejam tirar da terra seu sustento, como demonstra o jovem Rafael, de 20 anos: “Gosto né, só que acho que a gente tem que ter mais condições, porque seria bom se a gente se virasse só com o trabalho no lote né, sem precisar trabalhar fora.”

O jovem Vismar, 20 anos, também manifesta interesse em trabalhar no lote.

Eu na verdade eu preferia dez vezes sair da firma se pudesse, se tivesse condição de trabalhar do lote, porque eu gosto muito, desde pequeno dos dez doze anos eu comecei a trabalhar junto com o pai no mato assim pros outros, que nós não tinha terra né. Mas eu gostaria de trabalhar no nosso lote do que pra fora, a gente trabalha porque precisa né, tem que ganhar dinheiro pra viver.

A vontade de permanecer no assentamento é grande, mas as dificuldades apontadas pelos jovens constituem-se num entrave e num desafio, como relata novamente Vismar:

Na verdade a gente fala em trabalhar no lote assim né, mas a ideia do que trabalhar no lote, é... tem poucas possibilidades assim, se for plantar o lote inteiro já não dá, é pouco os que conseguem né. Hoje em dia o produto já não tem muito lucro né, mas seria vaca de leite, uma coisa assim, mas é uma ideia nossa, mas o tempo vai passando. Agora a nossa ideia ali com a mãe, o pai, é lidá com vaca de leite.

Mas com o tempo vai passando, vai surgindo outras ideias, perde aquela vontade. Na verdade, se tivesse condições e se a pessoa tivesse tudo no lote assim que já tivesse medido, acho que consegue viver do lote.

Neste depoimento, fica nítida a perspectiva que os jovens têm de viver no campo e tirar da terra seu sustento, porém também aparece a desilusão vivida por grande parte dos jovens. Jovens que junto com suas famílias participaram de uma luta para a conquista da terra, viveram embaixo de lonas acampados, participaram de diversas ações mobilizadoras e hoje têm dificuldades em produzir a vida no assentamento conquistado, sendo levados ao assalariamento.

Contudo, para os jovens, a busca pelo assalariamento traz consigo uma representação maior, para além da sobrevivência.

Para a juventude, o trabalho, além de ser meio para suprir a subsistência, também assume o significado de possibilidade de emancipação financeira e, conseqüentemente, emocional-familiar. A “busca da experiência e da maturidade” pressupõe o acúmulo de situações de trabalho, distinguindo-o de “outras situações sociais formadoras”. (JANATA, 2012, p. 213)

Esta busca da emancipação, própria da juventude, está presente principalmente nas famílias ligadas ao campo, onde geralmente o sistema patriarcal é predominante, sendo o pai quem determina os rumos da propriedade. Os jovens e em geral as mulheres acabam somente acatando ordens, e desta forma o trabalho com a terra, no assentamento, não está apresentando uma perspectiva emancipatória, causando desilusão aos filhos dos trabalhadores do campo. Segundo Stropasolas (2006), a relação entre pai, filhos e esposa nem sempre é de diálogo e na maioria das vezes as decisões são tomadas pelo pai. Para o autor, “a forma como é gerenciado o processo decisório na propriedade, a posse e alocação do dinheiro são fatores

que explicam alguns dos descontentamentos que emergem desta relação”. (p. 253).

Contudo, um dos grandes desafios do MST hoje diz respeito à inclusão dos jovens no debate em torno da produção da vida nos assentamentos. Observamos que os jovens pesquisados não participam das reuniões do assentamento para discutir sobre produção ou sobre a questão dos *pínus* e divisão dos lotes. Esta análise aparece no texto para estudo do II Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA):

Do ponto de vista da formação da juventude há desafios específicos importantes. Não podemos naturalizar a ideia de que a única alternativa de geração de renda para a juventude, sempre colocada como fator determinante de sua permanência no assentamento, é sua saída para o assalariamento precário. (II ENERA, 2014, p. 117)

Em relação ao lazer e à organização, os jovens entrevistados geralmente reúnem-se no final de semana no assentamento para jogar bola no campo de futebol, uma das principais formas de lazer disponíveis. As demais formas de lazer são encontradas fora deste espaço. A entrevistada Andréia, de 23 anos, faz uma afirmação importante sobre os jovens que trabalham durante a semana fora e se reúnem no final de semana: “a maioria trabalha fora, se vê só nos finais de semana, mas sempre estamos reunidos na comunidade, todo mundo se dá bem aqui, a juventude pelo menos”.

Segundo o texto para debate do II ENERA:

Os jovens precisam ser provocados a discutir a situação dos assentamentos a partir dessa nova chave de leitura, que é o debate da reforma agrária popular. Nosso esforço deve ser para que entendam que sua participação nesse novo momento de luta é a alternativa para não serem obrigados a deixarem os assentamentos, o campo, em busca de trabalho. (II ENERA, 2014, p. 117)

Estes apontamentos indicam a necessidade de uma organização da juventude para que possam participar ativamente da vida do assentamento, para que tenham condições de ajudar nas decisões internas do mesmo.

Estabelecer um amplo processo de Reforma Agrária que possibilite a todos ter acesso à terra, e através dela garantir a (re) produção da vida nesses territórios, produzindo alimentos saudáveis com base na agroecologia, é o que deseja o MST para o campo brasileiro. (MST, 2013).

Neste sentido, desde sua gênese, o Movimento conta com a força e a coragem de luta da juventude, desta forma ter os jovens como uma força precursora da luta é de fundamental importância. Contudo, a organização destes jovens para a militância é um dos grandes desafios da organização, sobre como mobilizar esta juventude de forma que tenha consciência e se mobilize na luta por uma sociedade socialista. Analisando este desafio, o MST traz como uma das metas do VI Congresso, realizado em fevereiro de 2014, a organização da juventude através de formação, trabalho de base e inserção na produção e nas cooperativas ligadas à organização.

No assentamento Conquista do Sepé, apesar de basicamente quase todos os jovens terem participado do processo de acampamento, os jovens entrevistados não têm engajamento direto com a luta, não são militantes ativos. Porém, todos reconhecem a luta da organização e participam ou já participaram de atividades feitas pelo MST, como Jornadas de Lutas em Florianópolis, Encontro dos Sem Terrinha, Marchas, Caminhadas, Dia da Mulher etc. Nesse sentido, podemos observar que os jovens compreendem a importância da luta do MST, porém não se sentem parte dela.

Contudo, estes jovens ainda consideram a vida deles boa, com exceção de uma jovem que afirma que gostaria de mudar de vida. É interessante que quando questionados sobre o que eles mudariam na vida hoje, todos ficaram muito pensativos, pareciam não

ter refletido sobre isso. Apesar de ainda sonharem, de terem expectativa para uma vida melhor no local onde vivem, esta perspectiva parece estar longe, num futuro distante, pela sua fala revelam que no momento não têm o que fazer. Neste sentido, Francieli, 24 anos, afirma: “na minha vida, ah sei lá, mudaria muita coisa, mas como a gente não pode né, deixa assim mesmo ...(risos)”. Para Andréia, 24 anos, “agora,... a principio na minha vida acho que nada...”. Para Aline, 16 anos, “pra mim tá bom assim”. Para Rafael, 20 anos, “tá bom assim, queria que medisse o lote pra gente poder plantar duma vez”.

Dois dos jovens entrevistados gostariam de mudar o rumo de suas vidas, como é o caso da jovem Elizangela, de 23 anos: “eu mudaria de vida. Queria um emprego melhor, um salário melhor, dar mais oportunidade pra minha família, dar mais como é que eu posso dizer, conforto, conforto pra minha família”. O jovem Sidimar, 27 anos, também expressa esta vontade de mudança “Ter um emprego bom, fazer as coisas mais bem feita, eu sou muito doido, aplicaria o dinheiro”.

No entanto, o que se percebe através das entrevistas é que os jovens, apesar de não saberem ainda o que querem para suas vidas, pois ao longo da entrevistas eles se contradizem bastante e não conseguem apresentar com clareza seus planos, pois talvez não os tenham, porém estes expressam o desejo e esperança de um futuro melhor e depositam suas expectativas de viver no e do campo. Acreditam que com a retirada dos pinus e a divisão dos lotes, os problemas deles com renda e produção irão se resolver. Porém, será que esta é a saída?

Estas grandes questões nos levam a refletir o quão ainda é necessário pesquisarmos, conhecermos e compreendermos a realidade dos inúmeros jovens que vivem no campo, ao invés de condená-los por deixarem o campo e procurar oportunidades nos centros urbanos. A busca por viver no campo também é parte do cotidiano da juventude, ainda que consideremos o processo constante de

ficar e sair do campo, visto que o presente não lhes dá alternativa imediatamente, assim os jovens tendem a deixar o campo e migram para a cidade na esperança de uma vida melhor.

4 Considerações finais

Após pesquisar a realidade dos jovens no Assentamento Conquista do Sepé, vivenciar alguns dias com aquelas famílias, observar, conversar com os jovens, constatamos que grande parte dos que ali residem trabalham fora do assentamento de forma assalariada, porém não deixam de morar no assentamento. Observamos a inserção no trabalho simples e precário, a baixa escolaridade, o casamento precoce, as poucas alternativas de lazer, a participação na luta pela terra e atualmente o pouco engajamento com o Movimento dos Sem Terra.

A realidade estudada apresenta um diferencial em relação a outros assentamentos da região, que é a proximidade com a cidade. Esta localização permite que os jovens trabalhem na cidade de forma assalariada, mas sem precisar morar no centro urbano, permanecendo no assentamento.

A busca pelo assalariamento deve-se à necessidade financeira, sendo que os jovens que trabalham fora de forma remunerada já são casados ou possuem filhos que precisam sustentar. Outra questão também é a situação muito particular do assentamento, em que boa parte de seu território está ocupada com plantio de pinus, que por impasse de negociações entre INCRA e UNIÃO, impossibilita a retirada da madeira, que por sua vez não possibilita a divisão dos lotes e os assentados ficam com dificuldade de produzir na terra.

Contudo, percebe-se o interesse dos jovens entrevistados em permanecer no assentamento e viver do cultivo da terra. A saída para o trabalho assalariado é uma necessidade e não um desejo dos

jovens, especialmente pelo tipo de trabalho em que estão inseridos, simples e precário, nos frigoríficos, fábricas e plantações no entorno do assentamento.

Desta maneira, para a juventude do assentamento, o trabalho é a garantia de reprodução da vida, independente da forma como ele se apresenta, simples, precarizado e alienado, é através deste que produzem a sobrevivência, lembrando Janata (2012), é através do trabalho também que os jovens buscam sua emancipação.

Em relação ao estudo, o que nos chamou atenção foi a baixa escolarização dos jovens, isto culmina também na precarização dos empregos, na instabilidade e nos baixos salários. É interessante ressaltar que os jovens que declararam interesse em continuar os estudos e talvez fazer uma faculdade, não pensam num curso voltado para a agricultura, embora demonstrem interesse em permanecer no assentamento e trabalhar no lote. Será que podemos compreender esta situação como uma falta de perspectiva real de viver no campo, de trabalhar na terra e de tirar sua renda através do manejo de seu próprio lote? Outra questão ainda ligada à educação é que nenhum jovem que deseja continuar os estudos ou voltar a estudar pretende cursar alguma licenciatura para ser professor. Será que estas questões apontam uma desilusão com a escola e a profissão docente?

Em termos metodológicos, foi fundamental a vivência no assentamento que, para além das entrevistas, possibilitou vivenciar as angústias e as incertezas da juventude que ali reside. Estes reconhecem o MST enquanto movimento social com grande importância na vida deles, porém a inserção efetiva na militância é pequena.

Compreendemos que a inserção dos jovens do assentamento Conquista do Sepé nas discussões e debates do assentamento, assim como nas instâncias formativas do MST, poderá contribuir para que estes criem alternativas de sobrevivência e de permanência no assentamento para além do trabalho assalariado. Coletivamente, a

juventude tem possibilidade de construir alternativas de vida emancipatórias.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Presidência da República Brasília, DF, 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 26 de abril de 2015.

CASTRO, Ramón Peña. **A questão do Trabalho**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1988. Mimeo.

COOPTRASC. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)**. Passos Maia – SC, Conquista de Sepé, 2008.

II ENERA. **II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária**. Textos pra estudo e debate. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ENGELS. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p. 13-34.

JANATA, Natacha E. **“Juventude que Ousa Lutar!”: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MANÇANO, Bernardo F. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro. Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999

MARX, Karl. O processo de trabalho ou o processo de produzir valores de uso. In: **O Capital**. Livro 1, v. 1, parte III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 211- 231.

MST. **Programa Agrário do MST**: texto em construção para o IV Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

PAVANI, Greti A. **O jovem e sua perspectiva de viver no campo: interior de Abelardo Luz-SC**. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em Geografia), Universidade Estadual de São Paulo, UNESP, Presidente Prudente, 2011.

RUMMERT, Sonia M. Jovens e adultos trabalhadores e a escola: a riqueza de uma relação a construir. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.





As mulheres no processo de produção e reprodução da vida no Assentamento Conquista de Sepé

*Raquel Forchesatto¹
Mauro Titton²*

Resumo

Este trabalho é resultado dos processos de formação ocorridos durante o Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária). A partir da elaboração de um projeto de pesquisa coletivo, realizado durante as etapas de Tempo Comunidade, foram elencados diferentes temas visando ao aprofundamento de estudos e debate com a comunidade e à elaboração de monografias. Em seu desenvolvimento, buscou-se compreender como ocorre a

¹ Graduada em Serviço Social (Unochapecó) e Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária) (UFSC).

² Doutor em Educação (UFSC) e professor do Centro de Ciências da Educação da UFSC. Orientador do TCC do qual se origina o presente trabalho.

participação das mulheres no processo de produção e reprodução da vida no Assentamento Conquista de Sepé. Realizou-se estudo bibliográfico visando conceituar elementos fundamentais para responder nosso problema de pesquisa. Foi realizada pesquisa de campo com uso de entrevistas tendo como intuito compreender a realidade das mulheres do assentamento pesquisado. Assim, foi possível perceber a dificuldade de participação das mulheres em espaços de formação internos e externos ao Assentamento; mais que isso, o debate de gênero pouco perpassa pela realidade vivida no local. Há, fortemente, traços que indicam a divisão de papéis femininos e masculinos no que se refere ao trabalho realizado pelas famílias. Com isso, foi possível indicar a necessidade do debate e de ações sobre as relações de gênero no Assentamento, bem como a compreensão da agroecologia como uma forma de produção e reprodução da vida que pode auxiliar também no processo de superação das desigualdades de gênero. Para isso, apontam-se como necessárias ações de formação que pautem estas questões em todos os espaços de organização do MST.

I Introdução

Este capítulo apresenta como tema principal a participação das mulheres no Assentamento Conquista de Sepé, levando em consideração aspectos sobre as relações de gênero, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a agroecologia.

O desenvolvimento deste trabalho baseou-se na realização de atividades durante o Curso de Especialização, realizadas durante o Tempo Comunidade (TC). Nesse processo, foram realizadas quatro etapas de TC, que possibilitaram a vivência em um grupo multidisciplinar, no Assentamento Conquista de Sepé, e que contribuíram para a elaboração de um projeto de pesquisa coletivo. Nesse

projeto, foi proposto analisar como ocorre o processo de produção e reprodução da vida das famílias assentadas no Assentamento Conquista de Sepé; o desenvolvimento de tal projeto coletivo possibilitou perceber as formas de produção existentes e a organização coletiva, além de identificar elementos que compõe a realidade relacionados à educação, ao lazer, à cultura, à saúde. Assim, o desafio apresentado foi o de entender o momento histórico do Assentamento, que está em processo de implantação, considerando que este é fruto de um processo de luta dos trabalhadores organizados no MST, há mais de três décadas, e está inserido nas contradições oriundas de dois projetos de agricultura que se confrontam: a agricultura camponesa e o agronegócio.

No que tange à organização do Assentamento, levou-se em consideração que o planejamento e discussão inicial indicavam que este se estruturaria de forma semicoletiva o que significava demarcar apenas pequenas parcelas individualizadas por família onde ficariam a moradia e a produção de autoconsumo e o restante da área seria destinada à produção para comercialização e não teria demarcação de divisão por família mas sim trabalhada de forma coletiva pelo conjunto dos assentados. Porém, logo após a efetivação do assentamento, em decorrência de novo posicionamento da maioria das famílias ali assentadas, houve mudanças no Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), passando de semicoletivo para individual. Esta decisão tem importantes implicações até os dias atuais.

Com as atividades de inserção, observação, diálogo com a comunidade e entre os estudantes e dos estudos do grupo de pesquisa multidisciplinar, e a partir de todos os elementos identificados quanto à realidade desse Assentamento, surgiu o desafio de ampliar o debate, pesquisar e elaborar monografias com os temas inerentes à produção e reprodução da vida das famílias que ali vivem.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, que originou o Trabalho de Conclusão de Curso, delimitou-se como problema a seguinte questão: como ocorre a participação das mulheres no processo de produção e reprodução da vida no Assentamento Conquista de Sepé?

Como método, nesta pesquisa utilizou-se o Materialismo Histórico Dialético (MHD). De acordo com esse método, a busca pela essência da realidade deve ser a análise das múltiplas determinações das quais ela é composta. O MHD está centrado na relação de transformação da natureza pelo trabalho humano, criando e recriando processos dinâmicos, contraditório e conflitivos. Essa relação social entre “homem e homem”, e “homem e natureza” estabelece categorias de análise e, a partir delas, é possível realizar sínteses (MINAYO, 2012). A metodologia utilizada foi a qualitativa, visando compreender elementos subjetivos quanto à realidade estudada, levando em consideração aspectos muito particulares das relações vivenciadas no interior do Assentamento Conquista de Sepé (MINAYO, 2012). Desse modo, num primeiro momento, realizamos estudos de bibliografia pertinente ao tema levando em consideração os principais conceitos a serem estudados: relações de gênero³, movimentos sociais do campo (MST) e agroecologia.

Quanto à pesquisa de campo, foram entrevistadas três mulheres, escolhidas utilizando-se como critério estarem no Assentamento desde a sua constituição, por residirem em pontos distantes entre si e por pertencerem a grupos familiares com diferenças em sua composição. Na nossa escrita, serão utilizados nomes fictícios

³ Ao tratarmos das relações de gênero neste capítulo o fazemos com um recorte muito específico dado pelo debate que é realizado no MST, e dentro deste ainda mais específico no que se relaciona às relações homem e mulher, marcadamente na divisão sexual do trabalho. Destacamos que concordamos com aqueles que defendem que gênero não deve ser confundido ou igualado a sexo e à sexualidade. Para uma melhor definição destes conceitos, indicamos Saldanha e Wolf (2015).

representando as mulheres entrevistadas, para resguardar suas identidades.

Por fim, esperamos que com esse estudo e este processo possa servir como contribuição para continuar a discutir o tema das relações de gênero na realidade do MST e, em especial, do Assentamento Conquista de Sepé, destacando o quanto esse debate poderá contribuir com a luta e a defesa de uma agricultura camponesa e agroecológica.

2 A organização do MST e do Assentamento Conquista de Sepé: mulheres na construção desta história

Durante a metade do século XX, o Brasil vivenciou grandes transformações econômicas, principalmente pelo fato de passar de uma base primário-exportadora para uma base urbano-industrial. Esse cenário contribuiu para as atividades de partidos de esquerda, como foi o caso do Partido Comunista Brasileiro, que também tinham como foco em suas pautas a organização dos trabalhadores do campo. Esses sujeitos, historicamente, foram explorados pelos grandes latifundiários do país e avançaram em sua organização formando movimentos com ações de massas, como as Ligas Camponesas.

As mulheres sempre estiveram presentes nesta realidade, porém a literatura fala pouco de sua presença e ainda menos de sua participação. Mesmo tendo presença marcante nas lutas populares, a exemplo do papel que as mulheres negras desempenharam no período colonial na organização dos quilombos e luta contra a escravidão, ou as mulheres indígenas e sua resistência contra a invasão dos europeus, ou ainda na luta por direitos civis. Sobre este último, é importante lembrar que desde o século XIX algumas mulheres já lutavam pelo direito ao voto e que, anos mais tarde, contribuíram

com manifestações para o fortalecimento do Movimento Sufragista no Brasil (PINTO, 2003). Nesse sentido,

No Brasil, a luta pelo sufrágio não atingiu um movimento de massas como em outros países, depois da Assembleia Constituinte de 1891, foi retomado somente em 1910 com a fundação, pela professora Deolinda Daltro, do Partido Republicano Feminino. Em 1919 Bertha Lutz funda a liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, posterior Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Quando em 1932 Vargas anuncia o direito de voto das mulheres, em alguns estados o mesmo já tinha sido garantido em lei. Sendo assim, o movimento sufragista foi um movimento feminista, pois denunciou a exclusão da mulher na esfera política. (CINELLI e SANTOS, 2015, p. 7).

Ainda é possível apontar que as mulheres que viviam no campo sofriam ainda mais as consequências das desigualdades de gênero, tendo em vista que no Brasil os ideais e a organização do movimento feminista estavam iniciando e não atingiam as massas.

Avançando nesse período histórico, a realidade política brasileira continuava a vivenciar transformações significativas. Com a renúncia do Presidente da República Jânio Quadros, em agosto de 1961, João Goulart assumiu seu lugar, e apresentou propostas importantes para a classe trabalhadora. Com o golpe que o destituiu da Presidência e o subsequente avanço da ditadura militar, em 1964, esse processo foi paralisado. No campo, pouco se avançou no tema da reforma agrária no país.

A partir disso, o modelo de desenvolvimento adotado para o campo passou a girar em torno da modernização tecnológica com a manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada, que excluía os camponeses, acelerando o processo de incorporação de pacotes tecnológicos e agravando as questões sociais e ambientais do país. Algo que marca esse período é a classificação dos agricultores

quanto ao tamanho de suas áreas e de sua produção, divididos em grandes, médios e pequenos produtores. Desse modo, “Em 1964, com o golpe militar, coincidentemente a ‘revolução verde’ passa a ser a política agrícola oficial.” (MACHADO, 2014, p. 55).

Após o golpe militar de 1964, com a instauração da ditadura que se estendeu até o início dos anos 1980, os movimentos sociais passaram por inúmeras represálias, com assassinatos e “desaparecimentos”, perseguições, estupros, tortura, extermínio em massa. Porém, mesmo com a violência, a ditadura civil-militar e seus latifundiários e industriais não conseguiram paralisar as lutas dos trabalhadores.

No que concerne às lutas pela terra, o período da ditadura compreendeu em seu início a perseguição e desmobilização das organizações dos trabalhadores do campo via perseguição e assassinatos, a expansão do capital no campo e a consequente ampliação das expropriações dos trabalhadores e espoliação dos povos indígenas e quilombolas, ampliando a massa de trabalhadores forçados a migrar para as grandes cidades ou se submeterem à formas indignas de vida. Mas também compreende, em seu longo ocaso, o retorno das organizações dos trabalhadores na luta pela terra e o trabalho de base para alicerçar os movimentos sociais de luta pela terra que passariam desde ali a atuar fortemente nas lutas sociais do campo e para além dele.

Neste processo, diversos foram os elementos que contribuíram na conformação dos movimentos da classe trabalhadora. Até mesmo entidades que apoiaram oficialmente e abertamente a ditadura passam a apresentar em seu interior grupos discordantes que apoiam as lutas populares, como é o caso da Igreja Católica. Esta, com presença marcante no campo brasileiro, já em 1975 amplia os debates acerca da Teologia da Libertação, a partir da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), buscando refletir sobre a grande concentração de terras em que se vivia no país. Por meio de sua

ala vinculada a esta corrente teológica, no caso de Santa Catarina, principalmente na região oeste do estado, marcada pela liderança do bispo Dom José Gomes, obteve uma grande influência para o estabelecimento dos movimentos sociais na região.

As décadas de 1970 e 1980 foram o período em que D. José teve as suas atividades políticas mais intensas. Com a organização da base nas comunidades, a Igreja Católica era uma retaguarda política que sustentava as posições progressistas, especialmente os assuntos relacionados à questão da terra: os Sem Terra, os Pequenos Agricultores e os Índios. (UCZAI, 2002, p. 210).

Também neste período histórico, na região oeste de Santa Catarina, o processo de modernização conservadora do campo foi intensificado. Uczai (2002) aponta que

Nas décadas de 70 e 80, no entanto, o Oeste Catarinense conheceu profundas transformações econômicas, sociais e políticas. O início do processo de industrialização, baseada na agroindústria, e a crescente submissão da pequena produção à sua lógica, juntamente com o esgotamento da fronteira agrícola, determinaram uma profunda crise na produção agrícola tradicional, que caracterizava predominantemente a região. (Idem, p. 175).

Todo o processo de modernização agrícola atingiu severamente as pequenas propriedades na região, as quais se estabeleciam a partir da produção de pequena escala, principalmente para a subsistência dos grupos familiares e com a comercialização do excedente produzido. Com a introdução de agroindústrias na região e a necessidade da produção em grande escala, vendiam-se aos agricultores pacotes de produtos e sementes com o foco de garantir uma produção maior e mais rentável, sendo esses pacotes oriundos de grandes empresas multinacionais. Para acessar tais produtos

inovadores para a agricultura, muitas famílias começaram a realizar empréstimos e financiamentos nos bancos, o que, com o passar dos anos, inviabilizava a produção, pois as famílias estavam cada vez mais endividadas e não conseguiam pagar as contas e adquirir mais produtos para fortalecer a produção. Outro fator presente: nem todas as famílias conseguiram se enquadrar nesse processo e ficaram à margem, tendo que recorrer ao crescimento desordenado das cidades, engrossando as fileiras do êxodo rural.

É nesse contexto que surgem inúmeros movimentos sociais na região: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC; o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, entre outros movimentos e sindicatos que expressaram ao longo dos anos os inúmeros conflitos e processos de exclusão vivenciados na região.

Quanto à realidade do MST⁴, organização onde se encontram os sujeitos de nossa pesquisa, tem como suas primeiras estratégias de luta as ocupações de terra que ocorreram em 1979 no Rio Grande do Sul e em 1980 em Santa Catarina. Em 1981, foi organizado o acampamento Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta (RS), onde

Famílias que não haviam conseguido assentamento em lutas anteriores resolveram acampar num local chamando Encruzilhada Natalino, entroncamento das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Parceiros, meeiros, assalariados e filhos de pequenos agricultores vieram juntar-se a elas. (MORISSAWA, 2001, p. 125).

⁴ Na elaboração desse histórico referente às ocupações de terra realizadas pelo MST, utiliza-se Caderno de Campo composto por notas de Raquel Forchesatto, realizadas durante curso de capacitação realizado em 2013, a partir da fala de uma das lideranças do Movimento, e de elementos do site da organização (www.mst.org.br).

Foi a partir da constituição de grandes acampamentos que a questão da luta pela terra entrou em pauta para o Governo Federal, passando a ser observada com maior ênfase, pois havia uma pressão social de grandes proporções desempenhada pelo MST e seus simpatizantes espalhados pelo país. Assim, surgiu a necessidade de uma compreensão mais efetiva quanto à reforma agrária, “[...] um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a para todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir.” (STEDILE, 2012, p. 657).

Essas ocupações representam um marco fundamental para a organização do Movimento; geraram condições, mesmo que de uma forma inicial, para mudanças de ordem organizativa e produtiva. Logo as famílias começaram a se organizar na realização de reuniões, assembleias para discutir e buscar rumos para as questões que se apresentavam e, assim, qualificar e ampliar a luta pela reforma agrária. Em 1984, ocorreu a primeira Reunião Nacional, no município de Cascavel (PR), quando surgiu a sigla que até hoje denomina o movimento: MST. Já no ano seguinte foi realizado o primeiro Congresso Nacional do MST, no município de Curitiba (PR), tendo como lemas “Ocupação é a solução!” e “Terra para quem nela trabalha!”

Ao longo dos anos, o MST continua sua luta por reforma agrária e segue organizando famílias pobres da classe trabalhadora do campo e da cidade, objetivando o acesso à terra e à dignidade. Num processo de ampliação de sua articulação com a classe trabalhadora em âmbito internacional, articulou-se à Via Campesina⁵, seguiu nas lutas sociais por direitos e na organização dos trabalhadores na busca de um mundo mais justo e igualitário.

⁵ É a junção de movimentos sociais e organizações internacionais de diversas localidades do mundo. Juntos, unificam pautas e buscam um mundo mais justo e igualitário. Para mais informações, o sítio na internet é <<http://viacampesina.org/>>.

Na região oeste de Santa Catarina, onde se encontra o município em que se insere o assentamento pesquisado, ocorreram várias disputas e diversos movimentos sociais relacionados ao campo começaram a se fortalecer, dentre eles o MST. Após sua consolidação, a primeira grande ocupação no estado de SC ocorreu no dia 25 de maio de 1985, no município de Abelardo Luz, em uma fazenda denominada Papuam. Na ocasião, mais de mil famílias participaram da ocupação. Também foi nesse período que ocorreram três ocupações em menor escala, mas com grandes reflexos para a história da organização: em São Miguel do Oeste, com cerca de quinhentas famílias; em 1987, no município de Campo Erê e, em 1989, em Palma Sola – duas ocupações com cerca de mil famílias no total. Aponta-se que essas três grandes ocupações, de 1985, 1987 e 1989, podem ser consideradas o alicerce do MST no estado de Santa Catarina. Uma marca destas ocupações era a presença de toda a família, o que indica que era necessário pensar as ocupações com a presença de crianças, de idosos, de homens e mulheres que se organizavam para que suas vidas, que em muitos momentos corriam risco, pudessem seguir em melhores condições. Neste processo organizativo, a divisão das tarefas de produzir sua existência em condições de luta e enfrentamento exigia de todos os envolvidos um forte compromisso coletivo, e ainda que em muitos casos os registros destas ocupações não indiquem, as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental.

A partir de inúmeras ocupações e processos de negociação com o governo e os grandes fazendeiros do estado, as famílias começaram a ser assentadas e enfrentaram, ainda hoje enfrentam, inúmeras dificuldades quanto às condições da terra e à falta de condições para iniciarem e manterem a produção, como a falta de infraestrutura (moradias, estradas, terra em condições agricultáveis, armazenagem, maquinário, etc), de crédito, de acesso à políticas de educação e saúde, etc.

As mulheres estiveram presentes em todos os momentos no processo de constituição dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, desempenhando um papel essencial para que muitas famílias pudessem exercer o direito de ter um endereço fixo, um local de moradia e de produção e reprodução da vida de forma mais digna. Em muitos momentos, as mulheres se colocavam, e ainda se colocam, na linha de frente para o enfrentamento com a polícia, numa forma de resistir e fortalecer a luta.

As mulheres também tiveram um papel importante na luta e conquista de políticas públicas que vieram contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias. Desse modo, aponta-se que as mulheres sempre estiveram presentes nas lutas e conquistas da humanidade, bem como na luta pela reforma agrária, mas nem sempre são apresentadas pela história, não constam dos conteúdos históricos que se aprendem durante os anos de formação escolar e muitas vezes também não constam dos materiais e da história oral das organizações e movimentos dos trabalhadores.

Fruto dessas lutas, o processo de constituição dos assentamentos no território em que se encontra o Assentamento Conquista de Sepé se iniciou a partir de 1988, quando 12 famílias foram fixadas na localidade Fazenda Sapateiro e formaram o Assentamento Sapateiro I. Nessa mesma época, outras 11 famílias de agricultores sem-terra de Ponte Serrada foram assentadas na Fazenda Taborda, dando origem ao Assentamento Taborda. É importante salientar que esses dois assentamentos foram constituídos através de uma parceria da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Atualmente o território destes assentamentos fica no município de Passos Maia. Porém, até 1991, administrativamente não era um município, mas sim distrito do município de Ponte Serrada.

Diferente do processo anterior, em 20 de novembro de 1995 ocorreu uma grande ocupação de terras na localidade da Fazenda

Ameixeira, organizada pelo MST, com aproximadamente 800 famílias de vários municípios do estado de Santa Catarina. Esse fato alertou e despertou a população sobre a concentração de terras existentes no município e a necessidade da reforma agrária. Assim, uma sucessão de várias ocupações ocorreu no município. Durante esse processo histórico de ocupações, foram constituídos 14 assentamentos, com aproximadamente 480 famílias. O município de Passos Maia possui uma população estimada de 4.425 pessoas; dessas, 1.099 pessoas moram no perímetro urbano e 3.326 pessoas moram no meio rural, e destes que vivem no campo, a maioria está ligada aos assentamentos originados pela luta pela terra (IBGE, 2010).

Dentre os assentamentos constituídos no município, o campo de nossa pesquisa é o Assentamento Conquista de Sepé. No dia 23 de janeiro de 2005, ocorreu a ocupação da área, onde já existia o plantio de pinus (*Pinus Elliottii Engelm*, da família *Pinaceae*). Está localizado a oito quilômetros da sede do município e possui 25 famílias, oriundas do oeste catarinense (Passos Maia, Abelardo Luz, Ipuacu) e também do município de Palmas, pertencente à região sudoeste do estado do Paraná. As famílias compõem três núcleos de base⁶, denominados Filhos de Sepé, Tiarajú e Che. Inicialmente, a proposta era de produção semicoletiva⁷, porém no decorrer do processo de constituição do assentamento houve mudanças e, a partir de debates das famílias, a maioria decidiu dividir os lotes em parcelas individuais.

⁶ Os núcleos de base são espaços de organização das famílias na realidade do assentamento. Desse modo, as famílias são divididas em grupos, por proximidade e por convivência desde o tempo de acampamento, e juntas discutem temas relevantes para a melhoria da vida no assentamento, bem como da organização do MST em nível municipal, estadual e nacional.

⁷ Cada família receberia 1 ha para desenvolver a produção individual, e o restante da utilização da terra e produção do assentamento seria realizado de forma coletiva.

Identificam-se⁸ também avanços no processo de constituição do Assentamento, como o acesso a recursos para a construção de casas, a instalação de energia elétrica e de água encanada, a disponibilidade de transporte escolar e coletivo, as estradas que atualmente, mesmo que em alguns casos precárias, permitem o acesso a todas as moradias do Assentamento e a construção de um centro comunitário, local de encontro das famílias.

No que se refere à produção, o Assentamento tem problemas graves. A divisão do espaço de cultivo é pequena – cada família possui um hectare; os demais espaços de produção são uma divisão combinada entre as famílias, pois a maior parte das terras estão ocupadas com o plantio de pinus, que já existia na época de desapropriação da fazenda e fazem parte do plano de reflorestamento do Município e os trabalhadores assentados foram proibidos de efetuar o corte para liberar a área para outros cultivos.

Por não obterem uma renda suficiente para o sustento do grupo familiar com o que é produzido no Assentamento, há necessidade da saída de pelo menos um dos membros, principalmente os jovens e as mulheres, para buscar trabalho externo com e/ou sem vínculo empregatício, o que gera a superexploração da sua força de trabalho e em alguns casos a desistência dos estudos.

Com isso, a realidade produtiva do Assentamento é focada na produção de alimentos para o consumo familiar, como mandioca, hortaliças, batata, feijão, animais, erva-mate, entre outros, produzidos geralmente sem a utilização de agrotóxicos, aproximando-se, em alguns casos, das práticas de produção orgânica. As mulheres

⁸ Os aspectos elencados no decorrer do texto foram observados durante a primeira etapa de Residência Agrária realizada no assentamento, a partir de visitas às famílias assentadas e de documentos disponibilizados pela Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (COOPTRASC), que realiza o trabalho de assistência técnica na região. Essas informações compõem o projeto coletivo elaborado pelos estudantes do grupo durante as três primeiras etapas de TC.

desempenham um papel fundamental nesta produção, sendo elas as principais responsáveis. Parte das famílias cultiva para comercialização soja, milho e trigo, de maneira convencional, ou seja, com o uso de agrotóxicos e produtos químicos industrializados que são comprados. Observou-se, no diálogo com os assentados durante a realização da residência nos TC, que há interesse na produção agroecológica, indicando como possíveis linhas a bovinocultura de leite, a piscicultura, a produção de erva-mate, a fruticultura e a oleicultura. Porém, o interesse de implementação de algumas delas no Assentamento é apenas para depois que houver a demarcação dos lotes e sua ocupação individual.

Identificou-se, também, que há diferentes composições de famílias e que o trabalho realizado no lote é desenvolvido pelos diversos membros, com predominância das mulheres em atividades de subsistência. A maior parte é composta pelo casal e filhos, mas também há presença de netos em alguns grupos. Há também um grupo familiar composto pela avó e netas, e em um reside apenas o homem.

Referente à renda familiar, segundo dados da COOPTRASC (2008), a média mensal no Assentamento é de R\$ 814,00. Além do trabalho realizado no lote, membros de algumas famílias desenvolvem atividades remuneradas como diaristas na região. Também há o recebimento de programas federais, como o Programa Bolsa Família por dez famílias, e ainda aposentadoria por uma pessoa e um auxílio previdenciário por outra.

Sobre os aspectos de convivência coletiva, foi possível perceber que no Assentamento há um clube de mães, que se encontra em declínio organizativo. Há muitos jovens, porém não estão organizados, sendo que o espaço próprio para o lazer disponível no Assentamento é um campo de futebol, onde se encontram nos finais de semana. As demais formas de lazer são encontradas fora do espaço do Assentamento.

Percebeu-se a ausência de uma unidade básica de saúde; o local de referência para os casos de necessidade de atendimento é o posto de saúde localizado na Serraria Indumel, a 15 km, onde a presença do médico se dá apenas uma vez por semana. Desse modo, as famílias, ao adoecerem e necessitarem de atendimento, recorrem ao serviço público municipal localizado na cidade de Passos Maia, como já mencionado, a 8 km de distância.

Quanto à educação, até o final de 2012 havia uma escola multisseriada⁹ na área comunitária do Assentamento. No entanto, foi fechada e as crianças passaram a frequentar a Escola Duque de Caxias, localizada na Serraria Indumel. As crianças se deslocam até a escola através do transporte escolar que passa no Assentamento. Nessa Escola, frequentam as aulas alunos de 14 regiões do município, das séries iniciais ao 9º ano do ensino fundamental. Para seguir os estudos no ensino médio, os jovens se descolam para a Escola Estadual da cidade de Passos Maia, no centro urbano do município.

No que se refere aos aspectos ambientais, o Assentamento possui uma reserva legal que compreende 20% do seu território, respeitando o Código Florestal. Não foi possível, nesse primeiro momento, observar expressões culturais que integrem o coletivo. Os únicos momentos são as festas realizadas no centro comunitário.

Um dos elementos que foi identificado no processo residência durante o TC no Assentamento, presente na fala de assentados e lideranças, é o de que a titulação dos lotes, ainda pendente, poderá desencadear, em longo prazo, a formação de latifúndios novamente, pois, além do endividamento a que as famílias estão submetidas

⁹ São escolas onde alunos de diferentes séries ou turmas, estudam no mesmo espaço e com o mesmo educador. “No contexto de muitos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, o termo multisseriado, quase sempre, refere-se a turmas nas quais os alunos foram combinados por razões de necessidade, ao invés de escolha pedagógica.” (DRUZIAN; MEURER, 2013).

pela aquisição de crédito, essa titulação possibilitará a compra e venda dos lotes, ou mesmo legalização de formas atualmente ilegais de uso do solo do Assentamento, como o arrendamento. Além disso, observou-se uma carência na efetividade das políticas públicas essenciais, como acesso ao crédito, melhoria nas estradas, presença de unidade de saúde, não há escolas para educação formal, entre outras, o que dificulta a permanência das famílias na área.

De um modo geral, a partir dos aspectos elencados, as famílias demonstram interesse na melhoria da sua qualidade de vida, porém existem vários limitantes, alguns já descritos, que devem ser superados para que isso venha fortalecer as relações entre os sujeitos que integram o Assentamento.

Um dos limitantes citados é a presença de plantação de pinus em grande parte das áreas agricultáveis do Assentamento. Buscando solução para este problema, após audiências com o Ministério Público¹⁰, decidiu-se judicialmente que serão retirados a partir de uma licitação e de um plano de aplicação, e o dinheiro angariado com a venda será aplicado para o bem comum das famílias, tais como a recuperação do solo e das nascentes, construção de infraestrutura, aquisição de máquinas, etc. Foi composta uma equipe¹¹, com integrantes da Central das Cooperativas da Reforma Agrária (CCA), da comunidade e do INCRA, que orientará o processo de retirada dos pinus e a aplicação dos recursos.

¹⁰ A intervenção do Ministério Público tornou-se necessária para que fosse decidido sobre a destinação dos recursos oriundos da venda dos pinus. Estava em discussão se o recurso ficaria para a União, que adquiriu a propriedade, ou para as famílias, que residem no local e sofreram os impactos causados pela monocultura.

¹¹ No momento da escolha desta equipe estávamos em período de TC. Segundo informações, até o momento de finalização deste trabalho, a questão não havia sido resolvida.

3 As mulheres como criadoras da agricultura, sua inserção atual no trabalho do campo e as discussões de gênero em seus movimentos organizativos e seus espaços de vida

O ser humano passou por inúmeras transformações durante a sua constituição. O cultivo e a domesticação dos animais foram fundamentais para a sua sobrevivência, pois desse modo facilitaram a produção de alimentos e, assim, o aumento da espécie. Porém, na história da humanidade, nem sempre essa produção desenvolvida através da agricultura existiu. Aponta-se que no início da história os homens e mulheres que viviam no planeta eram nômades, sendo a caça, a pesca e a coleta os principais meios de conseguir alimentos, com fartura em alguns momentos e não em outros, o que dificultava o desenvolvimento da espécie. A invenção de utensílios de madeira, ossos, pedras e metais contribuiu para o acesso a alimentos. Desse modo,

Foi apenas no neolítico – há menos de 10.000 anos – que ele começou a cultivar as plantas e criar animais, que ele mesmo domesticou, introduziu e multiplicou, em todos os tipos de ambiente, transformando, assim, os ecossistemas naturais originais em *ecossistemas cultivados*, artificializados e explorados por seus cuidados. Desde então a agricultura humana conquistou o mundo; tornou-se o principal fator de transformação da ecosfera, e seus ganhos de produção e de produtividade, respectivamente, condicionaram o aumento do número de homens e o desenvolvimento de categorias sociais que não produziam elas próprias sua alimentação. (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 52).

Esse processo ocorreu devido ao desenvolvimento biológico, técnico e cultural decorrente das relações estabelecidas pelo homem ao longo de sua trajetória na terra. Mazoyer e Roudart (2010)

denomina o processo evolutivo e de desenvolvimento desde os Australopitecos até o *Homo sapiens sapiens* como hominização, que levou milhões de anos para ser desenvolvida e que contribuiu para a formação do homem que se observa na atualidade.

Provavelmente, pelo que indicam diversos estudos, dentre os quais o de Mazoyer e Roudart (2010), o início da agricultura ocorre há dez ou doze mil anos atrás nas sociedades primitivas, no período paleolítico. Em sua origem, tanto no Oriente Médio quanto nas Américas, estão as atividades das mulheres. Nestas sociedades primitivas em que se origina a agricultura, há a divisão do trabalho baseada no sexo. Assim, aos homens era atribuída a caça e às mulheres a coleta de vegetais e pequenos animais e as atividades de preparo e armazenagem.

A descoberta da agricultura foi essencial para a continuidade da espécie humana. As mulheres possuem um papel fundamental para esse processo. Segundo o MMC (2008), devido à divisão sexual do trabalho e das atividades de subsistência, enquanto os homens caçavam, as mulheres observavam o desenvolvimento dos restos de alimentos que continham sementes e eram descartados próximos aos locais de moradia. Nesse contexto de observação as mulheres passam a compreender, mesmo que brevemente, o processo de brota das sementes, iniciando o cultivo visando à alimentação dos grupos familiares. Passou-se a identificar que o cultivo das sementes rendia mais do que a caça e a coleta, o que vinha aumentar a capacidade de sobrevivência das pessoas.

Com o tempo, aprenderam os processos de cultivo. Viam como sementes germinavam, passaram a selecionar sementes dos melhores alimentos e plantar e assim conseguiram os primeiros cultivos. No período inicial de desenvolvimento da agricultura, as comunidades eram nômades, e como permanentemente se deslocavam buscando novos locais onde houvesse alimento, plantavam em vários locais o que permitia que ao retornar aos locais anteriores, encontrassem alimentos frutos de suas plantações.

Ao abordar o histórico da agricultura, pode-se dividir a história humana em duas épocas distintas: numa primeira em que prevalece a coleta de alimentos, e que antecede a agricultura; e uma segunda em que a produção de alimentos, com os cultivos e a domesticação de animais, o que demarcaria a fase em que a agricultura passa a ser essencial.

Na primeira época, a divisão do trabalho entre os sexos determinava uma diferenciação de atividades a serem realizadas para garantir a subsistência, e conseguir alimento era uma das tarefas essenciais. Aos homens competia a caça, ocupação que os mantinha longe do local de moradia durante períodos mais ou menos longos. Às mulheres cabia a seleção e coleta dos produtos vegetais e de pequenos animais, geralmente próximo as habitações. À exceção de regiões muito específicas, a fonte mais segura de alimentos não era os animais de caça proporcionados pelas atividades dos homens, mas sim os vegetais e pequenos animais proporcionados pelas mulheres, e posteriormente, os alimentos cultivados e os animais domesticados por estas.

O que se evidencia é que a regularidade no fornecimento de alimentos para os grupos comunitários era muito mais garantia do que as mulheres recolhiam do que àquilo que os homens conseguiam capturar. Se a caça era tarefa masculina, não era exclusivamente sua. As mulheres também se dedicavam à caça, mas de tipo distinto. Ao recolher pequenos animais como insetos, lagartos, aves, moluscos, lebres, roedores dentre outros, parte desta caçada era levada viva ao local de habitação dando origem às primeiras experiências de domesticação.

Portanto, as mulheres iniciaram a domesticação de animais, e com as técnicas desenvolvidas neste processo, os grupos humanos avançariam com a criação dos animais sob seu trabalho. Assim, das atividades de coleta e caça estão na base do desenvolvimento da domesticação de animais e da agricultura.

Quanto a esta última, é importante demarcar que uma das atividades da mulher realizada para a coleta era escavar a terra com uma estaca para buscar alimentos. Ainda hoje, em algumas regiões usa-se esta técnica para procurar alimentos. Por meio desta atividade e das observações realizadas na brota de sementes e restos de vegetais perto de suas habitações as mulheres criaram a agricultura.

Ao escavar a terra para obter as raízes, revolviam-na e passaram a observar que ao retornar havia aumentado a coleta de raízes e ervas, já que nesse processo ocorria enriquecimento e a fertilização do solo. Da mesma forma, nesta terra revolvida, se caíssem ou fossem colocadas sementes, também tinha a presença de novos alimentos. Com o passar do tempo, as mulheres aprenderam a intencionalmente revolver a terra e colocar sementes ou restos de vegetais, bem como retirar as ervas que não podiam ser consumidas dando espaço às plantas de seu interesse. Com isso, aprenderam a plantar e semear, além de auxiliar na fertilização do solo.

Uma vez iniciado este processo, não foi apenas a quantidade que melhorou, mas também foram sendo descobertas novas espécies de vegetais que podiam ser consumidos e pelo cultivo humano outras espécies foram sendo geradas e as características de outras tantas foram sendo alteradas pela seleção e cruzamentos.

Assim, o desenvolvimento da agricultura primitiva gerou a fixação das habitações, por um duplo processo: para permanecer próximas dos cultivos, já que estes não se moviam e eram fruto de bastante trabalho de escavação do terreno, de semear, de aguardar o ciclo para poder colher; e por gerar alimentos suficientes sem a necessidade de deslocamentos constantes. Segundo Gordon Childe apud Chagas (2008), todos os principais vegetais comestíveis que até hoje consumimos, como também o linho e o algodão, foram descobertos pelas mulheres, em épocas primitivas.

A descoberta da agricultura e da domesticação de animais permitiu ao gênero humano superar o estágio da coleta de

alimentos e passar ao seu cultivo. Isso representou para a humanidade a primeira vitória sobre o problema das provisões de víveres. Esta conquista foi realizada pela mulher. A grande Revolução Agrícola, que proporcionou alimento aos homens e aos animais, foi a coroação do trabalho produtivo feminino que se iniciou no dia em que se utilizou a estaca para cavar a terra. De qualquer forma, poder controlar a provisão de alimentos significou muito mais que confiar simplesmente na fertilidade da natureza. Para a mulher, significou principalmente entregar-se a seu trabalho, à experiência, às suas capacidades de inventar e inovar. As mulheres tiveram que descobrir todos os métodos particulares de cultivo adaptados a cada espécie de planta ou semente. Tiveram que aprender as técnicas da colheita, da limpeza do grão, da moenda etc., e inventar todos os utensílios adequados para cultivar o terreno, recolher e guardar a colheita, e, finalmente, transformá-la em comida. Em outras palavras, a luta pelo controle dos alimentos trouxe não só o desenvolvimento agrícola, mas proporcionou as bases iniciais para a produção e para a ciência. (Reed apud Chagas, 2008, s/p).

Levando em consideração a importância da mulher no que se refere à constituição da agricultura, o debate acerca das relações de gênero e a participação das mulheres no processo de produção e reprodução da vida, é importante identificar os aspectos da constituição do MST, bem como a realidade do Assentamento Conquista de Sepé, e a relação histórica das mulheres na constituição de processos de luta e de trabalho.

Atualmente existem vários estudiosos que têm se debruçado a pesquisar o MST e o seu processo de luta pela terra elaborando análises sobre como são apresentadas as relações de gênero. Dentre eles, Schwendler (2009, p. 204) nos indica que

A luta pela terra, ao mesmo tempo que coloca em cena sujeitos historicamente excluídos de diversos direitos formando uma identidade coletiva – a de sem-terra, produzida a

partir de uma consciência de classe trabalhadora –, gera também a necessidade de recriação das identidades de gênero e do papel da mulher, cuja participação na luta social, desde a constituição do MST, tem posto em movimento práticas político-organizativas que recriam os espaços e as relações de gênero.

Nessa perspectiva, observa-se que, a partir da efetivação do movimento social, torna-se necessário incluir novos debates em sua pauta. Assim, inicia-se a “preocupação do Movimento em relação às mulheres.” (SILVA, 2004, p. 269). Porém, mesmo com esse contexto, ainda havia uma grande resistência para que as mulheres pudessem ocupar determinados espaços políticos, pois sempre foram permeados por disputa. Cabia, nesse período, impulsionar os debates acerca do conceito de “relações de gênero”, pois as mulheres sempre estiveram presentes nos diferentes espaços de luta, tendo um papel fundamental nos enfrentamentos e resultados obtidos no decorrer de suas ações. Ainda,

As relações de gênero no interior de produções subjetivas em acampamentos e assentamentos do MST são muito significativas no conjunto dos discursos e práticas que as constituem. Em primeiro lugar, porque uma das preocupações do Movimento a partir de 1980 foi incorporar algumas discussões de orientação feminista bastante fortes nessa década. Depois, porque se investiu muito nas mulheres como sujeitos militantes, com direitos, mas sobretudo deveres no interior do Movimento. Essas preocupações, de certo modo, também reconstituíram partes dos discursos de “igualdade” e “emancipação feminina” que marcaram presença nos enunciados socialistas a partir do século XIX. (SILVA, 2004, p. 270).

Isso nos revela que os debates acerca das relações de gênero estavam e, conseqüentemente, ainda hoje persistem fortemente no interior do MST. É compreensível, ainda, que isso tenha ocorrido a

partir de influência da sociedade na década de 1980. A inclusão do debate acerca das teorias feministas sempre foi conflituosa, pois mesmo no MST, reconhecidamente um espaço de avanço no que se refere à luta pelos direitos humanos e na busca de um novo modo de produção, ainda persistem o machismo e o patriarcado em suas relações.

Ainda em seus anos iniciais de organização e atuação, o MST, como movimento social que organiza um setor da classe trabalhadora, percebe a necessidade de avançar no debate sobre as questões da participação das mulheres e das desigualdades de gênero. Em 1988, a Coordenação Nacional do Movimento irá debruçar-se sobre estas questões e como instrumento auxiliar nesta tarefa elabora um material específico, o *Caderno de Formação nº 15: a mulher nas diferentes sociedades* (MST, 1988). Elaborado com o que até então dispunha de acúmulo no conhecimento das questões de gênero e feminismo, alguns limites importantes presentes neste material podem hoje ser identificados. Porém, tais limites, ao serem postos no período da produção do Caderno, demonstram ser de duas ordens: pelos limites próprios da produção do conhecimento à época, em geral; e em específico um limite da discussão no campo da esquerda, a saber, a relação entre gênero e feminismo com a classe social.

Sobre estes aspectos, podemos identificar que estas questões já eram reconhecidas e destacadas pelo MST, visando buscar elementos para sua superação.

(...) é preciso ficar bem claro que a mulher não espere sua emancipação automática no socialismo. Ao longo de toda história a mulher da classe dominada foi vítima de uma dupla exploração – uma opressão de classe e uma opressão de gênero – oprimida por ser proletária; oprimida por ser mulher. (...). Desse modo, cabe à mulher lutar em duas frentes: por sua classe, lutar porque é oprimida como classe e lutar porque é oprimida enquanto sexo. (MST, 1988, p. 16).

As desigualdades entre homens e mulheres vêm sendo mantidas ao longo da história como uma característica das sociedades patriarcais. Segundo Machado (2000, p. 3), “o termo ‘patriarcado’ remete, em geral, a um sentido fixo, uma estrutura fixa que imediatamente aponta para o exercício e presença da dominação masculina”. Essa dominação de um ser sobre o outro se torna algo naturalizado quando é aceita e reproduzida pelo grupo de indivíduos que pertencem à sociedade. O patriarcado apresenta-se como um estereótipo predominante em muitas sociedades, justificando o modelo de família denominada nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Para Mioto (2004), é um fenômeno que se apresenta como uma concepção naturalizada pelos indivíduos, no que se refere às obrigações familiares e nas demais instituições da sociedade (escola, política, igreja, etc).

Assim, a categoria de gênero nos permite entender de que maneira as desigualdades vão manter esse patriarcado e como as instituições econômicas, políticas e sociais estão permeadas por essas práticas machistas, tanto nos espaços urbanos como nos rurais. No que se refere à realidade do campo,

Até os anos 80, a mulher trabalhadora do campo era vista como “do lar”, não era reconhecida como trabalhadora rural, não tinha direito a aposentadoria e ao salário maternidade, não era sindicalizada e seu nome não constava no bloco de produtor. Somente com a Constituição Federal de 1988, com resultado da pressão e organização do movimento de mulheres rurais e das lideranças femininas nos sindicatos, articulados com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criando pelo Ministério da Justiça em 1985, os direitos das mulheres foram expandidos em relação à legislação do trabalho, aos benefícios de previdência social, à inclusão das mulheres na reforma agrária. (SCHWENDLER, 2009, p. 209).

Pode-se compreender que para as mulheres do campo conquistarem direitos, como de serem reconhecidas como trabalhadoras

rurais, foram necessários inúmeros debates e momentos de luta, despendidos pelas mulheres e homens do campo, em diferentes organizações sociais. Um exemplo desse processo vivenciado pelas mulheres na constituição do MST, e que expressa a necessidade de mecanismos de luta na garantia de direitos, ocorre quando, “[...] mesmo a mulher conquistando um direito de ser beneficiária da reforma agrária, o processo de seleção dos beneficiários feito pelo INCRA, na época, era discriminatório [...]” (SCHWENDLER, 2009, p. 203). No começo dos cadastramentos realizados pelo Governo Federal, quem poderia ser incluído na lista de beneficiários eram homens casados ou solteiros, sendo que as mulheres só teriam acesso a esse direito se fossem casadas ou convivessem com sua família de origem. As mulheres solteiras que buscavam garantir o acesso à terra não poderiam executá-lo, pois dentre os procedimentos legais cabíveis esse não estava previsto. Foi a partir das lutas com o foco nas relações de gênero, no interior do Movimento e sucessivamente em outras esferas políticas, como, por exemplo, em instâncias do Estado como o INCRA, que realidades como a apresentada passaram a ser questionadas, sendo assim possível alterá-las. Foi por meio de muitas discussões e organização das mulheres que estas se tornaram beneficiárias da concessão de uso dos lotes de terra.

O MST passa a colocar em pauta o debate sobre as desigualdades de gênero existentes em nossa sociedade, mas com maior propriedade as vivenciadas no interior de sua estrutura organizativa. Assim, “[...] a participação feminina na luta pela reforma agrária por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), abre a possibilidade de questionar antigas hierarquias, embora o resultado possa não ser uma maior igualdade.” (PAULILO, 2009, p. 185).

A partir de 1996, quando foi criado dentro da estrutura de organização do MST o Setor de Gênero, passa-se a questionar de forma mais organizada os problemas vividos pelas mulheres no cotidiano das famílias, o papel da mulher na sociedade, no interior

do MST, construindo-se novos significados para o debate. Nessa realidade, é possível perceber o momento histórico que passou a pensar e refletir de uma forma mais enfática as relações de gênero dentro do debate da luta de classes, definido como base fundamental de organização do Movimento. Para fortalecer essa discussão, compreende-se como fundamental explicitar as linhas políticas do Setor de Gênero no MST, aprovadas em 1999 (MST, 2003).

Cada uma dessas linhas representa ações a serem realizadas pelos integrantes do movimento na luta por relações mais equânimes no cotidiano dos seus acampamentos e assentamentos. De um modo geral, elas partem de um pressuposto do que se entende como debate sobre as relações de gênero no interior do Movimento, para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, apresentam-se os seguintes itens:

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher; 2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família; 3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados. (MST, 2003, p. 25).

Esses três primeiros aspectos propostos indicam a importância da participação das mulheres na tomada de decisão durante o planejamento das atividades no lote. Ao constar o nome das mulheres no documento de concessão de uso da terra, representa-se que ambos (mulher e homem) têm poderes sobre o local de moradia e produção. Atualmente, a política adota pelo INCRA na regularização dos lotes visa apresentar na lista de beneficiários do assentamento a mulher como titular, e o homem, como seu cônjuge.

A importância da discussão em conjunto com os membros na família, no que tange aos investimentos a serem realizados no lote, também é apontada como essencial nas linhas políticas da organização. Isso propõe a quebra de hierarquias mantidas pelo modelo de família patriarcal, em que o poder sobre as decisões tomadas para a produção da vida no lote era apenas realizado pelo homem, visto como o chefe do grupo familiar. Na prática, essa realidade ainda permeia a vida das famílias nos assentamentos, pois é observada como uma questão intrínseca ao espaço privado das relações familiares.

Continuando a observar as linhas políticas do Setor de Gênero, entre os itens 4 e 7, são abordadas as seguintes questões:

4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres; 5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenham um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância; 6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher); 7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional. (MST, 2003, p. 25).

Esses apontamentos buscam potencializar a relação de paridade entre homens e mulheres no que tange à participação em espaços de formação e nas coordenações em diferentes níveis da organização. A necessidade de criação de espaços como a ciranda infantil também é colocada em pauta, visando ser um mecanismo para maior e efetiva participação das mulheres, já que mulheres com crianças em fase de amamentação, em especial, são limitadas em sua participação se não houver acolhimento para suas crianças.

Outro ponto elencado é a necessidade de ampliar o debate de gênero nas instâncias do movimento, fortalecendo a construção de relações que diminuam as desigualdades de gênero.

E, por fim, constam os itens de 8 a 11:

8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e SAC para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos; 9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc., comunitários; 10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica; 11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violências no capitalismo. (MST, 2003, p. 25).

Verifica-se a importância da participação das mulheres nos espaços de enfrentamento e luta, como no Setor de Frente de Massa, responsável pela organização das famílias interessadas em participar da constituição de acampamentos. Outro ponto abordado é a importância da cooperação e da participação das mulheres como sócias em cooperativas e/ou associações de forma igualitária, não havendo distinção por gênero. Nesse processo, apresenta-se como fundamental o combate às diversas formas de violência contra as mulheres e crianças, buscando fortalecer relações mais respeitadas nos espaços públicos e privados existentes nos acampamentos e assentamentos. Cabe destacar que essas linhas políticas fortalecem o debate, porém a sua plena efetivação encontra dificuldades em ser executada. Como já destacado anteriormente, os reflexos da sociedade patriarcal, com práticas machistas e discriminatórias, desempenham fortes influências no interior da organização e no desenvolvimento das relações de poder.

Ainda segundo livro do Setor Nacional de Gênero que expressa a construção de novas relações de gênero dentro de sua estrutura,

Um dos objetivos estratégicos do MST é a transformação da sociedade, buscando construir uma sociedade solidária, com justiça social, capaz de garantir vida digna a toda a população. E é impossível realizar essa transformação sem acabar com as bases de sustentação da sociedade capitalista, entre elas a desigualdade nas relações de gênero. (MST, 2003, p. 22).

Outra questão vivenciada e explicitada por autores no que tange às relações estabelecidas no MST é o debate referente à divisão sexual do trabalho. Essa questão está implicada, de um modo geral, dentro da estrutura econômica vivida em diversos países do mundo. Nesse sentido, existem “[...] diferenças presentes em atividades agrícolas realizadas por homens e por mulheres, caracterizadas a partir da classificação de trabalho leve e pesado: atividades leves realizadas por mulheres e crianças, atividades pesadas, realizadas por homens adultos.” (SALVARO, 2004, p. 324).

Tais diferenças consistem precisamente no que tange aos papéis femininos e masculinos postos em nossa sociedade, principalmente através dos padrões da família burguesa patriarcal. Nessa lógica em que são definidos papéis para os sujeitos encontra-se o Movimento Sem Terra, no qual as divisões não se apresentam apenas no trabalho, mas também na organização estrutural do Movimento. Podemos trazer como exemplo a divisão por gênero na participação em espaços de decisão: as mulheres estão à frente de setores como os de saúde e educação, e os homens, de produção e frente de massa. Por isso, apesar da tendência de mudanças estruturais, o Movimento e as famílias acampadas e assentadas vivem contradições, o que torna cada vez mais necessário que o debate

acerca das relações de gênero seja disseminado em suas esferas, tornando-se um tema relevante para a organização e sendo efetivadas as linhas políticas do Setor de Gênero.

No território do Assentamento Conquista de Sepé, assim como nos demais assentamentos, a discussão sobre as relações de gênero não pode ser tomada apenas pelas manifestações que ali ocorrem, ainda que estas sejam imprescindíveis. Além do histórico da formação das subjetividades dos camponeses assentados e das relações que objetificam sua compreensão acerca do gênero e dos papéis sociais, há ainda uma complexa relação com os projetos históricos e suas expressões no desenvolvimento das atividades. Assim, é importante considerar que há dois modelos antagônicos com expressões e reflexos na realidade do Assentamento: capitalismo agrário e agricultura camponesa.

Segundo Silva (2013, p. 14),

Dois projetos se confrontam no campo, disputando a hegemonia do território. De um lado estão os grandes empreendimentos do agronegócio, com os monocultivos e seus mega projetos de infraestrutura de estradas e ferrovias para escoar os produtos, financiados pelo Estado. Do outro lado estão os camponeses com pouca terra e escassos recursos para investir na produção, diversificação e melhoramento dos seus produtos. As empresas do agronegócio se apropriam das terras dos camponeses, desestruturando as comunidades e desorganizando a produção. Percebe-se que tal processo de conflito está centrado nas ações de expansão do capital na região, concentrando terra e explorando o trabalho camponês.

Uma expressão desse confronto de dois projetos que se encontra no Assentamento é o monocultivo de pinus, que predomina na região e que ocupa a maior parte das terras agricultáveis, o que vem dificultar o desenvolvimento da agricultura camponesa. Isso

demonstra que o Assentamento é um território em permanente disputa. Segundo Fernandes (2005, p. 25), há o costume de pensar “[...] território [...] como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade.” Ora, o Assentamento não se encontra isolado das relações sociais e políticas vigentes do sistema capitalista. As famílias assentadas, na sua forma de produzir a existência, reafirmam sua origem na agricultura camponesa ou familiar, historicamente na luta pela terra, mas o fazem com o conjunto de elementos de que dispõe para interpretar o mundo e nele agir, em meio às contradições que os formam.

Portanto, ao se tratar do desenvolvimento das atividades produtivas no Assentamento, a agroecologia é uma das possibilidades aventadas. Pensar a agroecologia em conjunto com a proposta de um novo modelo de sociedade é um desafio dentro da sociedade capitalista e até mesmo no interior dos movimentos sociais, pois ela também não deve ser subentendida apenas como uma produção orgânica, já que vai além de uma mudança do jeito de produzir do convencional para o orgânico.

De acordo com Costa Neto (2008, p. 73), abordando os estudos de Sevilla Guzmán, a agroecologia pretende uma transição do modelo de agricultura convencional para um modo ecologicamente sustentável, que esteja voltado para as questões sociais e culturais, potencializando o nível de conhecimento do produtor e sua relação com a terra, com a natureza, promovendo assim uma agricultura economicamente viável, que seja ecológica e socialmente justa. Para nós, fica evidente que nesse processo as relações de gênero devem ser refletidas e a busca pela superação de desigualdades deve prevalecer.

Ao tratar de processo de transição de modelos de agricultura, Altieri (2004, p. 16), um dos protagonistas internacionais da agroecologia, diz que “Novos agroecossistemas sustentáveis não

podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido.” O autor traz também a reflexão de que a agroecologia coloca, igualmente, a necessidade de unidade entre as ciências naturais e as ciências sociais para compreender as interações existentes entre os processos agrônômicos, econômicos e sociais.

A Ciência Agroecológica tem como fundamento o respeito profundo à natureza e aos sujeitos que valorizam essas relações de sustentabilidade, além do foco interpessoal, da troca de experiências num processo de construção coletiva do conhecimento. Assim sendo, um dos grandes desafios propostos pela agroecologia é produzir alimentos preservando os recursos naturais ao longo do tempo.

A agroecologia propõe um novo jeito de fazer agricultura familiar, sendo condição estratégica para a segurança e soberania alimentar. De acordo com Machado (2014, p. 85),

A soberania alimentar é a capacidade que um país tem de alimentar a sua população com produtos provenientes de sua agricultura – animal e vegetal – importando apenas um ou outro alimento que, mais por razões culturais que agrícolas, que não são produzidos. Mas, a dieta básica – calórica/protéica – é suprida com alimentos cultivados livremente dentro de suas fronteiras. A soberania alimentar é pré-condição para a soberania política. Nesse sentido a situação do Brasil é delicada e vulnerável.

Nesta perspectiva, a nova forma de produção na terra cumpre importantes papéis: geração de trabalho e renda; proteção ambiental e serviços ambientais relacionados; dinamização econômica, capilaridade e maior controle na gestão de territórios; proteção e preservação da biodiversidade; sustentabilidade energética; o campo como lugar possível de se viver; nova compreensão sobre o campo e seu papel na sociedade atual.

A necessidade de formação em agroecologia é fundamental, porém residem em nossa prática, dentro dos assentamentos, ações contraditórias: a lógica de reprodução ampliada do capital na agricultura e o modo de produzir a vida dos camponeses.

A agroecologia no MST é entendida como aquela que fornecerá as bases para esse novo modo de produzir, sendo difundida mediante processos de formação técnica e política, composta por debates nas reuniões das associações de agricultores, cursos, oficinas, seminários, palestras, dias de campo, visitas técnicas, constituição de tecnologias alternativas, produção de materiais didáticos e de formação e na prática diária. Nos movimentos sociais, a agroecologia não é só uma ciência ou uma simples técnica; ela passa a ser uma ferramenta, objetivando principalmente a qualidade de vida e fazendo frente ao modelo convencional imposto.

Neste contexto, encontram-se as mulheres, responsáveis, na sua grande maioria, pelo cultivo da horta, das frutíferas e dos pequenos animais, devido à divisão sexual do trabalho já explicitada anteriormente. São as mulheres que desenvolvem a produção para o consumo dos grupos familiares, sendo responsáveis pelo trabalho doméstico.

Ao tratarmos do trabalho doméstico no Assentamento Conquista de Sepé, identificamos que ali se expressa o que Pacheco (2009, p. 5) identificou: “É doméstico se é atribuição da mulher, como quando ela cuida da horta e das galinhas sozinha. Já se ela vai para o trabalho na roça com o marido, é trabalho produtivo, qualquer que seja o destino do que for colhido – para vender ou para comer.” Assim, apresenta-se a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres, algo que é verificado em todas as esferas da sociedade, mas que se pode observar de forma mais acentuada na realidade de milhares de mulheres que vivem no campo, constituindo-se um processo histórico que precisa ser urgentemente superado, e para que isso seja possível, um passo é desnaturalizar esta compreensão acima explicitada.

A organização das mulheres através dos movimentos sociais, como indicado anteriormente, é algo essencial para a quebra desses tabus que desvalorizam todas as atividades produtivas por elas desenvolvidas; ora, a organização e a busca pelo conhecimento são fundamentais. Desse modo, pode-se perceber que a relação entre a produção de alimentos saudáveis e o processo de construção da autonomia das mulheres é essencial para o enfrentamento das desigualdades de gênero, e esse debate deve ser incluído nos espaços de organização do MST ao mesmo tempo de o Movimento deve reforçar este debate nos Assentamentos contribuindo para desnaturalizar as desigualdades, auxiliando os trabalhadores e trabalhadoras a compreenderem que estas questões são fruto de uma construção histórica dentro de relações sociais determinadas, e que por serem construção humana, conhecendo-as é possível superá-las.

4 A produção e reprodução da vida no Assentamento Conquista de Sepé e a atividade das mulheres

Fundamentados nas discussões teóricas que foram desenvolvidas ao longo deste trabalho, buscou-se dialogar com mulheres que residem no Assentamento pesquisado, tendo em vista a necessidade de compreender a sua participação nos processos de produção e reprodução da vida e responder como ocorre a participação das mulheres no processo de produção e reprodução da vida no Assentamento Conquista de Sepé?

As famílias que residem no Assentamento, em sua grande maioria, são oriundas do campo e buscaram o acampamento como uma forma de garantir o acesso à terra e um endereço fixo, uma moradia. Ao longo de anos viveram em acampamentos, passando por dificuldades e potencialidades, sendo que o acesso à terra, através da constituição do assentamento, apresenta-se como ponto inicial

para outras garantias, como acesso à moradia digna, à energia elétrica, à educação, à saúde, entre outras. Pode-se apontar também que, ao acessarem a terra, garantem o direito de produzir alimentos para os seus grupos familiares, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida. Os fatores que dificultam esse processo, aparentemente, são a não medição dos lotes, a presença da área de pinus, a falta de recursos financeiros e o trabalho fora do Assentamento. Essas questões agem e desestimulam as famílias para o desenvolvimento de atividades produtivas no pequeno espaço de um hectare que possuem.

Nesse contexto em que residem as famílias do Assentamento Conquista de Sepé, vivem as mulheres com as quais foram realizadas três entrevistas semiestruturadas. Os nomes utilizados são fictícios: Ana (60 anos), Olívia (50 anos) e Cristina (37 anos). As três entrevistadas declararam que a profissão que exercem é de agricultoras e que sua formação escolar é de ensino fundamental incompleto. Pode-se apontar que o estudo, para muitas mulheres do campo, não foi garantido, tendo em vista a necessidade do trabalho. Apesar da diferença de idade identificada entre as mulheres entrevistadas, verifica-se que tal realidade perpassa a vida das três, indicando a persistência do problema no transcurso de gerações.

No que se refere à constituição dos grupos familiares, Olívia e Cristina residem com seus companheiros; e Ana reside sozinha, seu companheiro faleceu durante o período em que moravam em um acampamento – desde então, criou os filhos sozinha, tendo apoio das companheiras e companheiros que também residiam no acampamento e, posteriormente, no Assentamento. Ana nos relatou que pouco participou de espaços de formação e mobilização devido ao cuidado dos filhos, mas os companheiros do Movimento sempre respeitaram sua situação, permitindo que ela permanecesse no acampamento até o momento em que passaram a residir no Assentamento.

Eu nunca fui, não adianta dizer que eu vou [...] nem na época de acampamento, nunca participei, porque o meu esposo morreu no acampamento. Um dia eu disse pro [...] que eu ia sair, eu ia pegar as meninas e eu ia embora, mas o [...] não me deixou sair, “por causa que quando sair os lotes, o seu lote é da senhora”. Mas eu disse [...] “eu não posso sair, eu tinha as meninas pequenas [...] não tinha como eu sair e deixar as meninas com os outros”. [...] Cada vez que tinha reunião as mulheres iam lá em casa “a senhora tem que ir, a senhora tem que participar, porque a senhora também participa do acampamento”. Mas eu não ia, ajudava arrumando uns pão pra levar, um açúcar, um arroz. (Entrevista ANA, 23 de julho de 2015).

Identifica-se, também, na presente fala um elemento essencial para a vida em comunidade: a solidariedade. Neste caso, a entrevistada indica que não tinha condições de participar, mas auxiliava os demais sujeitos envolvidos nas ações, com a doação de alimentos. Essa discussão da solidariedade perpassa a realidade do acampamento, cotidianamente é vivenciada no Assentamento. Pode-se perceber que, apesar da ação intensificada de individualização proposta no modelo capitalista, as famílias ainda tendem a se auxiliar nos momentos de dificuldade, visando à superação.

Diferentemente do relato de nossa primeira entrevistada, Olívia indica que no período de acampamento participava do Setor de Saúde, com ações no acampamento e fora dele.

Sim, na época do acampamento eu participava, eu era do setor de saúde e eu ia às vezes nas atividades. [...] Depois que vim pro assentamento eu parei e daí só doente não adianta. (Entrevista Olívia, 23 de julho de 2015).

Pode-se perceber na fala de nossa entrevistada, dados os estudos já elaborados e as observações, que a atuação das mulheres ocorre em maior evidência em setores como os de saúde e

educação, e menos no setor de produção, com maior participação dos homens. Isso ocorre, principalmente, porque no imaginário social as mulheres já nascem preparadas para atuar em funções relativas ao cuidado – expressão clara de o que é ser homem e ser mulher na sociedade patriarcal.

Outro elemento indicado por nossa entrevistada é o fato de estar doente, principalmente devido aos anos de trabalho como agregada em fazendas da região, que causaram problemas de saúde. Isso impossibilita sua participação e também desenvolvimento em atividades relacionadas à produção, sendo este mais um limitante na organização produtiva do grupo familiar.

Nossa terceira entrevistada, Cristina, quando questionada sobre o processo de participação nos relatou que sempre participou das atividades propostas, tanto no acampamento como no Assentamento. Aponta diferenças nesse processo, principalmente no que se refere à periodicidade das reuniões: no acampamento, por ser um agrupamento de famílias, as reuniões eram mais frequentes. Sobre a realidade do Assentamento, indicou que participa do Clube de Mães (grupo de encontro das mulheres da comunidade), das reuniões do Centro Comunitário e das atividades da Equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Eu participo de reunião na comunidade. [...] É pouca coisa diferente do acampamento, só a gente sai mais demorado, no acampamento era quase todo o dia em reunião, era mais comum. [...] Hoje participo só no assentamento, tem clube de mães na comunidade, eles vem a cada dois, três meses. Nós mesmo também marcamos reunião, a presidente. (Entrevista CRISTINA, 23 de julho de 2015).

Identificou-se, durante a coleta de dados, que o ato de participar sempre foi desenvolvido pelas mulheres, tanto no acampamento como no Assentamento. Porém, percebe-se que têm

dificuldade em expor seus posicionamentos e na realização de análise sobre a realidade em que vivem. As entrevistadas não são diferentes de muitas mulheres que residem no campo e que historicamente desempenham papéis específicos para as mulheres devido à divisão do trabalho baseado em critérios de gênero, como é o caso do cuidado com os filhos, da casa e da produção com maior ênfase para o autoconsumo da família. Esta questão está inteiramente relacionada com a dificuldade de organização das mulheres na comunidade, o que implica o não estabelecimento de processos de emancipação e autonomia.

Assim, verificou-se que há pouca organização das mulheres e elas não participam de ações promovidas pelas instituições (MST, ATER, Prefeitura) fora do local de moradia. Identifica-se que, por mais que o MST, em sua organização, inclua, a cada ano com mais ênfase, o debate de gênero, na base há muito que avançar; há que propor a organização das mulheres de uma forma mais ampla, para que, autônomas¹², possam construir com os demais um assentamento e uma sociedade melhor, mais justa, onde não haja desigualdades entre homens e mulheres.

Outro aspecto destacado pelas entrevistadas é que as atividades de que participam não têm como foco o debate das relações de gênero, feminismo ou desigualdades de gênero. Nas atividades realizadas pela comunidade, são discutidos temas inerentes ao espaço comunitário e à questão dos pinus. Nas reuniões do Clube de Mães, são realizadas atividades de pintura, crochê, bordado, estimulando os trabalhos manuais. Já nas atividades desenvolvidas pela equipe de ATER, são focados temas sobre produção e organização da comunidade. Assim, aponta-se como necessária a introdução,

¹² Neste caso, compreende-se como “autônomas” o fortalecimento das mulheres nos aspectos político, econômico, social, cultural, para o enfrentamento das desigualdades de gênero, tanto nos espaços públicos como privados. Entende-se que o conhecimento e acesso a espaços de formação são fundamentais para esse processo.

mesmo que de forma indireta, do tema sobre as relações de gênero nas atividades desenvolvidas.

No que se refere aos processos de produção, para consumo e/ou comercialização, podem-se apontar alguns elementos que vêm colaborar com as discussões apresentadas anteriormente. Inicia-se esse debate com a fala de uma de nossas entrevistadas, quando indica que produzem de forma diversificada, prioritariamente para o consumo:

Nós produzimos mandioca, batata-doce, horta, crio minhas galinhas, meus porcos para o consumo da família. Não produzo nada pra vender. [...] Não utilizo veneno nessa produção, não dá pra gente se envenenar. [...] Desde o primeiro ano de acampamento, eu nunca comprei feijão. (Entrevista ANA, 23 de julho de 2015).

Assim, observa-se que, na realidade do Assentamento, as famílias encontram dificuldade para o desenvolvimento de uma produção mais ampliada devido à falta de espaço, pois existe a grande quantidade de pinus. Nesse sentido, algumas famílias não compreendem a produção de alimentos, das por ele chamadas de “miudezas”, como uma forma de garantia de renda, tendo em vista a pressão desempenhada pelo capital e a necessidade da produção com a utilização de insumos. Outro ponto que fortalece essa questão é a falta de mercados para a comercialização dessa produção. Identificam a produção de leite como uma forma de geração de renda mensal, com possível comercialização às empresas e cooperativas que atuam na região. A falta de recursos financeiros também dificulta o desenvolvimento da produção no Assentamento.

Se tivesse um recurso a gente poderia ter mais umas vacas pra tirar leite [...]. O pinus e a medição dos lotes é um problema, aqui ninguém faz nada, vai plantar uma grama você não sabe pra quem vai ficar depois e você perde o serviço. (Entrevista Olívia, 23 de julho de 2015).

Outro ponto abordado foi referente ao trabalho fora do lote, pois, ao longo das atividades desenvolvidas no Assentamento, verificou-se que inúmeras pessoas desenvolvem atividades produtivas fora da área que lhes é destinada para produção. Essa questão passa por todos os sujeitos que residem na casa, sendo que as mulheres e jovens se deslocam para uma agroindústria da região e uma fábrica de portas localizada em Passos Maia. Na grande maioria, os homens vendem sua força de trabalho como diaristas em propriedades próximas ao Assentamento.

As questões produtivas, por estarem relacionadas à geração de renda, ganharam evidência ao longo da pesquisa de campo, pois interferem diretamente na forma de organização, produção e reprodução da vida das famílias – e as mulheres contribuem efetivamente nesse processo.

Como enfrentamento a essa questão, aponta-se como fundamental a observação de novas formas de produção para geração de renda, principalmente pelo fato de atualmente usufruírem de uma pequena área agricultável. Existem inúmeras experiências na região nas quais são desenvolvidos os quintais produtivos, espaço em que as mulheres possuem uma maior autonomia na tomada de decisões. Esses quintais podem ser compreendidos

[...] como o espaço onde está organizada a horta, horto medicinal, pomar, jardins, estrutura para a criação e reprodução de animais de pequeno porte, processamento artesanal de derivados do leite, sucos, conservas, doces, artesanato. (COLLET, 2015, p. 9).

Na realidade do Assentamento, existe a diferenciação de trabalhos leves e pesados, mesmo havendo pouca área produtiva. Nesta realidade, as mulheres têm como ações prioritárias o cuidado com a casa e a produção de alimentos para o consumo da família, sendo essas ações vistas como trabalho leve, pois não geram

renda diretamente. É importante ressaltar: considera-se como trabalho leve porque não geram renda com comercialização, não porque as atividades sejam leves. Porém, quando necessário, atuam nas mais variadas frentes de trabalho, sendo força de trabalho necessária para o desenvolvimento do grupo familiar. Sobre essa questão, pode-se compreender que em nossa sociedade existe a distinção de trabalho, sendo muitas vezes levado em consideração o sexo do sujeito. “Trabalho ‘leve’ e ‘pesado’ são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas.” (PAULILO, 1987, p. 04). Isso ocorre porque nas relações capitalistas patriarcais o trabalho que as mulheres desenvolvem não é valorizado, tanto no campo como na cidade. No nosso caso, a produção de autoconsumo não é contabilizada como renda por não ser comercializada, mas não é realizado cálculo de quanto dinheiro seria necessário para adquirir tais produtos.

A partir do desenvolvimento da pesquisa de campo e das análises realizadas, foi possível compreender que a produção e reprodução da vida no Assentamento enfrentam inúmeros desafios e que isso atinge o cotidiano das mulheres. Nesse sentido, compreende-se como fundamental para a superação desses desafios a ampliação do conhecimento, de modo que conceitos como “agroecologia” e “feminismo” possam fazer parte da realidade das mulheres do Assentamento. Esses conceitos

[...] possuem profunda afinidade, pois ambos dialogam uma proposta de transformação social, ambiental e cultural. Sendo assim, as mulheres camponesas, a partir de sua realidade vivida, constroem o que chamam de feminismo camponês e popular. (CINELLI, 2015, p. 1).

Esse debate deve ser construído a partir da organização das mulheres nos espaços de formação e discussão propostos pelas entidades que atuam na realidade do Assentamento. Para isso, é preciso

que entidades e famílias compreendam a importância da superação do atual modelo de produção, pois as consequências estão cada vez mais perceptíveis, desde a destruição dos recursos naturais até o prejuízo à saúde dos seres humanos.

5 Conclusão

Ao analisarmos como ocorre a participação das mulheres no processo de produção e reprodução da vida no Assentamento Conquista de Sepé consideramos os elementos identificados na realidade do assentamento pesquisado, levando em consideração aspectos como as relações de gênero e a agroecologia.

Na busca de compreender como se apresenta o debate sobre as relações de gênero no assentamento e como são vivenciadas no cotidiano de suas relações de produção e reprodução da vida, foi possível perceber que o debate acerca das relações de gênero é inexpressivo na realidade do Assentamento; o conceito não é compreendido pelas mulheres nem, principalmente, pelos homens. Essa constatação foi possível a partir das observações realizadas durante as etapas de Tempo Comunidade. Também foi possível constatar que, de forma geral, as mulheres encontram dificuldades em participar e opinar nos espaços existentes na comunidade. Um dos fatores é a pouca participação das mulheres, sendo possível perceber que o debate das relações de gênero, como conceito, não é trabalhado nos espaços de organização das mulheres na comunidade. Mesmo que o debate de gênero venha sendo trabalhado nas esferas do MST, muitas mulheres e homens que residem nos assentamentos indicam desconhecimento sobre o tema.

Outro ponto observado foi acerca da divisão do trabalho nas relações estabelecidas na realidade estudada: o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e netos são tarefas desenvolvidas

prioritariamente pelas mulheres. Aqui, fortalece-se o debate acerca da divisão sexual do trabalho, que sugere existirem tarefas inerentes às mulheres e, outras, aos homens. Aponta-se como necessária a quebra desses conceitos predefinidos e que contribuem para o fortalecimento do machismo e do patriarcado. Também, a necessidade do debate de gênero nos espaços de formação das mulheres, de modo que possa atingir um número ampliado de mulheres. Intenta-se que gradualmente, dentro da organização do assentamento e das esferas de organização do movimento social, ocorram ações que envolvam o tema.

Partindo desse debate, ao buscarmos perceber o papel da mulher na produção de alimentos e como esse processo interfere nas relações de trabalho internas e externas ao assentamento, foi possível observar, no concernente à produção de alimentos, que as “miudezas”¹³ também são tarefas femininas, pois não são vistas como uma produção geradora de renda e se localizam próximas à moradia, sendo de fácil acesso. Não se pode indicar que as mulheres desenvolvam apenas tarefas ditas como femininas, pois atuam também na lavoura e no trabalho com os animais, porém, o trabalho das mulheres nessas tarefas é classificado como ajuda, mesmo que desempenhem a tarefa tanto quanto os homens. Já o movimento oposto, de os homens auxiliarem nas tarefas ditas femininas, como o trabalho doméstico, observou-se ser mais escasso; deve-se, pois, levar em consideração que o Assentamento está inserido numa sociedade capitalista, machista e patriarcal, mas que isto não deve servir como justificativa para a manutenção das desigualdades.

¹³ Expressão utilizada pelas famílias, indicando que o trabalho doméstico e a produção para o consumo do grupo familiar não possui o mesmo valor da produção a ser realizada para a comercialização. Utilizou-se esse termo, porém compreende-se essa produção, cujo valor agregado é mais difícil de ser observado, como essencial para o desenvolvimento dos grupos familiares. Para tanto, indicam-se conceitos como “produção para o consumo”, “autoconsumo”.

Ainda no debate acerca da produção de alimentos, deve-se levar em consideração a realidade do Assentamento, pois a pouca área agricultável e a presença dos pinus dificulta o desenvolvimento das linhas produtivas planejadas. Assim, apresenta-se a necessidade do trabalho fora do lote por pelo menos um integrante do grupo familiar. Neste caso, os jovens, meninas e meninos, são os principais sujeitos que se deslocam para a cidade e outros municípios da região, visando à geração de renda. Todo esse processo tende a dificultar a produção e reprodução da vida das famílias, de um modo geral, na realidade do Assentamento.

Por fim, para compreender a existência ou não de famílias chefiadas por mulheres na atual realidade e como isso interfere no desenvolvimento produtivo, organizativo e social do Assentamento, ao longo do trabalho de campo foi possível observar que as mulheres possuem uma responsabilidade grande acerca da sobrevivência dos seus grupos familiares.

Apenas uma das assentadas entrevistadas não reside com um companheiro/a, pois o mesmo faleceu; ela, ao longo da sua existência na realidade de acampamentos e do Assentamento, criou suas filhas. A contribuição de companheiras e companheiros de Movimento que estiveram nos mesmos espaços foi essencial, como identificamos em um excerto de seu depoimento. Atualmente, esse grupo familiar se organiza a partir da produção para o consumo e possui como interesse qualificar essa produção, tendo em vista que a assentada é aposentada.

Nos demais grupos familiares, percebe-se que as mulheres contribuem nos processos de decisão, porém não se pode caracterizá-los como famílias chefiadas pelas mulheres. Essa realidade se apresenta de forma mais acentuada nos espaços de diálogo e decisão existentes na comunidade, o que vem corroborar as indicações já realizadas neste estudo de que há pouca participação das mulheres nos espaços comunitários. A manifestação feira pelas mulheres

de que não se sentem a vontade para contribuir com suas análises nas discussões e espaços decisórios é preocupante e merece muita atenção para superar esta situação: por um lado, é fruto de um processo histórico em que mulheres são expostas e reprimidas, e muitas vezes ridicularizadas; por outro, se não enfrentado, tende a perpetuar a situação e educar as novas gerações dentro deste tipo de relação de submissão da mulher, o que deve ser evitado oportunizando espaços em que as mulheres sempre possam se manifestar e organização coletiva para que não sejam expostas ou ridicularizadas ou diminuídas. Além disso, neste aspecto é necessário avançar ainda mais, e além de dar voz, colocar as mulheres em postos de coordenação e comando das atividades, para que nas experiências sejam construídas por todas novas formas de relações.

Desse modo, a agroecologia se apresenta como uma alternativa para a geração de renda e manutenção dos grupos familiares no local de moradia. As mulheres, com os saberes populares, podem contribuir e ampliar essas ações. O cuidado com a natureza, o resgate das plantas medicinais e alimentícias já fazem parte da realidade das mulheres. O que se propõe, a partir deste estudo, é que o conhecimento de novos conceitos, como “agroecologia” e “feminismo”, por parte das mulheres do Assentamento Conquista de Sepé, bem como daquelas dos demais assentamentos de reforma agrária, possa contribuir para o avanço e a superação do modo de produção vigente.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica da agroecologia sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CHAGAS, Ana (Org.). **Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

CINELLI, Catiane; SANTOS, Geneci Ribeiro dos. **Feminismo, agroecologia e sustentabilidade**. Chapecó: UFFS, Módulo III, 2015, (mimeo).

COLLET, Zenaide; CIMA, Justina Inês. **Produção de auto sustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres**. Chapecó: UFFS, Módulo II, 2015, (mimeo).

COOPTRASC. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), Conquista de Sepé**. Passos Maia – SC, 2008.

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DRUZIAN, Franciele; MEURER, Ane Carine. Escola do Campo Multisseriada: experiência docente. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 2, maio/ago. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos Movimentos Sociais. **Revista Nera**, São Paulo, ano 8, n. 6, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421227&idtema=67&search=santa-catarina|passos-maia|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios->>. Acesso em: 26 dez. 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília, DF: Série Antropologia, 2000.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MINAYO, Cecília de Souza et al. (Orgs.). **Pesquisa Social**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. **R. Pol. Públicas**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2004.

MMC. **Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil), Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida**. 2008.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de formação Nº 15**: a mulher nas diferentes sociedades. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1988.

MST. Setor Nacional de Gênero. **Construindo novas relações de gênero**: desafiando relações de poder. MST, 2003.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas**, v. 6, n. 4, 2009.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da “Igualdade de Gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950-1980.** v. 1. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Departamento de Ciências Sociais – UFSC, n. 28, 1987.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SALDANHA, Rafael Araújo; Wolf, Cristina Scheibe. Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/viewFile/482/595>>

SALVARO, Giovana Ilka Jacito. Jornada de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 321- 330, jan.-abr. 2004.

SCHWENDLER, Sonia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo.** v. 2. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SILVA, Cristiane Berreta da. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 269-287, jan.-abr. 2004.

SILVA, Gilvânia Ferreira da. **As disputas territoriais do Maranhão**. In: REIS, Ana Terra; BATISTA, Andréa Franciane (Org.). São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 13-25.

STEDILE, João Pedro (Org.). **Questão Agrária no Brasil**. v. 3: Programas de reforma agrária: 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

UCZAI, Pedro. **Dom José Gomes**: mestre e aprendiz de seu povo. Chapecó/SC: Argos, 2002.



Assentamento Conquista no Litoral à luz dos princípios agroecológicos¹

*Eloize Yoshiko Kamei²
Leticia Silva Melo³*

Resumo

Neste capítulo, apresenta-se um recorte de um projeto de pesquisa interdisciplinar realizado por pesquisadores provenientes do Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária)⁴.

¹ Este capítulo é fruto de trabalho coletivo e tem co-autoria de Alzira Gonçalves; Ana Claudia dos Santos; Carmem Aparecida Waskiewicz; Débora Garcia dos Santos; Franciane Lourenço Gotardo; Gisela Lisbeth Silveira Simonovis; e Vanderleia Alves Fortes.

² Arquiteta e Urbanista, especialista em Desenvolvimento Regional (UFPR) e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC). Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária). Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: arquitetaeloize@yahoo.com.br

³ Engenheira Agrônoma (UFSC). Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária). Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: agroleti@hotmail.com

⁴ Relatório de pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base

Apresenta-se uma análise sistêmica do modo de produção do assentamento Conquista no Litoral, localizado no município de Garuva-SC, à luz dos princípios agroecológicos. Através da prática metodológica de observação participante seguida da investigação-ação participativa, realizou-se a identificação dos interesses dos assentados em relação à forma de viver e de se relacionar com o meio – analisando o sistema produtivo e as práticas sociais e organizativas da vivência coletiva.

Palavras-chave: agroecologia; assentamento; modo de produção.

I Introdução

Este trabalho apresenta um recorte do projeto de pesquisa coletivo e interdisciplinar que culminou no Relatório de Pesquisa (FORTES *et al.*, 2014) realizado como um dos requisitos do Curso Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária), da Universidade Federal de Santa Catarina.

Apresenta-se uma análise do sistema de produção, dando enfoque ao modo coletivo de convívio e de organização do trabalho em uma área de Reforma Agrária, a saber, o Assentamento Conquista no Litoral⁵ e as perspectivas da adoção de um modo de produção agroecológico.

na Agroecologia (Residência Agrária), sob orientação de Ezequiel Antonio de Moura. FORTES *et al.*, 2014.

⁵ Agradecemos a todos os envolvidos no processo de construção do conhecimento aqui relatado: A receptividade dos moradores do Assentamento Conquista no Litoral, que oportunizou o convívio e troca de experiências, fundamental para a realização deste estudo; A dedicação e motivação das colegas que formaram a equipe do coletivo de pesquisa e do orientador que se dedicou a nos guiar nesse processo; A equipe da coordenação do Curso de Especialização em Educação no Campo que viabilizou a realização deste trabalho, aproximando a Universidade e o Movimento Social.

Para este estudo, o conceito de agroecologia está vinculado ao discurso político-produtivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em termos de seu ideário de reforma agrária popular.

Diante das propostas/metastabelecidas como o ideal de Reforma Agrária Popular, uma nova forma de pensar os assentamentos se faz necessário para reforçar a identidade do campesinato na conjuntura atual do modo de produção agrícola hegemônico, para se evitar a reprodução em menor escala do modelo fragmentado e fragmentador vinculado à lógica do mercado.

Através da prática metodológica de observação participante seguida da investigação-ação participativa foi realizada a leitura da realidade local buscando a identificação dos interesses dos assentados em relação à forma de viver e de se relacionar com o meio, vinculado ao sistema produtivo e às práticas sociais e organizativas da vivência coletiva (PINTO, 1989; WHITE, 2005). Durante o período de um ano, foram realizadas quatro inserções em campo – Residência Agrária, com período de duração variando entre 5 a 8 dias, onde foram aplicadas entrevistas coletivas e individuais e realizadas dinâmicas como a construção da linha do tempo para o resgate histórico da identidade local. Em termos culturais, a intervenção social humanística visaria o resgate da memória coletiva proveniente da cultura do trabalho dos grupos de assentados (SEVILLA, 2002).

O enfoque analítico adotado nesta pesquisa aborda o conceito agroecológico na análise das dimensões sociopolítica de transformação social; socioagroecológica e produtiva e a socioeconômica de ação social (SEVILLA GUZMAN 1996, 2006, TOLEDO V.M. 2002). O objetivo final do exercício de análise é identificar as possibilidades e limitações de alcance dos objetivos elencados pelos moradores para o assentamento estudado, focando os pontos-chaves, cuja modificação possa avançar a evolução do sistema (KHATOUNIAN, 2001).

Um sistema de produção compreende a combinação de meios de produção e força de trabalho gerido no espaço e no tempo. Um sistema agrário é composto por indivíduos (objeto e sujeito) e suas relações (como é que essas partes interagem) onde os fluxos relacionais entre as atividades e suas relações é que definem a característica produtiva. Nesse sentido, a abordagem sistêmica busca entender essa correlação entre as coisas, as conexões existentes e nem sempre visíveis, que para este estudo compreendem os processos de produção agropecuária e a forma de organização social (BOGDAN, R & BIKLEN, S. K. 2003).

Um sistema de produção é composto pelo conjunto de sistemas de cultivo e/ou de criação no âmbito de uma propriedade rural, definidos a partir dos fatores de produção (terra, capital e força de trabalho), interligados por um processo de gestão (EMBRAPA, 2012). Para Khatounian (2001), o levantamento de informações que permitam esboçar o sistema, de forma a subsidiar prospecções sobre sua evolução, tem sua centralidade na estruturação do sistema, seu funcionamento e tendências. Para responder a essas questões, levantam-se informações sobre a natureza e a organização do espaço físico (ocupação, benfeitorias, tipo de solo, relevo, recursos hídricos, tipo climático e seus riscos.), sobre os recursos humanos e suas relações sociais e econômicas (numero de pessoas, parentesco, idade, sexo, aspirações, fontes de renda, entre outros.) sobre as entradas e saídas pontua-se respectivamente, insumos, maquinário, alimentos, produtos agrícolas e artesanato.

Seguindo ainda o pensamento do autor, tentam-se perceber o sentido da evolução como as forças de agregação/desagregação, conflitos internos e as relações de poder, pois, sobre tudo o sistema de tomada de decisão e seus reflexos sobre as pessoas envolvidas, são importantes, pois é muito comum que o sistema não evolua devido a problemas dessa esfera.

Como estímulo ao debate, foi realizado uma dinâmica da árvore dos sonhos, onde cada indivíduo escreve os seus sonhos num papel em forma de folha e as dificuldades que encontra no caminho em formato de pedra. A leitura coletiva viabilizou a caracterização da satisfação dos assentados e uma abertura ao debate sobre o futuro e as dificuldades do coletivo em alcançar as metas almejadas.

2 Desenvolvimento

A Agroecologia tem como uma de suas premissas técnicas a interdisciplinaridade. De acordo com Moreira (1994), no trabalho interdisciplinar coloca-se a necessidade de se romper com as explicações reducionistas e lineares de causa efeito e as práticas de dominação autoritária. Requer-se, ainda, a valorização da crítica, da cooperação e do reconhecimento democrático das partes envolvidas, ou seja, entre agricultores, cientistas técnicos e agentes sociais.

Para Altieri a agroecologia é definida como “uma nova e dinâmica ciência”, integrando “princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos”, tendo os “agroecossistemas como unidade de estudo”, considerando o “conhecimento e a técnica dos agricultores” para “desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos”, tendo por objetivo maior estudar e tratar ecossistemas produtivos ou preservacionistas, desde que “culturalmente sensíveis, socialmente justos, economicamente viáveis” (ALTIERI, 2008, p. 21; 23).

O processo agroecológico é entendido como uma perspectiva articulada de difusão de conhecimento e inovação, que vem tentando se desenvolver como um processo gradual e multilinear de mudanças ao longo do tempo, nas diversas formas de manejo para com a agricultura e não se restringindo à produção, mas também à sustentabilidade ecológica (GLIESSMAN, 2001; TOLEDO V. M., 2002; SEVILLA GUZMAN. *et al.* 1996, 2006; ALTIERI e TOLEDO, 2011).

Dentro dessa concepção, outro aspecto é a importância que o meio ambiente assume na determinação da saúde do povo do campo, visto que são os ambientes que proporcionam uma vida mais saudável à população (ROCHA, 2010).

Para os camponeses de modo geral, não se tem claro o que quer dizer e como funciona (ou como se trabalha) com a agroecologia na prática. Por se tratar de um termo complexo, abrangente e em construção, sua definição ainda não está consolidada. Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais dos povos originários que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura (Guhur e Toná, 2012).

Há uma ampla abordagem do termo agroecologia em todos os níveis de ensino e pesquisa, porém para sua consolidação como Paradigma Agroecológico se faz necessária uma articulação concreta nas diferentes dimensões da sociedade, através da materialização da matriz teórica da prática agroecológica. Nesse contexto, a produção agrícola é desenvolvida com o uso predominante de recursos endógenos de baixo impacto ambiental, reduzido custo energético e fazendo uso de tecnologias locais desenvolvidas a partir de adaptações e arranjos evolutivos únicos e diversificados (ALTIERI, 1989). Para Gliessman (2001), a agroecologia destaca a importância do redesenho da propriedade, considerando as potencialidades locais, através da combinação dos elementos de produção com os fatores determinantes.

Considerando que a agroecologia se constitui um conjunto dos princípios mencionados e comentados e que a sustentabilidade social ecológica é a forma de sua manifestação em condições agrícolas na quais predomina a agricultura familiar camponesa, analisaremos neste contexto as correlações entre sustentabilidade social ecológica e o assentamento pesquisado.

Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) os assentamentos são o retrato físico da Reforma Agrária e em alguns estados do país já houve progresso nas ações conjuntas para o atendimento das demandas dos assentamentos do MST, tendo as universidades prestado importante contribuição, articulando ensino, pesquisa e ações de extensão através de assessoria técnica⁶.

De acordo com Toná (2004) a relação do MST quanto à Agroecologia como promotora da aliança entre saber popular dos povos e o conhecimento científico, exige repensar não somente a produção, mas também os hábitos de consumo, as relações humanas, a preocupação com a saúde e outros fatores da vida social. Segundo o autor, a agroecologia surge como alternativa à disseminação das tecnologias que degradam os ecossistemas enquanto um amplo conjunto de arranjos produtivos socioeconômicos recentes ou tradicionais.

Os assentamentos rurais no Brasil organizados em torno dos princípios do MST, representam hoje enquanto espaço, terra fértil para sementeira de princípios e práticas agroecológicas, por reunirem uma estrutura social agrária baseada na unidade familiar, o trabalho agrícola associativo e cooperado e a preocupação ecológico-ambiental e atuam no sentido de promover, conjuntamente, a prática de um novo modelo agrícola, sustentável, além do ponto de vista ambiental e socioeconômico, também do ponto de vista cultural e político, uma vez que a agroecologia exige que se relacionem, em seu âmbito, as noções de sistemas científico-tecnológicos, agricultura tradicional, social e culturalmente condicionada, ambiente e ecologia (NETO & CANAVESI, 2002).

⁶ A assessoria técnica é entendida aqui como oferta de subsídios, por meio de um processo de acompanhamento da tomada de decisões no desenvolvimento de uma intervenção através da adequação à realidade e à conjuntura local, pela relação dos saberes populares e acadêmicos.

O MST adota uma concepção de educação pautada como a construção de um saber que ultrapassa o sentido escolar e se torna uma construção permanente na vida dos sujeitos, sendo a principal ferramenta para sua formação. Dessa forma, a educação visa formar novos sujeitos sociais que lutam por políticas públicas que garantam os seus direitos, onde as pessoas se vêem como parte desse processo que é de transformar a sociedade ou seja uma educação vinculada com a realidade.

Ao longo de sua existência, a atuação MST tem contribuído para a transformação socioeconômica de regiões que receberam assentamentos: a dinamização da economia local, a experimentação de novas estratégias produtivas e a coletividade (Gonh, 2010; CALDART, 2004; MST, 2005). O modelo teórico sobre luta e camponato apresentado por Gonçalves (2008, p. 187) relata que “é na luta na terra e não na luta pela terra que se pode confirmar a territorialização do MST e a emancipação do camponato (...) na construção da autonomia dos camponeses”, destacando a importância “da construção de elementos simbólicos e efetivos de organização comunitária e familiar”.

A vivência coletiva está vinculada a uma matriz qualitativa, enquanto forma de aprendizado. Pautado em princípios de igualdade e solidariedade, o MST incentiva formas associativas e cooperativas de produção após a conquista da terra, fato que é justificado pela necessidade fundamental da ação coletiva para a viabilização de subsistência. Nos assentamentos coletivos podem ser evidenciadas peculiaridades, pois, além de se organizarem em torno de modos coletivos de produção, são caracterizados também pela não-divisão da área total de terra em terrenos individuais.

Pautado nos princípios coletivistas, o assentamento pesquisado abrange as relações de trabalho e convívio. Neste contexto aflora a necessidade de ser realizada uma leitura das relações sociais que se estabelecem neste espaço, as diversas percepções e opiniões

decorrentes desse modo de viver, da gestão e a relação com MST e a agroecologia.

O assentamento Conquista no Litoral, oficializado em 1995, possui uma área de 93 hectares, composta por 90% remanescentes florestais e 10 ha de área para produção e moradias. Organizado na forma de agrovila, as residências são padronizadas e foram edificadas com tijolos ecológicos de barro prensado, produzidos localmente, num sistema de mutirão. Não há divisão da propriedade em lotes e as treze residências estão distribuídas ao longo de uma via interna, distantes quinze metros entre si e próximas ao refeitório. O galpão de produção, comercialização e distribuição dos produtos é equipado com câmara fria, sanitários e escritório.

O trabalho na cooperativa está organizado em setores de produção, administração, refeitório e maquinários. O modo de produção é convencional, prevalecendo à busca de uma maior produtividade através da utilização intensa de insumos externos, o que em curto prazo conduz a resultados visíveis de produtividade e da eficiência agrícola (SOUZA, 2012). De acordo com os relatos colhidos, a produção inicialmente orgânica, originada pela adaptação dos produtores ao novo agroecossistema⁷ em que se inseriram – área cultivável pequena e terra frágil, argilosa, além do lençol freático aflorante – migrou para a forma convencional pelas exigências de mercado, referentes à estética do produto: hortaliças.

Com relação à comercialização, a cooperativa estabelece relações comerciais de fornecimento para uma rede de supermercados desde o ano de 2001, mesmo período em que incluíram a marca TERRA VIVA⁸ aos seus produtos; em 2006 vinculados à Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização Dolcimar

⁷ Tatiana Reis. UFSC, 2012; EPAGRI/CIRAM/Governo do Estado de Santa Catarina, 2002.

⁸ Marca surgida com o Movimento Sem Terra ao longo do tempo foi ganhando força, valor e foi se inserindo no comércio nacional, sendo reconhecida pela qualidade dos produtos em vários estados.

Luiz Bruneto⁹ realizaram entregas de hortaliças com a marca da cooperativa; em 2008 firmaram o contrato de abastecimento da merenda escolar, através da política pública federal do Programa de Aquisição de Alimento – PAA; em 2009 iniciaram o fornecimento para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE¹⁰. Entre os anos de 2007 a 2011 constituíram uma frota de veículos para entregas dos alimentos e no ano de 2013 instituíram sua própria cooperativa para comercializar suas produções através da Cooperativa de Produção Agropecuária Conquista.

A população do local está vinculada ao número de residências existentes e a maioria das famílias são as mesmas que foram asentadas inicialmente. Conforme relatos, ao longo do tempo houve a tentativa de inserção de outras pessoas ao meio, porém sem sucesso. Durante o período em que houve um salto quantitativo na produção e na aquisição de bens duráveis, houve socialmente o envelhecimento da população residente: atualmente são vinte moradores, dentre esses uma única criança, dois adolescentes, cinco jovens, dez adultos e dois idosos.

Dentre os adultos, que representam a força de trabalho, há relatos sobre lesões ocasionadas pelo esforço repetitivo e problemas de coluna, decorrentes da sobrecarga de trabalho e postura para realização das atividades laborais. Cada morador é responsável por suas funções em determinado setor e nesse permanecem durante o tempo necessário para que se atenda a demanda do coletivo. O planejamento e a divisão do trabalho é realizada por eles,

⁹ A cooperativa surgiu para facilitar a distribuição e comercialização dos alimentos paralelamente à capacitação e formação de consciência dos agricultores.

¹⁰ O PNAE contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais.

dividindo e alternando as funções diariamente, num rodízio de atividades preestabelecido e pactuado entre os próprios trabalhadores.

A distribuição das tarefas também acontece conforme a habilidade, aptidão, capacidade e interesse pessoais. Uma característica considerada quanto à realização do trabalho é o gênero: as mulheres realizam tarefas as quais estão de acordo com suas capacidades físicas, enquanto os homens assumem atividades que exigem maior força física.

A jornada de trabalho é de oito horas diárias, com um dia de descanso por semana. Apesar de estabelecido o domingo como o dia de folga, durante o período de entrega de alimentos vinculados aos programas, parte do dia é utilizado para o carregamento dos caminhões e vendas diretas.

A renda de cada indivíduo é contabilizada pelas horas trabalhadas, com valores igualitários independente do gênero. O valor da hora de trabalho é estabelecido em deliberação no coletivo e o excedente financeiro é utilizado para a manutenção e aquisição dos bens da cooperativa.

A adesão ao grupo é livre, mas uma vez realizada, deve-se respeitar os regulamentos e o estatuto da organização. No entanto, a maior parte das pessoas que vem a fazer parte do grupo são conhecidas ou indicadas e ou apresentadas por conhecidos e são elas que geralmente demonstram interesse e aptidão para participar da organização, e consciente de que os bens adquiridos durante o período de convívio no sistema coletivo pertencem à cooperativa, não havendo compensação financeira em caso de mudança ou saída do grupo.

Durante a pesquisa foram identificados aspectos relevantes da realidade vivenciada. Em contraponto ao ideal harmônico de bem estar vinculado à agroecologia, no assentamento estudado foi indicado pelos moradores a força produtiva insuficiente, a pequena

área utilizável para as atividades agrícolas¹¹, a divisão social do jeto agroecológico sustentável.

3 Conclusão

Referente à produção, a pesquisa evidencia que a existência de compromissos formais de fornecimento previamente assumidos acabam condicionando o modo produtivo.

Apesar de sua importância para o caso analisado, a agroecologia coloca-se mais como uma possibilidade de arranjos produtivos do que um ação estruturante do modo de vida, apesar de sua identificação com valores e saberes dos pequenos agricultores. Desconsiderar que a dinâmica do mercado age como marcador social imanente das diversas trajetórias individuais seria desconsiderar o poder estruturante dos poderes sociais abrangentes, supervalorizando as autonomias. Para a viabilidade de uma mudança de seria necessária a consciência coletiva na construção de um espaço para pensar e praticar a Agroecologia.

São dezenove anos de organização o qual tem passado por várias transformações, como toda expressão da sociedade, que incidem com os modos de vida e da formação da consciência dentro da complexidade dos indivíduos que integram esta comunidade.

A realidade demonstra que no atual contexto histórico do MST se faz necessário criar um novo modelo de assentamento que responda as necessidades atuais da agricultura camponesa no século XXI. As práticas sociais e a organização produtiva das maiorias

¹¹ Para os assentados, só é considerada área útil para atividades agrícolas aquela em que a mata nativa foi removida. Este é um dos elementos que merece aprofundamento se considerarmos uma perspectiva agroecológica, pois há atividades produtivas possíveis nas áreas de mata.

dos assentamentos tem como base a divisão dos lotes ou em pequenas propriedades individuais as quais muitas vezes são miniaturas do agronegócio. Neste sentido, todas as famílias que fazem parte do Assentamento Conquista do Litoral tem como ponto de partida a produção social e econômica de forma coletivizada, uma forma desafiadora e de qualidade pedagógica, na qual contribui na formação da consciência dos indivíduos em pertencer a uma organização transcendente como o MST que tem objetivos comuns a ser alcançados. Nesta organização o indivíduo não prevalece sobre o coletivo nas metas a serem atingidas, são frutos da soma de esforços individuais para um resultado comum.

O Assentamento Conquista de Litoral representa um modelo organizacional que merece ser enquanto proposta para uma Reforma Agrária Popular. Apesar de seu sistema de produção convencional, suas práticas coletivas podem e devem ser melhor aproveitadas para que se torne referência enquanto um novo modelo de produção no campo, o qual o MST enfatiza dentro de seus princípios e fundamentos.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia:** as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. <http://www.scielo.br/scielo.php>

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 2008.

ALTIERI, M., TOLEDO, V. **La revolución agroecológica en América Latina.** Sociedad latinoamericana de agroecología SOCLA 2011. Versión al español del artículo Altieri, M. & V.M. Toledo. 2011. The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature,

securing food sovereignty and empowering peasants. *The Journal of Peasant Studies* Vol. 38, No. 3, July 2011, 587–612. Traducción de Pablo Alarcón-Chaires revisada por los autores.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, 2003. 336p

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA NETO, C.P.L.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais. **O MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil?** In: ALIMONDA, H. (Org.). *Ecologia Política: Natureza, Sociedad y Utopia*. México: Clacso, 2002. p. 203-215.

FORTES, Vanderleia Alves; GONÇALVES, Alzira; GOTARDO, Franciane Lourenço; KAMEI, Eloize Yoshiko; MELO, Letícia; SANTOS, Ana Claudia dos; SANTOS, Débora G. dos; SIMONOVIS, Gisela; WASKIEVICZ, Carmem A. **Vivências no Assentamento Conquista no Litoral**. Relatório de Pesquisa: Educação no Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária). Orientador: Ezequiel Moura. Florianópolis: UFSC, 2014. Não publicado.

EMBRAPA. Sistemas de produção: conceitos e definições no contexto agrícola /Marcelo Hiroshi Hirakuri, Henrique Debiasi, Sergio de Oliveira Procópio, Julio Cezar Franchini, Cesar de Castro. – Londrina: Embrapa Soja, 2012.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. – Coleção questões da nossa época; v. 1.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação do modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. Tese de doutorado em Desenvolvimento regional e planejamento ambiental do Programa de pós graduação em Geografia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2008.

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012.

KHATOUNIAN, C.A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu, 2001.

MOREIRA, Roberto José A Formação Interdisciplinar e o Desenvolvimento Sustentável. In: Resumos da X Reunião Brasileira de manejo e Conservação do Solo e da Água. Simpósio: Pequena Propriedade x Desenvolvimento Sustentável. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS). Florianópolis, SC, 1994, pp. 25-32.

MST. Princípios da educação no MST. In: *Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001*. ITERRA, 2005.

PINTO, João Bosco Guedes. **Pesquisa-Ação: Detalhamento de sua sequência metodológica**. Recife, 1989, Mimeo.

ROCHA, André. **Saúde é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime**. Entrevista in *Jornal Sem Terra*, nº 307, Outubro de 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/307/entrevista>. Acesso em 15 de setembro de 2014.

SEVILLA GUZMAN, E et all . La acción colectiva en agroecología. Memórias II congreso de la sociedad española de agricultura agroecológica. Pamplona-Iruña Setembro de 1996.

_____. La agroecología como estrategia metodológica de transformación social. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, España. 2006 Texto Disponível em <<http://www.agroeco.org/brasil/material/EduardoSevillaGuzman.pdf>> Acesso em Março de 2010.

_____. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3, n.1 p.18-28, jan./mar. 2002.

SOUZA, Andre Luiz G. Efeitos do sistema de produção orgânico e convencional na qualidade nutricional de alface dos grupos lisa, crespa e americana. UFS. Sergipe 2012. Disponível em: http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo. Acesso em 15 de novembro de 2014.

TOLEDO V.M. Agroecologia, sustentabilidad y reforma agrária: la superioridad de la pequeña producción familiar. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre. v. 3, n. 2. Abril junho de 2002 p 27-36.

TONÁ, Nilciney. **Uma reflexão sobre a agroecologia no MST – PR**. Paranacity – PR, agosto 2004. (não publicado)

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



Produção de alimentos para autoconsumo familiar no Assentamento José Maria em Abelardo Luz – Santa Catarina

*Geneci Ribeiro dos Santos¹
Adriana D'Agostini²*

Resumo

O trabalho discute sobre a temática da produção de alimentos para autoconsumo familiar em assentamento da reforma agrária. O objetivo geral é analisar a produção de alimentos para autoconsumo a partir de elementos estruturantes de uma vida no campo e seu significado enquanto renda familiar. Os objetivos específicos se delimitaram em caracterizar os modos de produção de alimentos do assentamento; quantificar o retorno econômico para a família através da prática de produzir seus próprios alimentos; identificar as dificuldades que as famílias do Assentamento José Maria, encontram para produzir

¹ Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária) pelo PRONERA-UFSC, Graduação Tecnologia em Agroecologia- Instituto Federal do Paraná- IFPR. E-mail: genecimc@gmail.com

² Professora do EED/UFSC, orientadora. E-mail: d.agostini@ufsc.br

alimentos para o autoconsumo familiar; e ainda descrever o papel das mulheres assentadas na produção de alimentos para o autoconsumo. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e também quantitativa. Para coleta de dados utilizou-se de entrevistas com aplicação de roteiro com perguntas abertas e semiestruturadas. Os resultados apontam que a produção de alimentos para autoconsumo realizada pelas famílias assentadas é de suma relevância para reprodução social das unidades familiares, pois, as mesmas conseguem garantir sua segurança alimentar através da produção, acesso e suprimento da alimentação de suas famílias bem como a melhoria da qualidade de vida pelo consumo de alimentos que sabem a procedência e como os mesmos foram produzidos proporcionando uma alimentação mais saudável. Também aponta para promoção maior de renda e autonomia com menor dependência do mercado. Também aponta que as mulheres assentadas são as maiores responsáveis pela produção de alimentos para o autoconsumo de suas famílias. E um dos principais indicativos que as áreas de reforma agrária cumprem seu papel com relação a produção de alimentos para garantia da segurança e soberania alimentar das famílias.

Palavras-chave: Produção de alimentos, Autoconsumo, Reforma Agrária, Mulheres

1 Introdução

Este trabalho discute sobre a temática da produção de alimentos para autoconsumo familiar em assentamento da reforma agrária. O objetivo geral é analisar a produção de alimentos para autoconsumo a partir de elementos estruturantes de uma vida no campo e seu significado enquanto renda familiar. Os objetivos específicos se delimitaram em caracterizar os modos de produção de alimentos do assentamento; quantificar o retorno econômico para a

família através da prática de produzir seus próprios alimentos; identificar as dificuldades que as famílias do Assentamento José Maria, encontram para produzir alimentos para o autoconsumo familiar; e ainda descrever o papel das mulheres assentadas na produção de alimentos para o autoconsumo. Para isso realizou-se pesquisa qualitativa através de estudos teóricos e entrevistas realizadas com as famílias do Assentamento José Maria município de Abelardo Luz, localizado na região Oeste do Estado de Santa Catarina, sobre a temática produção de alimentos para o autoconsumo familiar.

Produção de autoconsumo é um problema que vem chamando atenção, devido a sua importância e também a sua invisibilidade no mundo rural. Há uma tendência de valorização pela produção orgânica e agroecológica voltada para o autoconsumo, porém no campo esta produção existe e é invisibilizada por não contabilizar renda propriamente dita. Além disso, a lógica capitalista no campo expressa pelo agronegócio auxilia na desvalorização deste tipo de produção.

Dados do IBGE 2010, têm apresentado que a agricultura familiar e camponesa contribui principalmente com parte da produção de alimentos que vai diretamente para mesa da população, mesmo sofrendo fortes influências do modelo de agricultura agroindustrial através da padronização dos alimentos, uso indiscriminado de agrotóxicos, substituição das áreas de produção de alimentos por culturas com interesse comercial e a perda da diversidade genética e biológica de plantas e animais. Diante de tudo isso, pode-se afirmar que muitas famílias, principalmente as camponesas, não perderam totalmente a tradição de cultivar uma diversidade de alimentos para o autoconsumo familiar.

Nas famílias do assentamento José Maria, mesmo que predominantemente a produção é de variadas culturas com interesse comercial como o caso do fumo, soja, milho e a atividade leiteira, há também a preocupação e prática de produzirem nos seus

quintais, hortas, pomares e lavouras uma diversidade muito grande de alimentos para seu consumo. Essa prática é uma forma de resistência ao avanço do agronegócio nas áreas de reforma agrária, pois significa que essas famílias não são tão dependentes do mercado, possuem possibilidades muito grande com relação a autonomia e geração de renda e também estão cuidando do meio ambiente e preservando a biodiversidade, bem como consumindo um alimento mais saudável que vai resultar em qualidade de vida com mais saúde e com menos incidência de doenças.

A problemática apresentada com relação a produção de alimentos de autoconsumo muitas vezes passa ser vista pelos produtores como mais uma simples atividade rotineira realizada pelas famílias no qual não se percebe o seu valor e importância e muito se tem buscado invisibilizar esse tipo de produção. O modelo de agricultura convencional impôs um novo jeito de produzir provocando mudança nos hábitos e costumes referente ao que plantar e o que consumir nas unidades de produção das famílias camponesas. Sendo muito forte a introdução de alimentos industrializados para o consumo, muitas famílias perderam a cultura de produzir seus próprios alimentos.

Deixaram de produzir a diversidade como, por exemplo: mandioca, feijão, arroz, batata doce, batatinha, alho, cebola, tomate, pepino, melancia, ovos, mel entre outros. E também deixaram de processar de forma artesanal e familiar alguns alimentos como: açúcar de cana, melado, banha, queijo, salame, doces, chimias, conservas, compotas, entre outros, para o consumo de suas famílias, optando pelo cultivo de uma ou duas culturas com interesse comercial e a partir da renda obtida com a venda dessa produção passam adquirir alimentos industrializados. A exemplo da região Oeste do Estado de Santa Catarina predomina a produção da soja, fumo, milho e a integração com as agroindústrias de aves e suínos, assim como, a forte a atividade leiteira na maioria das unidades de produção familiar, se

dedicando a esse tipo de produção as famílias disponibilizam terra, tempo e mão de obra familiar, que em alguns casos é insuficiente para realização de tais atividades dificultando e até inviabilizando a produção dos alimentos para o consumo da família.

Para as famílias camponesas não produzir seus próprios alimentos significa ter uma forte dependência do mercado, necessita de mais renda, implica no ato de não consumir alimentos frescos e de qualidade, em não saber que tipo de alimentos se está consumindo podendo estar contaminados por resíduos de agrotóxicos e alimentos com pouco valor nutricional. Diante disso, a pergunta que norteou a pesquisa a partir do levantamento da produção de alimentos no Assentamento José Maria tratou de: identificar quais são os desafios que as famílias, encontram para produzir alimentos saudáveis e diversificados?

O interesse em abordar o tema produção de alimentos, primeiramente porque com o projeto coletivo “Os Desafios da Produção Agroecológica no Assentamento José Maria”, não foi possível aprofundar esse tema que consideramos de extrema relevância, quando perguntado para as famílias assentadas quais são as práticas com princípios agroecológicos que desenvolvem no lote, todas as famílias responderam que na produção para autoconsumo não se utiliza agrotóxicos e também reforçam dizendo que na horta, pomar espaços onde se produz a diversidade de alimentos, é possível desenvolver alguns princípios da agroecologia. A partir dessas colocações observa-se que é importante potencializar e valorizar essa prática pensando no fortalecimento da agroecologia no assentamento. E também porque na trajetória de militância no Movimento de Mulheres Camponesas, que tem em sua missão a produção de alimentos saudáveis e diversificados este debate sempre esteve presente, necessitando maior compreensão, desenvolvimento e fundamentação teórica.

Povos de diferentes períodos históricos e regiões do mundo preocupam-se com a produção para sua existência e sobrevivência tendo a produção de alimentos como uma das principais atividades o que foi permitindo a evolução dos seres humanos, assim como o surgimento da agricultura. Considerando que em alguns períodos se produziu para a sobrevivência, ou seja, tudo que se produzia se consumia, já em outros se produz além do que se consome tendo um excedente de produção possibilitando a troca e a comercialização.

Com o fim da segunda guerra mundial, em 1945, as indústrias capitalistas começam avançar no campo trazendo mudanças para a agricultura brasileira, a chamada “revolução verde”, implementação de máquinas e produtos químicos utilizados na guerra passaram a ser usados na agricultura para produção em grande escala. A modernização da agricultura foi se desenvolvendo pelos discursos que foram se afirmando na época em que se dizia que precisava aumentar a produção de alimentos, pois, esses apresentavam uma demanda mundial, e com isso se utilizava a falsa ilusão de “acabar com a fome”.

Recebeu o nome de revolução verde porque mudou completamente o jeito de produzir na agricultura e prometia esverdear toda a terra com a produção de alimentos. Os que criaram a revolução verde diziam que ela iria aumentar a produção e a produtividade agrícola, iria produzir tanto alimentos que acabaria com a fome do planeta. Na verdade a Revolução Verde é um programa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na pecuária, que se baseia na produção voltada para o lucro e para o mercado, através:

- da genética vegetal com a produção e multiplicação de sementes híbridas ou “melhoradas”, resistentes a doenças e pragas e adaptadas para receber altas doses de adubos químicos;
- da aplicação de novas técnicas agrícolas ou tratamentos culturais – aplicação intensiva de adubos químicos e venenos;

- da mudança da infra-estrutura agrícola e a aplicação de mecanização pesada e intensiva em todas as atividades possíveis;
- da genética animal com animais de raças “melhoradas”, uso de antibióticos, hormônios e produtos químicos. (GÖRGEN, 2004, p. 26).

A revolução verde imposta pelo sistema capitalista mudou completamente o jeito de produzir na agricultura e assim também se muda os costumes e hábitos, principalmente, a relação do agricultor com a terra e a natureza.

As famílias que não abandonaram o hábito, o costume, ou mesmo, a cultura de produzir seus próprios alimentos conseguem produzir a diversidade de policultivos, resultando em mais autonomia, renda e principalmente uma alimentação mais saudável com variadas opções para seu cardápio alimentar. Por outro lado, também é importante ressaltar que a produção de alimentos realizada pelas famílias camponesas, não utilizam insumos químicos de alta solubilidade, nem agrotóxicos, utiliza-se sementes crioulas e adubos orgânicos de origem animal e vegetal, oriundos da própria unidade de produção, dessa forma conseguem produzir alimentos mais saudáveis que resulta em mais saúde para toda a família. Pesquisas têm demonstrado os benefícios nutritivos de alimento produzidos pela agricultura orgânica, agroecológica. A exemplo da tabela abaixo, que demonstra a diferença nutricional de alimentos orgânicos e convencionais:

	Cálcio	Magnésio	Potássio	Sódio	Ferro	Cobre
ALFACE						
Orgânico	40,5	60,0	99,7	8,6	227	69,0
Convencional	15,5	14,8	29,1	0,0	10	3,0
TOMATE						
Orgânico	71,0	49,3	176,5	12,2	516	60,0
Convencional	16,0	13,1	53,7	0,0	9,0	3,0
ESPINAFRE						
Orgânico	23,0	59,2	148,3	6,5	1938	53,0
Convencional	4,50	4,5	58,6	0,0	1,0	0,0
FELJÃO						
Orgânico	96,0	203,9	257,0	69,5	1585	32,0
Convencional	47,5	46,9	84,0	0,8	19	5,0

Estudos realizados por La Rutgers University (Mil equivalentes de minerais por 100 gramas)
 Fonte: Tabela retirada da cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil),
 Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida, 2008, p.53.

Vivemos em um período histórico em que a agricultura tem alcançado níveis significativos de modernização e desenvolvimento acompanhado de alta produtividade, mesmo assim não se conseguiu resolver a problemática mundial da fome. Enquanto o modelo de agricultura agroindustrial concentra a maior parte das terras agricultáveis, acessa mais recursos, tem maior disponibilidade de créditos, possui mais tecnologias para produção, tem acesso ao estudo e pesquisas e a assistência técnica, produz apenas 30% da comida que vai para mesa da população. Já a agricultura familiar e camponesa tem demonstrado forte capacidade de resistência, produtividade e eficácia, apesar da falta de assistência técnica de apoio ao crédito e menos acesso as terras agricultáveis.

No entanto, dados da declaração da ONU “2014 ano internacional da agricultura familiar” postado pela Rede Gente San – UFRGS³ diz que

³ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/redesan/news/onu-declara-2014-ano-internacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em no dia 16 de janeiro de 2015 às 15:00 horas.

a agricultura familiar e camponesa é responsável por 70% da produção de alimentos consumidos pela população brasileira: 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38,0% do café, 34% do arroz, 58% do leite, possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos, e produziam 21% do trigo. (ONU, 2014, s.p)

Diante desses dados e a prática da produção de alimentos observada nos lotes das famílias assentadas que surgiu o interesse e necessidade de pesquisar sobre a temática. A pesquisa se caracteriza como qualitativa e também quantitativa e para coleta de dados foram entrevistadas seis famílias do assentamento José Maria, sendo que as mesmas já tinham sido entrevistadas para o projeto de residência coletivo, contemplando as três categorias, famílias que produzem de forma convencional, que predomina a produção tradicional e quem produz com alguns princípios da agroecologia.

As técnicas utilizadas para coleta de dados foram entrevistas com roteiro de perguntas abertas semi-estruturadas buscando identificar qual a compreensão que as famílias têm sobre a importância de produzir seus próprios alimentos. E assim também avaliar o papel das mulheres buscando quantificar a produção de alimentos elaborou-se junto com as famílias uma tabela identificando quais são os alimentos que produzem quanto consome e conseqüentemente uma pesquisa de preços. Utilizou-se também da observação direta nas unidades de produção especialmente nos espaços de produção de alimentos, registrado em diário de campo.

Nesse artigo buscou trazer um pouco o debate teórico entorno da produção de alimentos para o autoconsumo dialogando com os dados obtidos na pesquisa de campo com relação a produção de alimentos realizada pelas famílias assentadas e dessa forma também descrevendo o papel exercido pelas mulheres na produção de alimentos para autoconsumo familiar.

2 Produção de alimentos no campo teórico

A produção para autoconsumo, que caracteriza a forma de produção e de reprodução social da agricultura familiar e camponesa, por muito tempo não ocupou os temas centrais de pesquisa e debate sobre o mundo rural, pois o pressuposto era de que, há médio prazo, esses agricultores desapareceriam do cenário agrícola, dando espaço para a produção altamente tecnificada, considerada o exemplo de sistema produtivo a ser implantado após a revolução verde. A produção para autoconsumo, diretamente relacionada à tradição e às culturas locais, simbolizava, então, o atraso, o avesso da modernização (GAZOLLA, 2004; WAGNER, MARQUES, 2007). Instituto IPEA⁴ com base no censo agropecuário de 2006 também dissimula a ideia que o autoconsumo foi interpretado, em ambientes políticos e institucionais, como um resquício do passado ou como algo que “sobrou da tradição”, sendo sinônimo de atraso ou prática avessa a modernização. Assim como vários autores, também consideravam que a existência desta produção caracterizava um tipo de agricultura avessa ao mercado ou ainda não inserida neste, a qual produzia basicamente para o sustento da família. (BRASIL/ IPEA, 2013, p.10).

Segundo KHATOUNIAN (2008), produção para consumo doméstico é talvez a forma mais natural de produção agrícola, está generalizada em todo o planeta. Na história da agricultura brasileira, essa produção para consumo doméstico está associada ao conceito de “agricultura de subsistência”, em oposição a produção agrícola comercial, como a produção de cana, de café e de soja. O Instituto IPEA, a partir do relatório do Censo agropecuário de 2006 afirma que:

⁴ BRASIL/ IPEA, A Produção para o Autoconsumo no Brasil uma Análise a partir do Censo Agropecuário 2006, Brasília, 2013.

O autoconsumo compreende toda a produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo, incluindo os produtos de origem animal, os produtos oriundos das lavouras permanentes e temporárias, da silvicultura, da floricultura, da extração vegetal e da agroindústria doméstica. Trata-se, nestes termos, de uma produção que é destinada ao ciclo interno da unidade de produção, que acaba se auto provisionando com produtos para a própria alimentação e outros usos do estabelecimento. (BRASIL/ IPEA, 2013, p.10.)

A produção de autoconsumo é de suma importância para o suprimento de alimentos básicos nas famílias. Tem como finalidade melhorar a qualidade de vida e, até mesmo, aumentar a renda total. Além disso, o autoconsumo representa uma garantia de qualidade dos produtos consumidos pela família, que sabem a procedência dos alimentos, fato que proporciona uma alimentação mais saudável. Dessa forma, a produção de autoconsumo deve ser incentivada, pois a quantia economizada com esse tipo de consumo pode representar investimento em outros setores (LEITE BERGAMASCO, 2002 apud CHIMELLO, 2010 p.165).

2.1 Produção para autoconsumo em áreas de reforma agrária

A Reforma Agrária, principal bandeira de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que vem reivindicando do Estado respostas a um problema social vivenciado historicamente em nosso país. Através da luta e organização dos agricultores e agricultoras, que buscam acesso a terra, além de ter um lote para morar e viver com suas famílias, conseguem tirar sua sobrevivência mesmo não tendo apoio financeiro por parte dos governantes logo que chegam a tão sonhada terra, já começam a cultivar a produção para autoconsumo como forma estratégica de sobrevivência das

famílias, bem como acesso a uma das necessidades essenciais do ser humano, a alimentação. Mesmo entendendo que é preciso interesse do Estado para se avançar na luta pela reforma agrária, as áreas já conquistadas por milhares de assentados e assentadas representa uma importância estratégica para a sociedade na garantia da soberania alimentar e a promoção do desenvolvimento rural.

Nas áreas de Reforma Agrária a produção para autoconsumo responde por cerca de 40% do total produzido pela família (LEITE, 2004), esta produção é feita de modo geral com recursos próprios, e é a primeira cultura a ser instalada ainda no acampamento. A organização espacial do acampamento, a história de luta, e a proximidade das relações e reivindicações comuns, funcionam como elementos de empoderamento de homens e mulheres, socialmente excluídos, no esforço para superar a miséria. Muitas vezes é a produção de alimentos o fator inicial promotor destas mudanças. A Reforma Agrária promove o acesso direto a produção de alimentos, e recria um modo de vida rural, e não somente agrícola, visto que além de produção, o “lote” serve também de moradia. Traz a segurança de se ter um “canto seu, pra morar e plantar”. A produção de alimentos acompanha o sonho da maioria dos assentados (GAIA, 2008 apud COSTA E GUEDES, 2010).

A produção para o autoconsumo desempenha várias funções que vai além do acesso e disponibilidade de alimentos que é o caso da diversificação, autonomia, renda, economização acompanhado ou não da dependência ao mercado, a sociabilidade, bem como a segurança alimentar. Essas funções foram identificadas nas famílias entrevistadas.

2.2 Autoconsumo e diversificação dos meios de vida

As famílias que conseguem produzir grande diversidade de alimentos para autoconsumo apresentam menos dependência a

mercantilização da alimentação, conseguindo garantir as demandas alimentares das famílias com maior opção diária de cardápios possibilitando ter uma alimentação com alimentos frescos, saudáveis e de qualidade, além de garantir uma maior obtenção de renda das demais atividades agrícolas. *“A gente na roça, na lavoura eu digo você tem que ter de tudo um pouco, alho, batatinha, feijão, porco, boi-zinho pra carnear, os arvoredo tem que ter tudo quanto é tipo de coisas. Porque a gente pode plantar de tudo não igual quem mora na cidade que não consegue produzir.”* (FAMILIA, 1).

A produção diversificada muitas vezes com a integração pecuária-lavoura acontece para atender a demanda da alimentação doméstica, mas, muito das sobras de algumas culturas também serve para alimentação dos animais, o excedente da produção também é partilhado com os vizinhos com familiares que moram na cidade. Esta prática realizada pelas famílias também permite manter uma diversidade genética de plantas e animais que são repassados por muitas gerações inclusive poder garantir o domínio das gerações futuras. Em todas as famílias entrevistadas encontrou-se uma grande diversidade de produção para autoconsumo.

2.3 Autoconsumo e Economia

A produção para o autoconsumo familiar representa várias funções, assim também como uma atividade que representa economia para as famílias, as mesmas produzindo seus próprios alimentos deixaram de gastar a renda provinda de outras atividades agrícolas para comprá-los podendo ter mais sobras de recursos para investir em outras atividades ou até mesmo na propriedade. As famílias entrevistadas têm a compreensão que produzindo os alimentos para autoconsumo da família vão economizar ou mesmo não precisam gastar para comprá-los no mercado.

“É importante produzir porque além da gente está consumindo aquilo que a gente planta economiza de está comprando” (FAMILIA, 3). “Não precisa comprar o pouco que a gente produz não precisa comprar, imagina quem mora na cidade tem que comprar mandioca, feijão frutas nós temos ali que ai não precisa comprar” (FAMILIA, 4). “Envolve menos dinheiro sobra mais pra gente nê, não precisa estar comprando”(FAMILIA, 2).

Com esse trabalho também foi possível quantificar a renda ou seja o valor em reais no mês e também no ano agrícola que as famílias conseguem obter na atividade de produção de alimentos para autoconsumo familiar.

Os dados da pesquisa não revelam dados exatos, trabalhando a partir das informações repassadas pelas famílias do que produzem e de quanto consomem mensalmente e posteriormente realizando pesquisa dos preços dos alimentos, em mercado local conseguiu chegar aos resultados econômicos obtidos pelas famílias através da prática da produção de alimentos para autoconsumo presentes nos espaços de produção horta, pomar, lavoura, criação de pequenos animais e os alimentos processados artesanalmente. A família **1**, que é composta por duas pessoas adultas e a partir do que produzem e de seu consumo conseguem produzir uma renda com relação à produção de alimentos no mês no valor em R\$ 2.206,53 e no ano R\$ 26.478,36 consequentemente se a família não produzisse necessitaria dispor desse valor em reais para adquirir sua alimentação apresentando uma maior dependência do mercado. Família **2**, composta por quatro pessoas adultas produz uma renda mensal R\$ 3.041,69, e anual de 36.500,28. Seguindo com os demais resultados Família **3**, composta por quatro pessoas adultas renda mensal, R\$ 1.752,02, renda anual R\$ 21.024,24. Família **4**, representada por três pessoas adultas renda mensal, R\$ 1.411,56, renda anual, 16.938,72. Família **5**, quantidade de membros duas pessoas

adultas renda mensal, 1.213,20 R\$ renda anual R\$ 14.558,40. Família **6**, composta por duas pessoas adultas e duas crianças renda mensal, 1.565,25 R\$ renda anual, 18.783,00.

Para chegar a esses resultados trabalhou-se com uma média a partir dos itens produzidos pelas famílias e o equivalente ao consumo mensal, que fora informado pelas próprias famílias, pois tendo presente a sazonalidade da produção, as famílias não dispõem de todos os itens que foram listados seguindo a produção no decorrer de todo o ano agrícola todos os meses com exceção dos que são possível ser processados e armazenados, portanto analisou-se a média de consumo mensal de todos os alimentos listados durante o ano sem observar a periodicidade da produção. Esses dados revelam que a produção para autoconsumo familiar que muito foi interpretada por alguns setores da sociedade como sinal de atraso, atividade invisível, insignificante e de pouco valor econômico, remete a uma profunda análise com respostas contrárias no qual se pode afirmar que a produção para autoconsumo é de fundamental importância porque ela é capaz de gerar renda e autonomia econômica para as famílias.

2.4 Autoconsumo e Sociabilidade

Muito comum nas comunidades rurais as famílias fazerem doação e troca de alimentos, nas famílias entrevistadas o excedente da produção se realiza doações para os filhos, filhas e demais parentes que moram na cidade, bem como troca e doações entre a vizinhança. “*O que sobra a gente dá para os filhos que moram na cidade*” (FAMILIA, 3). “*A gente doa para os filhos que moram na cidade pros vizinhos a gente se ajuda*” (FAMILIA, 5). “*Os filhos levam, a sogra a gente tem de sobra, como quase não se vende a gente doa*”. (FAMILIA, 1). Como é importante perceber que a produção para o autoconsumo também promove a sociabilidade.

2.5 Autoconsumo, Internalização e Segurança Alimentar

A produção de alimentos para o autoconsumo familiar é realizada na propriedade usando a mão de obra e os recursos disponíveis internamente na propriedade como afirma PLOEG,

Diferentemente da reprodução dependente do mercado, que preconiza a externalização de etapas do processo produtivo, a reprodução relativamente autônoma busca reproduzir-se a partir de ciclos precedentes e da Internalização de recursos e tarefas (PLOEG, 1992 apud GRISA 2007, p.15).

As famílias expressam como produzem para autoconsumo utilizam sementes crioulas, quando não tem conseguem com os vizinhos, no caso das hortaliças alguns compram sementes e mudas na agropecuária, a adubação é toda com esterco de animais e palhadas e a limpa e feita de enxada sem uso de agrotóxicos.

“O feijão que plantamos é semente crioula, guardamos a semente de um ano para o outro pra fazer o plantio os adubos que usamos é esterco dos animais e de aviário” (FAMILIA, 3). “batatinha, mandioca, batata doce é semente crioula não usamos nada de adubo não precisa, as semente de cenoura, couve flor, e brócolis conseguimos no encontro como mesmo, na jornada de agroecologia. O feijão é pouco limpamos de enxada e colhemos com o manguá (FAMILIA, 4). “O que produz pro consumo não usa agrotóxicos algumas coisas que plantamos guardamos as sementes e outras compramos na agropecuária”(FAMILIA, 6).

As unidades familiares buscam potencializar seu controle sobre o processo produtivo. Neste sentido, a produção para o autoconsumo cumpre uma importante função ao manter internamente à unidade familiar a satisfação de uma das necessidades principais

para a reprodução social, a alimentação. Os alimentos seguem direito da unidade de produção (lavoura) para a unidade de consumo (casa), sem nenhum processo de intermediação que os tornem valor de troca (GRISA, 2007, p. 15)

As famílias assumindo a função de produzir os alimentos para seu próprio consumo conseguem garantir o acesso e a disponibilidade a alimentação bem como outros princípios da segurança alimentar como a adequação aos hábitos alimentares locais e a qualidade dos alimentos. O ato de produzir sua própria alimentação também lhes assegura saber o que se está consumindo afirmando ser importante produzir porque sabem que esse alimento que produzem não foi usado “venenos”.

“A importância maior que a gente sabe o alimento que produz é o que a gente come né, não vai veneno é comida mais saudável” (FAMILIA, 5). “Importante porque a gente sabe o que está comendo que nem diz o outro né você cria as criações pra ter carne e a gente sabe que carne está comendo e tem que plantar pra ter” (FAMILIA, 2). “Sabe o que ta comendo, você sabe como está plantando o que está produzindo o que é pro consumo a gente tem que procurar não usar veneno” (FAMILIA, 1). “Imagina quem mora na cidade e tem que comprar tudo só um exemplo o feijão é passado secante e ai como fica” (FAMILIA, 4). “As vezes a gente vê no mercado aqueles tomates bonitos mas tem até cheiro de veneno aquele que a gente planta não a gente não coloca veneno” (FAMILIA, 3).

As famílias apresentam a preocupação de produzir os alimentos para seu consumo sem o uso de venenos, porém o assentamento assim como em seus próprios lotes sofrem grandes influências do modelo de produção agrícola imposto pelo sistema capitalista, o agronegócio, que não incentiva e nem valoriza a produção para o autoconsumo, mas, a produção para exportação, as monoculturas com uso indiscriminado de agrotóxicos que não permite que a produção de alimentos para autoconsumo seja livre de contaminação.

3 As mulheres e a produção de alimentos

A produção diversificada de alimentos para o consumo das famílias é desenvolvida principalmente pelas mulheres em hortas, roçados e quintais. Dados revelam que o trabalho de lidar com a horta é tarefa 90,8% das mulheres, de cuidar de animais de pequeno porte envolve o trabalho de 87,9% das mulheres⁵.

Seguindo essa comparação os dados do Dieese (2011) mostram numericamente, que as mulheres correspondem a 46,7% ao passo que os homens são 14,0% dedicados a produção de autoconsumo e, por outro lado, o número de mulheres é 30,7% e os homens são 11,1% em trabalhos agrícolas não remunerados. Os mesmos dados apontam ainda que, as mulheres são 5,1% empregadas permanentes na agricultura, 6,1% no trabalho temporário, 10,6% dizem trabalhar por conta própria e, 0,8% são empregadoras. Nesse mesmo sentido CORDEIRO E SCOTT (2006)⁶, também comungam da ideia que a contribuição econômica efetiva das mulheres para a unidade de produção é pouco contabilizada. No Brasil, após o setor de serviços é na agricultura que se encontra o maior número de mulheres. Contudo nessa atividade, elas aparecem sobretudo como membros não remunerados (41%) ou trabalhando para consumo próprio (40,9%).

O trabalho agrícola, no campo apresenta muito forte a divisão sexual e também social do trabalho onde determina trabalhos que são realizados pelos homens e trabalhos que são realizados pelas mulheres há uma separação entre trabalhos “leves e Pesados” sendo que os trabalhos dos homens para sociedade” vale” mais que

⁵ Pesquisa: **Mulher Agricultura** – MMA/SC, 1994, p.51.

⁶ Fonte: CORDEIRO E SCOTT, 2006, p.149, citado p.70, cartilha da 8º Jornada de Agroecologia, Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura.

os trabalhos das mulheres que muitas vezes não são considerados trabalhos e sim serviços. Para PAULILO:

Trabalho “Leve e Pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável e a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é freqüente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais os dois sexos tem remuneração distintas (PAULILO, 1987).

Trabalho “leve” e todo o trabalho realizado pelas mulheres por mais exaustivo, desgastante e prejudicial a sua saúde. Trata-se do trabalho com baixa remuneração e se tratando das mulheres camponesas assentadas é o trabalho feito por elas sem nenhuma valoração e remuneração. PACHECO, também dialoga que:

O mesmo fenômeno ocorre com a divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo, é doméstico se é atribuição da mulher, como quando ela cuida da horta e das galinhas sozinha. Já se ela vai para o trabalho na roça com o marido, é trabalho produtivo, qualquer que seja o destino para comer ou vender. (PACHECO, 2009, p. 5)

A pesquisa realizada com as famílias assentadas do Assentamento José Maria demonstra o papel que as mulheres assentadas desempenham na produção de alimentos para o autoconsumo familiar nos diferentes espaços onde se produz a diversidade de alimentos utilizados para alimentação das famílias. Por exemplo, a tarefa de trabalhar e cuidar da horta representa visivelmente a presença das mulheres em todas as etapas de produção. Também se observa que em nem uma das famílias o trabalho da horta é

assumido apenas ou exclusivamente pelos homens por ser um trabalho atribuído as mulheres e também porque é na horta que se produz o maior número de culturas que são utilizadas para autoconsumo das famílias e se trata de um trabalho não remunerado. Por outro lado, se trata de um papel fundamental que as mulheres tem assumido historicamente.

Nos trabalhos de cuidar do pomar existe uma divisão entre homens e mulheres quando se trata das tarefas de plantar, limpar e colher são tarefas que as mulheres estão presentes, quando se trata da adubação e poda são tarefas predominantemente realizadas pelos homens. O pomar é um dos trabalhos realizados por praticamente todos os membros da família, porém não exclui a presença das mulheres no desenvolvimento dessa atividade. Com relação ao trabalho de cuidar dos pequenos animais na maioria das famílias entrevistadas se observa a presença das mulheres no desempenho dessa tarefa, mas, também há envolvimento dos homens com exceção das famílias **05** e **06** que o trabalho de cuidar dos pequenos animais é tarefa exercida só pelas mulheres.

Na atividade leiteira fica bem nítida a divisão sexual das tarefas sendo que na ordenha predomina o trabalho exercido pelas as mulheres, apenas a família **05**, que a atividade leiteira é trabalho realizado apenas pelo homem. O preparo da silagem e os piquetes são trabalhos exercidos pelos homens. A partir do momento que a atividade leiteira passa ter retorno econômico a maioria dos homens tem se envolvido.

As mulheres estão presentes praticamente em quase todas as atividades para autoconsumo, atividades ligadas ao sustento da família agora quando se trata de atividades agrícolas em que predomina o uso de maquinários e não envolve muito trabalho braçal e mão de obra se torna uma tarefa coordenada e de exclusiva responsabilidade dos homens. Mesmo nas famílias que não possuem maquinários o homem consegue assumir sozinho porque paga horas

máquinas para realizar o plantio e a colheita. “A lavoura é com ele, faz tudo com as máquinas”. (FAMILIA, 6).

Outra questão observada nas famílias entrevistadas é que as mulheres não participam quando se trata da venda da produção, resultado final do trabalho da família, todos disseram que é o homem que cuida da venda dos produtos. Assim como afirma “Ele faz essa parte” (FAMILIA, 3). “Ele foi falar para vender o leite, ele que mandou o leiteiro vir buscar nosso leite, até ontem a noite ele foi numa reunião da Cooperoeste eles explicaram sobre a qualidade do leite, como se deve lavar os tetos das vacas, secar, tirar e jogar fora os primeiros jatos de leite, que estão contaminados, mas eu não quis ir”. (FAMILIA, 4).

O trabalho doméstico ainda continua sendo de responsabilidade das mulheres alguns homens até assumem a tarefa de fazer comida quando a mulher se ausenta de casa. “É mais eu, mas quando ficam sozinhos, ou estou fazendo outras coisas eles fazem”. (FAMILIA, 3). “Mais eu e a filha, mas se precisar ele faz”. (FAMILIA, 4).

O papel desempenhado pelas mulheres na produção para o autoconsumo familiar é de fundamental importância para as famílias e para a sociedade, mas, o que precisa ser esclarecido é que esse trabalho muitas vezes não é considerado trabalho e sim serviço, não é valorizado e reproduz a invisibilidade, não é remunerado e parece natural que as mulheres se dediquem e assumam a responsabilidade com os trabalhos que não geram rendimentos além de apresentar uma sobrecarga de trabalhos muito grande para a mulher camponesa como cuidar dos filhos, dos doentes, idosos, se dedicarem as atividades de autoconsumo, horta, pomar, o cuidado com os pequenos animais, atividade leiteira, a lavoura nos casos que exige mão de obra e ainda todo o trabalho doméstico. A produção para autoconsumo é de fundamental importância, portanto, ele precisa ser assumido com responsabilidade por todos os membros da família e não simplesmente como ajuda a mulher, ele também precisa ser visibilizado, valorizado e valorado pela sociedade.

4 Considerações finais

O modelo de agricultura convencional impôs um novo jeito de produzir, provocando mudança nos hábitos e costumes referente ao que plantar e o que consumir nas unidades de produção das famílias camponesas. Sendo muito forte a introdução de alimentos industrializados para o consumo, muitas famílias perderam a cultura de produzir seus próprios alimentos.

Os resultados desse trabalho que buscava analisar a produção de alimentos para autoconsumo e sua relação com agronegócio no Assentamento José Maria, identificou que mesmo as unidades de produção tenham passado por profundas transformações por ter incorporado as técnicas e práticas ditadas pelo modelo de agricultura do agronegócio e passado produzir em seus lotes culturas como soja, fumo, milho e a atividade leiteira de forma extensiva com interesse comercial, não deixaram de produzir em seus quintais, hortas, pomares e lavouras uma grande diversidade de alimentos para o autoconsumo de suas famílias.

Além de produzir, as famílias também têm a compreensão da importância de produzir seus próprios alimentos por assegurarem de estar consumindo alimentos mais saudáveis *“A importância maior que a gente sabe o alimento que produz é o que a gente come nê, não vai veneno é comida mais saudável”* (FAMILIA, 5). Porém não se tem como negar que o assentamento sofra com as influências do modelo de produção agrícola imposto pelo sistema capitalista, o agronegócio, impossibilitando que a produção de alimentos para autoconsumo seja livre da contaminação por agrotóxicos.

A produção para autoconsumo também é responsável pela maior autonomia das famílias diante do contexto social e econômico que circunda as unidades de produção. Com essa produção assegurada, as famílias ficam menos dependentes do mercado

(GAZOLLA 2004). As famílias entrevistadas têm a compreensão que produzindo os alimentos para autoconsumo da família vão economizar ou mesmo não precisam gastar para comprá-los no mercado. *“É importante produzir porque além da gente está consumindo aquilo que a gente planta economiza de está comprando”* (FAMILIA, 3). Diante disso, também conseguiu se observar a renda mensal e anual que as famílias obtêm produzindo seus próprios alimentos.

Analisando o papel desempenhado pelas mulheres com relação a produção de alimentos para autoconsumo, as pesquisas já revelavam que produção diversificada de alimentos para o consumo das famílias é desenvolvida principalmente pelas mulheres em hortas, roçados e quintais. Dados revelam que o trabalho de lidar com a horta é tarefa 90,8% das mulheres, de cuidar de animais de pequeno porte envolve o trabalho de 87,9% das mulheres. A pesquisa também permitiu identificar o papel que as mulheres assentadas desempenham com relação a produção de alimentos predomina a presença delas em praticamente quase todas as atividades de produção para autoconsumo, horta, pomar, lavoura e cuidado com pequenos animais.

A produção para autoconsumo é de fundamental importância para as famílias assentadas, pois, as mesmas conseguem garantir sua segurança alimentar através da produção, acesso e suprimento da alimentação de suas famílias bem como a melhoria da qualidade de vida pelo consumo de alimentos que sabem a procedência e como os mesmos foram produzidos proporcionando uma alimentação mais saudável. Também aponta para promoção maior de renda e autonomia com menor dependência do mercado. Promove a sociabilidade e com a diversidade da produção apresentam maior biodiversidade com a manutenção de várias espécies de vegetais e animais que estão em domínio das famílias que poderão ser repassadas as futuras gerações. E um dos principais indicativos que as áreas de reforma agrária cumprem seu papel com relação a produção de alimentos para garantia da segurança e soberania alimentar das famílias.

As famílias pesquisadas também destacam os desafios e dificuldades com relação à produção para autoconsumo sendo eles: a pouca mão de obra nas unidades de produção, pouca terra e com alguns problemas para serem cultivadas.

Também destacam a falta de comércio para vender o excedente da produção do autoconsumo familiar que segundo as famílias os animaria e poderiam até produzir mais. Diante dos desafios afirmam que quando se quer é possível produzir de tudo, sendo que algumas famílias quando começaram falar o que plantam se deram conta que poderiam produzir muito mais do que já produzem.

Apresentaram mais dificuldades com relação a produção voltada para o comércio, como o alto preço dos insumos e o baixo preço e valorização dos seus produtos, ataque de pragas e doenças nas plantações gerando altos custos de produção e a falta de recursos para investir nos lotes.

Esse trabalho permitiu chegar a muitas reflexões, debates e indicativos importantíssimos, porém um maior aprofundamento seguido de outros trabalhos seria fundamental.

Referências

BRASIL/ IPEA, **A Produção para o Autoconsumo no Brasil uma Análise a partir do Censo Agropecuário 2006**, Brasília, 2013.

CARTILHA, **Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida**. Movimento de Mulheres Camponesas Brasil, AMTR-SUL, 2008.

CORDEIRO e SCOTT, 2006, p.149, In: Coletivo. Cartilha da 8º Jornada de Agroecologia, **Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura**. Francisco Beltrão- PR, 2009.

COSTA, Renata Gondim, GUEDES, Francis Vilas Novas Lages, **A Luta pela Terra e a Produção para o Autoconsumo: Construindo Novos Modos de Vida**, Ponencia apresentada ao VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

CHIMELLO, RÉGES: **Fatores Determinantes da Produção para Autoconsumo na Agricultura Familiar**, 2010.

GAZOLLA, M. Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai, RS. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre. 2004.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antonio. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. 2004.

GRISA, Cátia, **Para além da Alimentação: Papéis e Significados da Produção para Autoconsumo na Agricultura Familiar**, Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSC, Ano XIV, Jan – Dez de 2007.

PACHECO, L. Maria Emilia, **Os Caminhos das Mudanças na Construção da Agroecologia pelas Mulheres**. *Agriculturas*. v. 6, nº 4, Dezembro de 2009.

LEITE, S. Agricultura familiar e reforma agrária como políticas de emprego. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 21, pp. 16-22, abr./ mai., 2004.

MMC Brasil (Movimento de Mulheres Camponesas). **Cartilha Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida**. São Paulo, MMC: 2008.

PAULILO, Maria Ignez. **O peso do trabalho Leve**. Revista Ciência Hoje – nº 28 Departamento Ciências Sociais – UFSC, Florianópolis, 1987.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2008.

WAGNER. Saionara Araujo; MARQUES. Flávia Charão; MENASCHE. Renata. Agricultura familiar à mesa. IN: MENASCHE, Renata(org.) **Agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale Taquar. Porto Alegre: Edufrgs, UFRGS-RS, 2007.

Sites consultados:

<http://www.ufrgs.br/redesan/news/onu-declara-2014-ano-internacional-da-agricultura-familiar>: Acesso no dia 16 de janeiro de 2015 às 15:00 horas.



Limites e possibilidades para a agroecologia no Assentamento Conquista no Litoral

*Franciane Lourenço Gotardo¹
Thelmely Torres Rego²*

Resumo

Este capítulo apresenta parte de uma pesquisa realizada no assentamento Conquista no Litoral, no município de Garuva/SC. O objetivo geral da pesquisa foi trazer a percepção das famílias sobre a agroecologia, buscando ampliar a análise da produção no assentamento, além de apontar limites e possibilidades para o desenvolvimento da agroecologia. Como procedimento metodológico utilizamos um questionário totalmente estruturado, com perguntas abertas e fechadas, aplicados aos assentados e às lideranças internas do

¹ Tecnóloga em Agroecologia, especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária) pela Universidade Federal de Santa Catarina.

² Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

MST. Constatamos que há muitas possibilidades para desenvolver a agroecologia no assentamento e destacamos a organização de um assentamento coletivo como um elemento de avanço, todavia, também é evidente que a necessidade da produção da vida é a razão para que o debate e o desenvolvimento da agroecologia fiquem em segundo plano para os assentados, pois a organização da produção e da comercialização, nos moldes da agricultura convencional, tem garantido a sobrevivência das famílias.

I Introdução

O assentamento Conquista no Litoral, localizado no município de Garuva-SC, foi fundado em 1995. Trata-se de um assentamento que organiza a produção de forma coletiva e cooperada, sem a divisão de lotes por família. Apesar do destaque na organização da produção e das relações sociais que ali se estabelecem, a produção do assentamento segue os padrões do sistema convencional de produção, ainda que haja uma diversidade de alimentos, oriundos da produção de hortícolas e da criação de animais (suínos, peixe, aves, bovinos) para o autoconsumo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo de sua trajetória, frente ao desafio para a organização dos assentamentos, busca novas formas de garantir a permanência e a resistência das famílias acampadas e assentadas nas áreas de reforma agrária, propondo a agroecologia como base para uma agricultura sustentável, uma vez que a agricultura convencional tem se mostrado insustentável.

Neste texto apresentamos parte de uma pesquisa realizada no assentamento Conquista no Litoral, considerando a realidade do assentamento em relação à produção e as perspectivas para o desenvolvimento da agroecologia. Esta pesquisa fez parte da

Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)³. Assim, num primeiro momento e de maneira resumida, trazemos a justificativa para o MST adotar a agroecologia como base para o desenvolvimento dos assentamentos, em vários aspectos, porém, enfatizamos a produção agrícola. Depois, a partir da pesquisa de campo, apresentamos a percepção dos assentados sobre a agroecologia, buscando apreender os limites e as possibilidades para seu desenvolvimento no assentamento Conquista no Litoral.

2 A agroecologia e o debate no MST: caminhos para uma agricultura sustentável

A partir dos anos de 1950, conforme Gorgen (2004), o Brasil começou a passar por profundas mudanças na agricultura, iniciando um processo de modernização da agricultura. Todavia, é a partir da década de 1960 que esse processo foi aprofundado, mediante a implantação do modelo agrícola da Revolução Verde, sob a justificativa de resolver o problema da fome e da pobreza, sobretudo nos países do chamado Terceiro Mundo. A Revolução Verde foi caracterizada por um pacote tecnológico que abrangia: motomecanização, variedades vegetais geneticamente melhoradas (para a obtenção de altos rendimentos), fertilizantes de alta solubilidade, pesticidas, herbicidas e irrigação (CAMPOS; ROSANA CAMPOS, 2007).

O modelo de agricultura vinculado à Revolução Verde tinha como foco os médios e os grandes produtores, porém, parte dos

³ Esse curso foi realizado em períodos de alternância, divididos entre Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), teve como objetivo proporcionar uma interação entre os estudantes e a realidade estudada, através de momentos de inserção nas áreas de Reforma Agrária, nos momentos de Residência Agrária.

pequenos agricultores pôde implantar as mudanças por meio da facilidade de acesso ao crédito rural. Para muitos isso significou um endividamento que, senão resultou na perda total das terras, pelo menos na redução das já pequenas propriedades, dificultando ainda mais a possibilidade de sobrevivência dos pequenos agricultores. Muitos agricultores e filhos de agricultores migraram para as cidades para trabalharem nas grandes indústrias em plena implantação no país, servindo como força de trabalho assalariada.

Segundo Martine e Garcia (1987), 28,5 milhões de pessoas migraram do campo para a cidade após a implantação da Revolução Verde. De acordo com Stédile (2005), esse período marcado pelo êxodo rural, em que o trabalho camponês foi substituído pelo trabalho assalariado, caracteriza uma aliança entre o setor agrário e a burguesia industrial, ainda que para o autor não haja aparentemente uma separação entre o trabalhador rural e o operário industrial, pois ambos encontram-se sob o mesmo mecanismo de exploração proveniente da aliança entre burguesia, latifúndio, indústria e bancos.

Na atualidade mantém-se esse modelo, e ainda que possa estar sob a máscara do agronegócio, como se fosse algo novo, diferente, constitui-se, essencialmente, no mesmo modelo, sustentando a dependência dos agricultores: os agricultores dependem das grandes empresas para obterem as sementes, os fertilizantes, os agrotóxicos; a assistência técnica ou é privada, nas mãos das próprias empresas que vendem os insumos, ou é pública e não consegue alcançar a todos os agricultores, além de depender da própria inclinação técnica dos extensionistas; a produção e venda das sementes, mudas, material genético, de maneira geral, está associado à cobrança de *royalties*.

Para além dos problemas enfrentados diretamente pelos agricultores no que se refere à produção, há os riscos para a saúde humana, através do consumo dos produtos transgênicos, dos

agrotóxicos, da insegurança alimentar. Acrescentam-se ainda os riscos ao meio ambiente, especialmente com a perda da biodiversidade. Conforme sintetizam Caporal e Costabeber (2002):

as monoculturas baseadas nas práticas e tecnologias do pacote tecnológico da Revolução Verde foram responsáveis por um conjunto de externalidades que levaram a uma crise socioambiental sem precedentes na história da humanidade e das futuras gerações neste planeta de recursos limitados (Idem, p. 5).

Segundo Gliessman (2005), a agricultura convencional está construída em torno de dois objetivos que se relacionam: a maximização da produção e do lucro, e envolve seis práticas produtivas básicas: 1) cultivo intensivo do solo; 2) monocultura; 3) irrigação; 4) aplicação de fertilizantes inorgânicos; 5) controle químico de pragas; 6) manipulação genética de plantas cultivadas. Ainda de acordo com Gliessman (2005), a agricultura convencional não é sustentável porque afeta a produtividade global e não relaciona a agricultura a processos ecológicos, pois com a perda do funcionamento integrado dos ecossistemas pela degradação dos solos, da água ou da diversidade genética, afeta as condições sociais no que diz respeito à produção futura.

A agroecologia é resultante da busca por uma alternativa a esse modelo, pois seus princípios contribuem para o estabelecimento de um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou agriculturas mais sustentáveis. Conforme Guhur e Toná (2012), a agroecologia surge em contraponto ao sistema convencional de produção.

De acordo com Altieri (2002), o uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 70, mas a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura. Disciplinas tão diversas quanto antropologia, economia e ecologia formam o arcabouço intelectual da agroecologia (p. 26). Para o autor:

agroecologia como disciplina, ou melhor, descrita como uma abordagem que integra concepções e métodos de diversas outras áreas do conhecimento oferece os princípios básicos para estudar, manejar agroecossistemas que sejam produtivos e conservadores dos recursos naturais e que sejam culturalmente sensíveis socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2002, p. 1).

Segundo Gliessman (2005) o interesse em aplicar a ecologia à agricultura entre os anos de 1960 e 1970 levou os ecologistas a considerarem os sistemas agrícolas como áreas de estudos, devido à intensificação da pesquisa de ecologia de população e de comunidades. Nesse sentido, conforme o autor, “um agroecossistema é um local de produção agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema” (p. 61). Ainda segundo Gliessman (2005), nos anos de 1980 a agroecologia passou a ser considerada, tanto do ponto de vista metodológico, quanto em relação à estrutura básica conceitual distinta, a base para o estudo de agroecossistemas, uma vez que enfoca as relações ecológicas no campo tendo por objetivo compreender como se estabelecem as formas, a dinâmica e a função destas relações. Assim, na definição de Gliessman “a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável” (GLIESSMAN, 2001, p. 54).

Para Caporal e Costabeber (2007), a agroecologia colocada apenas como um novo modelo tecnológico revela um reducionismo. Deve ser analisada num contexto científico que alcance sistemas de agricultura mais sustentáveis. Para esses autores, a sustentabilidade de um agroecossistema possui uma grande complexidade para ser avaliada, uma vez que é entendida “como a capacidade de um agroecossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo” (p. 76) e, portanto, só seria possível medir essa sustentabilidade no futuro.

Partindo desta compreensão, Caporal e Costabeber (2004) compreendem que a agroecologia não pode ser confundida com um estilo de agricultura. Também não pode ser confundida simplesmente com um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente amigáveis. Precisa ser entendida a partir de um enfoque científico, uma ciência ou um conjunto de conhecimentos que contribui tanto para a análise crítica da agricultura convencional (no sentido da compreensão das razões da insustentabilidade da agricultura da Revolução Verde), como também para orientar o correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, na perspectiva da sustentabilidade. Em suma, conforme sintetizam os autores:

a agroecologia corresponde ao campo do conhecimento que proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura de base ecológica, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL E COSTABEBER, 2002, p. 2).

O MST inseriu o debate sobre a agroecologia na pauta do Movimento a fim de desenvolver um modelo de produção agrícola alternativo ao modelo da agricultura convencional, sobretudo a partir de 1995 quando os assentamentos passaram a enfrentar uma crise na organização da produção e comercialização. A partir de 2002, o MST intensificou a organização dos acampamentos e assentamentos, na perspectiva de fortalecê-los, promovendo um amplo debate em torno do tipo de agricultura que se praticava, concluindo que a forma convencional de produzir, com venenos e adubos químicos em grande escala, não viabilizava a pequena agricultura e acentuava os problemas ambientais (CONCRAB, 2001). “Nesse sentido, o MST assumiu a defesa da agroecologia por entender que ela responde aos princípios e objetivos que norteiam o Movimento

na luta pela reforma agrária” (CORTEZ; CORREA; MOREIRA, 2003, p. 59).

Para Toná (2004), a reflexão do MST em torno da agroecologia considera que esta é um modelo que se contrapõe à agricultura convencional; promove uma aliança entre o saber popular e o conhecimento científico; exige repensar não somente a produção, mas também os hábitos de consumo, as relações humanas, a preocupação com a saúde e outros fatores da vida social; permite recuperar a relação do agricultor com a natureza, nos processos fundamentais de manejo do solo, fertilidade do solo, importância da rotação de cultura, produzir sementes crioulas e raças tradicionais de animais, dentre outros. Todos esses elementos caminham para uma lógica distinta daquela da agricultura convencional. Exige uma visão holística das áreas de assentamento da reforma agrária, levando os agricultores a serem novamente investigadores, cientistas do seu ambiente de existência, donos de seus meios de produção, independentes dos pacotes tecnológicos externos ao local.

Nesse sentido, para o MST, a agroecologia promove a resistência à tendência da agricultura capitalista de empobrecimento e exclusão da agricultura camponesa, todavia, é claro para o Movimento que as técnicas agroecológicas, embora sejam determinantes na agricultura, não substituem o papel da organização e da luta. Portanto, há desafios para a classe trabalhadora para consolidar a agroecologia e a reforma agrária. De acordo com Tona (2004), levando em conta as diretrizes do MST, é necessário: massificar as experiências em agroecologia em todas as áreas de reforma agrária; desenvolver a cooperação entre as famílias; dinamizar o uso de tecnologias, adaptadas às distintas realidades; construir novos conhecimentos sobre o processo produtivo; organizar e ter controle, desde insumos, beneficiamento e transformação da produção, até a comercialização, portanto, da gestão de todo o processo produtivo.

3 O contexto da produção no Assentamento Conquista o Litoral: perspectivas para a agroecologia

Partindo de uma pesquisa realizada no assentamento Conquista no Litoral, situado no município de Garuva, na região norte do Estado de Santa Catarina, composto por 15 famílias, totalizando atualmente 23 moradores, identificamos e traremos elementos para pensar perspectivas para a agroecologia. O objetivo da pesquisa era trazer a percepção das famílias do assentamento sobre a agroecologia, buscando ampliar a análise da produção no assentamento e apontar limites e possibilidades para o desenvolvimento da agroecologia, considerando a organização coletiva do assentamento e a relação com o MST.

Em termos metodológicos, consideramos uma primeira etapa, de observação participante, realizada nos módulos de Residência Agrária. Posteriormente, já numa segunda etapa, questionários totalmente estruturados foram elaborados, com questões fechadas e abertas, e auto aplicados aos assentados. Dos 23 moradores que participaram do momento de apresentação e explicação dos questionários, 16 o responderam⁴.

Um primeiro ponto a destacar refere-se à área do assentamento, de 93 hectares. Aproximadamente 83 hectares correspondem à vegetação nativa de Mata Atlântica, área de preservação, e os outros 10 hectares são destinados à produção agrícola e estruturas físicas do assentamento. O total de área cultivável é de 3 hectares.

O diferencial desse assentamento está na forma coletiva e cooperada da produção, sem a divisão de lotes por família. Todavia, a agroecologia não é uma realidade no assentamento, uma vez que a produção do assentamento Conquista no Litoral segue os padrões de produção da agricultura convencional.

⁴ A aplicação dos questionários ocorreu nos dias 20 e 21 de maio de 2015.

As principais linhas de produção da Cooperativa do assentamento são hortaliças. Para tais produções contam com a estrutura de estufas para o cultivo protegido, sistema de irrigação, e compram insumos externos para a correção e adubação do solo, além de agrotóxicos para o controle de pragas e doenças. Há também áreas destinadas a cultivos e criações animais como suinocultura, avicultura, piscicultura e bovinocultura leiteira, todas em pequena escala, destinadas à subsistência. Além da área cultivada no assentamento, os produtores arrendam 5 hectares para o plantio e pastagem de gado. Localmente as famílias assentadas têm uma produção estimada de 1,6 mil quilos de hortifrutigranjeiros por dia, o que representa 48 mil quilos ao mês. Essa produção é organizada e distribuída através de uma cooperativa e é destinada a 2 supermercados em Joinville, 3 restaurantes e 8 verdureiros, além do programa governamental Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁵ que atende 3 unidades educacionais nos municípios de Garuva, Joinville e Guaratuba.

Em relação à participação no MST, de maneira geral, os agricultores afirmam participar atualmente do MST em jornadas de lutas pela terra e por reforma agrária; em reuniões estaduais do Movimento, enquanto integrante da coordenação do assentamento; reuniões mensais de distribuição dos produtos, configurando-se esta como uma atividade mais interna do assentamento.

Considerando o significado de agroecologia, os assentados a definem enfatizando dois aspectos, a preservação ambiental e a

⁵ O PNAE teve sua origem no início da década de 1940, sendo mais conhecido como merenda escolar. Tem caráter complementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade” (inciso IV) e “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (inciso VII). Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>, 2014. Acesso em 13/11/2013.

produção sem uso de agrotóxicos. Assim, compreendem a agroecologia como uma relação de respeito e convivência do ser humano com a natureza, protegendo-a; alternativa de produção sem agrotóxicos, principalmente para o consumo; e práticas agrícolas que não agridem o meio ambiente, trabalhando a agricultura sem veneno. Os assentados consideram que com a agroecologia ocorre uma melhora na qualidade de vida das pessoas, através da qualidade dos produtos agroecológicos e da produção de alimentos naturais. O segundo aspecto levantado, o fato da agroecologia estar associada ao não uso de agrotóxicos/venenos, é relacionado pelos agricultores às questões de saúde.

De acordo com a maioria dos agricultores, no assentamento Conquista no Litoral houve produção agroecológica. Referem-se ao período de início do assentamento (1995) quando tiveram uma produção orgânica. Mencionam que nesse período a questão da agroecologia e da produção orgânica eram discutidos nas reuniões do coletivo. Apesar do abandono em torno da discussão da produção orgânica no assentamento, os agricultores revelaram que já tiveram experiência com agroecologia ou produção orgânica em outros espaços, como escolas do MST ou com outros agricultores. Considerando a totalidade dos questionários respondidos, pouco mais da metade dos agricultores afirmam conhecer alguma experiência em agroecologia, enquanto os outros, ao contrário, responderam desconhecer alguma experiência com agroecologia.

Também, a partir dos questionários buscou-se saber se os assentados gostariam que a produção do assentamento fosse agroecológica e se seria possível desenvolvê-la no assentamento. Pouco mais da metade dos agricultores afirmaram que gostariam que o assentamento se tornasse agroecológico, pois produziriam alimentos mais saudáveis e com qualidade, considerando o perigo dos agrotóxicos. Os outros agricultores afirmaram não ter certeza se gostariam que a produção do assentamento fosse agroecológico ou não responderam a questão.

Ainda indagamos nos questionários sobre ser possível uma produção agroecológica no assentamento. Mais da metade afirmou ser possível ter uma produção voltada para a agroecologia, desde que gere renda. 6% afirmaram não ser possível e para um desses agricultores seria necessário que o grupo tivesse o mesmo objetivo. Mais de um terço dos agricultores não respondeu a questão.

Os assentados também assinalaram algumas desvantagens para a produção agroecológica: a agroecologia exige muito trabalho e muita mão-de-obra; os agricultores precisam buscar mais capacitação em agroecologia para poder trabalhar, pois mencionam que algumas culturas não são produzidas no assentamento; o produto agroecológico leva mais tempo para ser produzido, conseqüentemente, há uma demora na venda do mesmo e na obtenção de lucro, ainda que compense o preço no mercado.

As desvantagens apresentadas pelos agricultores demonstram a contradição em relação ao trabalho. Embora na transição à agroecologia os processos produtivos exijam trabalho, por outro lado, os agroecossistemas manejados corretamente mantêm-se vivos por mais tempo, pois se utilizam da própria natureza e dos mecanismos existentes no local, levando o agricultor a depender cada vez menos de insumos externos e, conseqüentemente, diminui gradualmente o seu tempo de trabalho. Na agroecologia, à medida que os processos produtivos se desenvolvem, caminha-se para uma agricultura mais sustentável. A justificativa dos agricultores em relação às desvantagens da agroecologia está direcionada a diminuição do lucro ao se produzir agroecológico, pois se leva mais tempo para produzir. É evidente que nessa nova situação torna-se necessário apropriarem-se de técnicas de produção alternativa à agricultura convencional.

Dessa maneira, percebemos, primeiramente, que os agricultores conhecem práticas mais sustentáveis de produção agrícola, e não a agroecologia em si em toda a sua amplitude. Em segundo

lugar, apesar de praticamente metade dos assentados afirmarem ter alguma experiência com agroecologia – na realidade com práticas agrícolas de base ecológica – há um distanciamento dos assentados em relação à agroecologia ao mesmo tempo em que demonstram concordar com ela. Fica evidente que a necessidade de produção da vida é a razão para que o debate e a própria continuidade de uma produção orgânica tenham deixado de existir na história do assentamento. Nesse sentido, a “demanda de mercado” e o “aumento do trabalho” representam apenas consequências da produção agrícola que desenvolvem, e não são a causa para não serem agroecológicos. A causa pode ser compreendida tão somente pela necessidade de renda, por uma produção e comercialização consolidadas no município e também porque a agricultura convencional corresponde, de fato, a experiência deles enquanto agricultores. Confirmamos isso quando afirmam que antes de irem para o assentamento eram produtores de soja, milho e feijão e que, ainda que trabalhem com hortaliças, frutas e criações, considerando que eram agricultores convencionais, no assentamento conduziram a produção da mesma forma e sob a mesma lógica, inclusive dependendo de insumos externos para a produção das hortaliças e para o trato dos animais.

Do ponto de vista de uma agricultura sustentável, que estará presente também na agroecologia, não há sustentabilidade no contexto do assentamento Conquista no Litoral. Conforme Guzmán (2005), sustentabilidade implica utilização dos recursos de tal forma que permitam que os ciclos da natureza sejam os mais fechados possíveis, regeneração dos materiais deteriorados, sem alteração considerável do meio ambiente, entre outros elementos de ordem ecológica. E também, conforme o autor, a ruptura das formas de dependência, quer sejam de natureza ecológica, socioeconômica ou política.

Percebemos também que o assentamento tem se tornado no município de Garuva/SC referência em relação à produção e comercialização. Isso ocorre pela capacidade de articulação e relação com a sociedade, na relação produtor e consumidor, e por organizar uma cooperativa vinculada ao MST, além da organização interna do coletivo do próprio assentamento. Essa presença consolidada no município e a organização que já desenvolveram revelam um fator positivo para a implantação de um sistema de produção agroecológica. Outros elementos que os agricultores apontam nos questionários e que podem contribuir para o possível desenvolvimento desse sistema de produção são: uma abertura para iniciar a discussão no assentamento; o reconhecimento da possibilidade da substituição de insumos utilizando recursos existentes no agroecossistema; e a preocupação com a saúde deles e dos consumidores.

4 Considerações finais

Os agricultores do Assentamento Conquista no Litoral são produtores inseridos na lógica da Revolução Verde. Para que a agroecologia configure-se como base para se pensar a produção precisa estar vinculada à realidade do trabalho em vez de vir das lideranças do MST e de suas diretrizes. Ter um assentamento coletivo é um avanço e confronta-se com a lógica do sistema. Assim, o desafio do MST é potencializar o que é novo, a coletividade, e construir na prática a agroecologia, que precisa sair do papel, das escolas, do discurso, estar relacionada ao trabalho.

A pesquisa que dá origem a este texto propiciou que os agricultores fizessem uma reflexão individual sobre o que é a agroecologia. Nesse sentido, contribuiu com o assentamento, pois trouxe à tona alguns limites e possibilidades para desenvolver a agroecologia, a partir do olhar dos agricultores para o tema; também, por evi-

denciar a importância de estabelecer uma maior articulação com o MST após a conquista do assentamento, inclusive na percepção da necessidade das diretrizes tornarem-se, de fato, uma realidade nos assentamentos.

Atualmente, por ser o agronegócio a representação da agricultura capitalista no campo, forças em luta, especificamente o MST, buscam outras formas de produzir. Essa nova forma de produzir tem que ser na sua essência e na sua prática diferente do modelo convencional. A agroecologia só poder ser formulada a partir de experiências concretas e práticas. Entender a agroecologia também é compreendê-la como um processo. Essa experiência é fundamental para que seja adotada pelos agricultores.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Ed. Agropecuária, 2002.

CAMPOS, C; ROSANA, C. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI núm. 245 (68). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>>

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília MDA-SAF- 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 2004. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da

Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002.

CONCRAB. O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento. **Caderno de Cooperação Agrícola**, n. 10. São Paulo, 2001.

CORTEZ, C; CORREA, C. E; MOREIRA, V. R. **BIONATUR**: Sementes dos povos a serviço da humanidade. BIONATUR. 2003

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS. 2005.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

GORGEN, O. F. S. **Os desafios da agricultura camponesa**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUHUR, D. M. P; TONÁ, N. **Dicionário da Educação do Campo: Agroecologia**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (cap. 4) In: AQUINO, A.M; ASSIS, R.L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. Disponível: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap4ID-1B89GA0bdo.pdf>.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais na modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

STEDILE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, vol.1, 2005.

TONÁ, N. **Uma reflexão sobre a agroecologia no MST – PR**. Paranaity – PR, agosto 2004 (mimeo).



Agroecologia, um olhar sociotécnico a partir da teoria dos sistemas agrários

Oscar José Rover¹

1 Introdução

Este capítulo lança um olhar didático sobre dois diferentes modos de produção agropecuária, que cada vez mais se evidenciam, mundo afora, como contraditórios: de um lado, aquele denominado de agroecológico, de outro, o que se tornou convencional a partir da modernização da agricultura, marcado pela sua forte dependência de insumos químicos, motomecanização e sementes melhoradas geneticamente.

¹ Agrônomo, Mestre em Sociologia Política, Doutor em Desenvolvimento Rural. Coordenador do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar e Líder do Grupo de Pesquisa em Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos/UFSC. Professor da disciplina Seminário Interativo V: fundamentos da Agroecologia e da disciplina Sistemas Agrários de Produção: agroecologia do Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia (Residência Agrária) do PRONERA/CED/UFSC; professor do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas (Universidade Federal de Santa Catarina). E-mail: oscar.rover@ufsc.br.

Muito tem sido escrito e refletido sobre as diferenças destes dois modos de produção, especialmente a partir dos estudiosos da agroecologia (ALTIERI, 2002²; ALTIERI, M.; NICHOLLS, 2012; GLIESSMAN, 2001³; SEVILLA GUZMÁN, WOODGATE, 2013⁴). Também estudiosos dos sistemas agrários desenvolveram importantes contribuições na crítica ao modo convencional, indicando a agricultura biológica como alternativa a ele (MAZOYER, 2001; DUFUMIER, 2012). Outros autores problematizam o risco de convencionalização da produção orgânica, com a perda dos princípios agroecológicos (BUCK; GETZ; GUTHMAN, 1997; ALTIERI, M.; NICHOLLS, 2005), no contexto de seu avanço comercial em vários países, onde estes produtos passaram da condição de nicho para um importante setor de mercado.

A incapacidade dos sistemas agrários convencionais de manterem os atuais níveis de exigência sobre os ecossistemas de todo o globo já foi amplamente demonstrada (ALTIERI; NICHOLLS, 2012; GLIESSMAN, 2001; MAZOYER, 2001). A ecologização dos processos produtivos, agropecuários e gerais, não é um capricho de poucos, mas uma necessidade planetária. Não é sem motivos que países e instituições internacionais têm-se concentrado sobre a necessidade de transformações estruturais da base econômica global, no sentido de uma economia verde (UNEP, 2011). A agroecologia, como um modo de produção que busca conciliar as dinâmicas produtivas e os conhecimentos agronômicos, com os processos ecológicos próprios de cada ecossistema, tem-se apresentado como alternativa efetiva ao modo convencional de produção agropecuário.

Neste capítulo usamos o instrumental dos sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2008; FAO/INCRA, s/d; DUFUMIER, 2010)

² Edição Norte-Americana publicada em 1987.

³ Edição Norte-Americana publicada em 1989.

⁴ Os mesmos autores mencionam outra publicação de sua autoria, de 1997, que incidiu sobre esta crítica.

para ponderar a urgência e analisar condições para a transição do modo de produção convencional para o agroecológico. O diferencial de valor dado por estes modos de produção aos ecossistemas e grupos humanos, envolvidos nos processos produtivos, é evidenciado como central. O modo de produção agroecológico propõe uma linha de continuidade com o modo clássico de produção camponesa (ALTIERI, 2002; PLOEG, 2006; 2008; SEVILLA GUZMÁN, WOODGATE, 2013), quanto à maior valorização dos ecossistemas e grupos humanos locais. Por sua vez, o sistema agrário convencional, identificado com a agricultura moderna, enfatiza a participação dos fatores externos e meios técnicos deslocalizados como centrais para a organização dos sistemas produtivos.

Propomos um olhar didático e metodológico sobre esta problemática, para auxiliar a compreensão da formação e manutenção de sistemas agrários sustentáveis. Para tanto, identificamos a organização de alternativas de mercado aos produtos como fator central para o avanço de cada modo de produção, visto se tratarem de sistemas produtivos que vão além do autoabastecimento da família produtora. Entretanto, demonstraremos que tal caminho, sem ações concomitantes para a valorização da biodiversidade nos processos produtivos, e de redes agroalimentares alternativas nos processos comerciais, pode levar a modos de produção outros, que não valorizem sobremaneira os ecossistemas e grupos humanos localizados.

2 Sistema agrário e sistemas de produção: do conceito a métodos de estudo

Para falar de sistemas agrários é importante dizer que toda esta discussão caberia numa reflexão mais ampla, aquela da teoria dos sistemas. Apesar de não ser este o foco deste capítulo, é necessário esclarecer que quando falamos de um sistema nos referimos

à ideia de que cada um representa uma unidade de um a complexidade maior, formada de outras unidades. Cada unidade tem sua autonomia, a qual pode ser definida pela sua capacidade de autodeterminação. Porque são autônomas, mas não independentes, as unidades de um sistema se inter-relacionam. Podemos afirmar que uma ação produzida por uma unidade ou parte do sistema vai interferir sobre outras partes, sobre o conjunto do sistema e produzir reflexos que poderão retornar a si própria (LUHMAN, 2010; MAZOYER E ROUDART, 2008).

Quando falamos de sistema agrário, partimos da noção proposta por Mazoyer e Roudart (2008), que o apontam como um modo de produção historicamente constituído, no qual um conjunto importante de sistemas de produção adota características e procedimentos semelhantes quanto ao uso dos ecossistemas e dos meios técnicos, quanto à organização dos grupos humanos e quanto à relação com os fatores externos. Assim, a existência de uma maneira semelhante de organizar diferentes sistemas produtivos permite caracterizar um sistema agrário específico. Esta definição nos permite afirmar que sistemas de produção que são diversificados, não usam agrotóxicos, nem adubos químicos de alta solubilidade, apesar da diversidade que possuam entre si, se referem a um modo de produção semelhante, um mesmo sistema agrário, que poderíamos chamar de agroecológico. Por outro lado, há uma diversidade de sistemas de produção que têm em comum o forte uso de monoculturas, de agrotóxicos e de adubos químicos de alta solubilidade, os quais integram o que denominamos de sistema agrário convencional.

Os sistemas agrários não são um simples aglomerado de sistemas de produção, assim como nenhum deles se trataria de um fenômeno estanque e dado, mas algo a ser analisado em cada caso, em suas dinâmicas espaciais e temporais. Entretanto, um sistema agrário se constitui quando há um conjunto relevante de sistemas de produção, que articula de forma semelhante os quatro componentes nos quais a teoria didaticamente os divide (Figura 1),

quais sejam: ecossistema, grupos humanos, meios técnicos e fatores externos.



Figura 1 – Componentes para análise de um sistema agrário

A divisão dos sistemas agrários em quatro componentes tem um papel instrumental, para permitir a análise de diferentes situações, em diferentes escalas e contextos ecossistêmicos e sociais. Também os sistemas de produção podem ser divididos nestes quatro componentes, e o devem ser quando se deseja verificar sua identidade quanto ao modo de produção, usando o aporte da teoria dos sistemas agrários. Quando nos dispomos a organizar metodologicamente um estudo destes sistemas, podemos observá-los e evidenciá-los, demonstrando: a variação de sua composição e organização em função de elementos ecossistêmicos; suas diferentes e semelhantes formas de organização dos grupos humanos; quais são, como são escolhidos e como usam os diferentes meios técnicos utilizados e; como se relacionam com os diferentes fatores externos que os interpelem ou que são mobilizados pelos grupos sociais envolvidos.

Um elemento importante a ser considerado diz respeito à constituição histórica dos sistemas agrários, o que implica que um

primeiro recurso metodológico para realizar uma análise da realidade contemporânea de qualquer sistema agrário ou de produção, é compreender o histórico de suas transformações.

Quando nos deparamos com um conjunto de sistemas de produção podemos analisá-los em suas semelhanças e diferenças, no que diz respeito a elementos que integram cada um dos quatro componentes indicados pela teoria. Assim, vários elementos poderão ser considerados (quadro 1), sendo mapeadas as semelhanças e diferenças de seu uso e manejo entre os diferentes sistemas de produção. Com base nas semelhanças e diferenças identificadas num conjunto de sistemas produtivos, poderíamos constituir grupos (tipos) de sistemas de produção, com características semelhantes entre si, e diferentes de outros sistemas de produção, inseridos em outros grupos/tipos. Na medida em que um conjunto de sistemas de produção articula (ou usa) de forma semelhante os seus quatro componentes, eles podem estar configurando um modo de produção específico, um sistema agrário específico.

A partir desta contextualização, com base em diferentes formas de articular seus componentes e elementos constituintes, poderíamos elencar algumas das distinções mais importantes entre um sistema agrário do tipo agroecológico e outro do tipo convencional. Mais do que isto, esta ferramenta dá condições de mapear o grau de identificação dos sistemas produtivos de um dado território, mais com um ou com outro destes sistemas agrários. Na medida em que um esforço deste tipo possa ser feito a campo, junto com agricultores e lideranças dos territórios rurais, ele pode também ser um elemento de mobilização dos atores locais, gerando novas escolhas para seu desenvolvimento rural. Um esforço que possa auxiliar redes organizativas, rurais e urbanas, na construção de processos que ponham no centro de sua organização a problemática agroalimentar, com a valorização da agrobiodiversidade e a paralela valorização dos sistemas agrários agroecológicos.

Quadro 1 – Componentes dos sistemas de produção e agrários, seus elementos constituintes e relações.

Componentes	Elementos para mapeamento e análise dos processos de mudança*	Possíveis usos, manejos e impactos de um componente sobre o outro*
Agroecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> • Solos: tipo, qualidade, relevo, condições, formas de uso e manejo • Florestas: presença de remanescentes, matas ciliares, nativas ou cultivadas, etc. • Água: Existência de nascentes, rios, lagos, qualidade, formas de uso, etc. • Fluxo de fertilidade interna do sistema e dele com o meio externos • Diversidade disponível e integrada aos processos produtivos 	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de transformação de fertilidade total em fertilidade útil** • Grau de aproximação ou distanciamento entre os tempos da natureza e os tempos da produção • Escolha de meio técnico pode estimular o uso e ampliar a qualidade dos componentes ecossistêmicos locais ou tê-los pouco em conta
Grupos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas e grupos sociais envolvidos e beneficiados dos processos produtivos • Dinâmica histórica de ocupação e organização social e econômica das unidades produtivas e do território • Organização social e econômica contemporânea das unidades produtivas e do território 	<ul style="list-style-type: none"> • Fator humano pode ser simples instrumento ou componente central dos processos produtivos • Meios técnicos podem ter papel de exclusão ou de integração do fator humano • Organização social pode ser mais ou menos intensamente integrada aos diferentes componentes

Componentes	Elementos para mapeamento e análise dos processos de mudança*	Possíveis usos, manejos e impactos de um componente sobre o outro*
Meios técnicos	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas, equipamentos, máquinas e procedimentos técnicos utilizados, na história e atualidade • Itinerários técnicos adotados • Inovações tecnológicas produzidas historicamente – incorporação de novas e declínio de uso de meios técnicos anteriores 	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de libertação ou opressão humana promovida pelos meios técnicos • Grau de apropriação humana das técnicas para reprodução sustentada dos agroecossistemas • Grau de resposta das escolhas técnicas às demandas humanas e ecossistêmicas locais, ou aos fatores externos
Fatores Externos	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos de diferentes fatores externos nas mudanças de funcionamento dos sistemas de produção • Fatores externos que têm impacto atual consistente sobre a inter-relação entre os 04 componentes da coluna 1 deste quadro 	<ul style="list-style-type: none"> • Principais fatores externos e o seu grau de interferência nas dinâmicas produtivas do sistema • Grau de contribuição para a reprodução auto-sustentada dos sistemas

Fonte: Elaborado pelo autor.

* O objetivo do elenco de itens de cada coluna não lista, mas ilustrar questões que merecem atenção em organizadas para um adequado diagnóstico de sistema é esgotar as possibilidades do que possa compor a cada caso. Detalhes de informações que possam ser agrário pode ser visto em FAO/INCRA (s/d).

** A fertilidade total é definida como a capacidade total do ecossistema de produzir biomassa, ou seja, a capacidade de usar a fotossíntese para produzir matéria orgânica, através da transformação de elementos bióticos e abióticos disponíveis. Na maioria dos agroecossistemas não há um adequado balanceamento entre fertilidade total do ecossistema e aquela utilizada pelos grupos humanos.

3 De sistemas camponeses clássicos a sistemas agrários agroecológicos

Toda produção agropecuária é uma forma de artificialização do ambiente natural. Tal artificialização depende do grupo social que a controla e define, da época, do espaço (ecossistema) nos quais ocorre. Ela é um processo no qual se transformam os ecossistemas, através da seleção e domesticação de espécies vegetais e animais.

Os sistemas de produção camponesa são uma das formas de produção agropecuária e representam um modo específico de artificialização do meio. Em diferentes ecossistemas, mundo afora, tais sistemas se adaptaram às condições locais.

Apesar das diferenças, eles carregam características comuns que poderiam identificá-los como um sistema agrário específico, o qual preferimos denominar de sistema camponês clássico (GHEDINI, 2013), muitas vezes conhecido como agricultura tradicional.

Nestes sistemas desenvolvimento biológico e cultural se confundem, e muitas vezes se fundem. O componente humano e o ecossistêmico se entrelaçam, num interpertencimento. A busca da satisfação das necessidades biológicas e culturais humanas é feita nesta relação estreita com o ecossistema, transformando-o em agroecossistema de um modo específico, que o difere em muito de um sistema agrário convencional.

Neste processo, a busca de autonomia, otimizando o uso dos recursos naturais em sua articulação com a mão de obra disponível, é uma das características chaves dos sistemas camponeses. Quando de posse da terra, eles manipulam os componentes do sistema de produção visando um grau de autodeterminação, evitando a dependência excessiva de fatores externos. Para Ploeg (2008), a luta por autonomia em relação aos mercados, cada vez mais presentes e globais, é o principal elemento que distingue o campesinato de outros modos de produção, histórica e contemporaneamente.

Entretanto, conforme já afirmamos, há muita diversidade dentro deste mesmo sistema agrário, o que não impede que os sistemas de produção que o compõem carreguem o elemento comum da centralidade dos grupos humanos e dos ecossistemas, na sua articulação produtiva com os meios técnicos e os fatores externos. Como um sistema agrário, nele também sempre houve a mobilização de meios técnicos e fatores externos para efetivação dos processos produtivos, porém, o papel destes não tem a centralidade dos dois primeiros componentes. O papel central dos ecossistemas e grupos humanos nos sistemas agrários camponeses é o que mais os aproxima da proposta agroecológica que, mesmo podendo ser definida como um outro e novo sistema agrário, revela uma contiguidade quanto à centralidade que dá a estes dois componentes.

Os modos clássicos de produção e de vida camponesa sempre sofreram pressão de fatores externos. Na atualidade, considerando a organização global dos sistemas agroalimentares, cresce a ameaça à sua reprodução. Carvalho (2005; 2013) afirma que as pressões econômicas, políticas, ideológicas e culturais dos fatores externos aos modos de produção camponesa são superiores à sua cultura de resistência e às ações para sua afirmação. Como consideramos pertinente a ponderação de Carvalho, parece-nos evidente que a possibilidade de reprodução histórica deste modo de produção está na sua transição/conversão para um modo agroecológico de produção.

Há diferentes modos de produção que se estruturaram a partir de um tipo clássico/tradicional de camponês, os quais carregam, em graus diferenciados, elementos da condição camponesa clássica (PLOEG, 2008; ABRAMOVAY, 1992). Dentre os agricultores familiares podemos identificar pelo menos três grupos/tipos que adotaram diferentes modos de produção: um que manteve características do campesinato clássico, trabalhando um modo de produção

tradicional, com pouca integração aos mercados e forte vínculo com as possibilidades dadas pelos ecossistemas locais; outro, definido como o modo moderno, que se tornou o modo convencional e hegemônico de produção agropecuária, praticado por muitos agricultores familiares; e aquele que vem migrando para um modo de produção agroecológico, que mesmo em menor número já revela características de um modo de produção específico, que não é nem o espelho do primeiro, nem a antítese do segundo. No quadro 02 apresentamos um resumo dos principais elementos que caracterizam os sistemas agrários convencional e agroecológico. Ali demonstramos que o modo agroecológico de produção adota elementos do modo tradicional e do convencional, apesar da sua contiguidade com o primeiro ser mais evidente.

Entretanto, é importante ponderar que, quando operados por agricultores familiares, nos três modos de produção mencionados ocorre algum grau de diversificação, tanto produtiva quanto nas relações com os mercados e relações gerais, na busca de autodeterminação (autonomia) de seu modo de vida e produção (TESTA, 1996; ABRAMOVAY, 1992; PLOEG, 2008). Construir diversificação produtiva e de relação com o mercado é um elemento comum dos diferentes modos de produção que derivam de uma lógica campesina. A diversificação, ponderemos, é o principal elemento identificado como ampliador de resiliência (capacidade de adaptação) dos ecossistemas. Darwin (1872) já afirmava que maior diversidade gera mais capacidade de adaptação a diferentes ambientes e situações. Também estudiosos da agroecologia colocam a diversidade como pilar estratégico para o redesenho de agroecossistemas sustentáveis (ALTIERI; NICHOLLS, 2005; GLIESSMAN, 2001).

4 Porque sistemas agrários agroecológicos e como avançar para uma "agricultura verdadeiramente sustentável"⁵

Quando identificamos os impactos do sistema agrário convencional sobre os diferentes ecossistemas do planeta e os comparamos com os agroecológicos fica evidente a necessidade de mais sistemas produtivos avançarem para o segundo, como modo de produção. No quadro 2 mostramos a importância da transição para um modo de produção agroecológico, baseado em seus princípios e nas suas diferenças com o modo de produção convencional, considerando elementos e componentes da teoria dos sistemas agrários.

Quadro 2 – Diferenças no uso dos componentes dos sistemas produtivos em dois modos de produção (tipos ideais)

Componentes	Modo de produção convencional	Modo de produção agroecológico
Agroecossistemas	<ul style="list-style-type: none">• Fertilidade dos solos depende de fontes externas ao agroecossistema• Monoculturas reduzem resiliência do agroecossistema• O planejamento da produção não é de acordo com as capacidades e potencialidades do agroecossistema	<ul style="list-style-type: none">• A valorização e ampliação da diversidade do agroecossistema está no centro da estratégia produtiva• Organização de grupos humanos e escolha de meios técnicos se baseiam na capacidade e potencial de auto-sustentação do agroecossistema• Valorização da fertilidade total ecossistêmica para seu uso sustentável como fertilidade útil

⁵ Esta problematização sobre uma agricultura verdadeiramente sustentável, no contexto da produção orgânica, foi posta por Altieri e Nicholls (2005), na sequência da reflexão iniciada por Buck; Getz; Guthman (1997) sobre a convencionalização da produção orgânica.

Componentes	Modo de produção convencional	Modo de produção agroecológico
Grupos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • As pessoas e grupos humanos são encarados como insumos dos processos produtivos • Pessoas são crescentemente substituídas por máquinas • Os sistemas produtivos são integrados a uma rede internacional de agronegócio, na qual o interesse central é o resultado econômico 	<ul style="list-style-type: none"> • O fator humano é um componente central dos processos produtivos, pela exigência de conhecimentos ecossistêmicos e de mão de obra • Exige maior integração local para aproveitar potenciais e minimizar custos ecossistêmicos e econômicos
Meios técnicos	<ul style="list-style-type: none"> • Escolha de uso dos meios técnicos é feita por critérios de eficiência econômica, não por critérios de valorização social e ambiental • Políticas públicas orientadas para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos sem exigência de valorização de ecossistemas e grupos sociais locais • Meios técnicos aprisionam agricultores em treadmill* inovativo 	<ul style="list-style-type: none"> • O sentido da inovação técnica, junto à busca de eficiência econômica, é o da melhoria das condições ambientais e humanas • Escolhas técnicas valorizam ecossistemas e buscam redução da carga de trabalho, com apropriação dos conhecimentos técnicos pelos grupos humanos locais

Componentes	Modo de produção convencional	Modo de produção agroecológico
Fatores Externos	<ul style="list-style-type: none"> • Ganham crescente importância, cada vez interferindo mais nos processos produtivos, sem necessária mediação com condições ecossistêmicas e sociais locais • Crédito rural e mercado interferindo de maneira direta na organização dos modos de produção 	<ul style="list-style-type: none"> • Têm mais importância os fatores externos vinculados aos territórios próximos a cada sistema produtivo • Importância relativa menor do crédito rural e dos mercados distantes, com elevada importância da assistência técnica e extensão rural • Articulação em redes sociais locais e extralocais como mecanismo diferencial de valorização

Fonte: Elaborado pelo autor.

* O treadmill diz respeito a uma espécie de moinho. Foi uma metáfora utilizada por economistas agrários norte-americanos para se referir às inovações tecnológicas no contexto da agricultura moderna. Eles identificaram que este processo tende a transferir seus efeitos para os preços, favorecendo desta forma o consumidor final, sendo os produtores colocados num círculo vicioso de busca de renda, no qual para poderem ficar onde estão (manter uma renda adequada) precisam inovar constantemente.

Conforme demonstramos no quadro 02, há diferenças estruturais na forma dos sistemas agrários convencional e agroecológico organizarem e usarem seus quatro componentes. O primeiro pode ser resumidamente identificado por algumas marcas que, apesar de muito relacionadas entre si, podem ser didaticamente apresentadas como: a) desterritorialização de muitos processos, com forte desconexão com os ecossistêmicos e humanos locais; b) sua tendência a criar padrões técnico-produtivos globais, independentes do contexto ambiental e social local; c) sua centralidade administrativa e econômica, com forte dependência de estruturas agroindustriais ou comerciais centralizadas; d) seu foco na eficiência econômica, com pouca atenção à valorização dos recursos localmente disponíveis (eficácia) e pouca atenção à durabilidade/sustentabilidade

dos processos produtivos (efetividade); e) como consequência dos anteriores, se organizam sistemas de produção muito dependentes de fatores externos, seja financeiros ou técnicos, que lhes dão muito pouca capacidade de resiliência a mudanças contextuais, sejam elas ambientais ou macroeconômicas.

Sistemas produtivos agroecológicos, por sua vez, quando respeitosos de princípios básicos de manejo sustentável de agroecossistemas, podem ser mais resilientes a mudanças contextuais. Como são sistemas produtivos e, portanto, visam também a produção e a renda dos agricultores, para uma efetiva sustentabilidade necessitam considerar um duplo pilar: um técnico-produtivo e outro social-organizativo. No pilar técnico-produtivo são centrais as escolhas tecnológicas realizadas, em especial o impacto destas sobre a ampliação (ou o risco de redução) da biodiversidade. No pilar sócio-organizativo são centrais as escolhas quanto à comercialização dos alimentos produzidos, seu grau de mercantilização e de integração a redes agroalimentares alternativas (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; AGUGLIA, 2009). Neste pilar é importante considerar que o mercado é o fator externo chave, que condiciona a maior ou menor identidade dos sistemas de produção com seus ecossistemas e grupos humanos locais.

Os estudos que vêm se fazendo há quase três décadas sobre o tema da agroecologia, têm nos trabalhos de Altieri (2002) e Gliessman (2001) as principais referências iniciais. Em ambos os trabalhos, observamos uma forte ênfase no primeiro pilar, o técnico-produtivo. Entretanto, Gliessman (2001) já indicava a necessidade de se passar de uma agricultura sustentável a sistemas agroalimentares sustentáveis, e que apenas agregando ações no campo social se poderia avançar efetivamente com o pilar técnico-produtivo. Na medida em que experiências agroecológicas vão sendo construídas mundo afora, novas reflexões avançam para demonstrar que a capacidade de desenvolvimento do primeiro pilar fica comprometida sem um

efetivo investimento no segundo (ALTIERI; NICHOLLS, 2005; 2012; SILICI, 2014).

A palavra-chave do pilar técnico-produtivo é biodiversidade. Segundo Altieri e Nicholls (2005), a promoção da biodiversidade (em termos genéticos, taxonômicos, estruturais e dos recursos) dentro de sistemas agrícolas é a estratégia central do redesenho dos sistemas de produção. Eles apontam que pesquisas pelo mundo afora têm demonstrado que: a) incrementar a biodiversidade dos sistemas de produção incrementa também aquela da biota associada; b) e que incrementar a biodiversidade geral do sistema contribui para um mais efetivo controle de pragas, polinização e ciclagem de nutrientes, além da minimização de riscos e estímulo a uma produtividade estável.

A palavra ou expressão chave do pilar sócio-organizativo é, na nossa visão, *Civic Food Networks* (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012; ROSSI; FAVILLI; BRUNORI, 2013), ou Redes de Cidadania Agroalimentar. Soa ingênuo imaginar que se poderá avançar com sistemas agroecológicos de produção inserindo os seus produtos no mercado geral, com sua exigência de crescentes escalas, especialização e padronização de processos. Seja na produção ou distribuição, já está suficientemente bem demonstrada esta limitação, sob o risco de uma convencionalização dos processos produtivos agroecológicos, nos termos propostos por Buck; Getz; Guthman (1997) e retomados por Guthman (2004)⁶. Ou seja, ao mesmo tempo em que há uma crescente mercantilização em torno dos processos de produção e distribuição dos produtos orgânicos⁷,

⁶ Elementos desta discussão são apresentados para o caso brasileiro em Niederle; Almeida; Vezzani, 2013.

⁷ No Brasil, para comercializar com selo de produto que não usou agrotóxicos, produtos químicos solúveis, além de outras exigências, os produtores seguem regras da legalmente denominada "agricultura orgânica". A condição para se encaixar nesta condição legal independe do grau de adoção de princípios e práticas agroecológicas nos processos produtivos.

grande parte das etapas comerciais vão sendo assumidas por empresas distantes da história do movimento agroecológico, e há um “crescente abandono de práticas agronômicas e comerciais sustentáveis” (GUTHMAN, 2004).

As Redes de Cidadania Agroalimentar (*Civic Food Networks*) se situam num escopo de estudos que usam diferentes denominações, como redes agroalimentares alternativas, sistemas agroalimentares localizados (SIAL), ou cadeias curtas de suprimento alimentar (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012). Pascuci (2010) prefere denominá-las de *Food Community Networks*, ou Redes Comunitárias Agroalimentares. Estas abordagens têm sido estudadas em várias partes do mundo como um fenômeno ligado à “atual dinâmica de reestruturação agroalimentar” (WILKINSON, 2008, p. 119). Portanto, não são apenas uma proposta de contraposição às forças hegemônicas do agronegócio convencional, mas a percepção de um fenômeno socioeconômico que tem ganhado espaço mundo afora. Tais autores fazem referência, especialmente, a novas estruturas de governança ou novas formas de cooperação entre produtores e consumidores, para interagir nos mercados, com vistas a transformar a dinâmica organizacional dos sistemas agroalimentares (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; AGUGLIA, 2009; PASCUCI, 2010; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012).

A problemática cada vez mais evidente da contaminação dos alimentos e a crescente percepção de sua importância para a saúde humana (MALUF, 2013) estão entre os principais fatores de mobilização crescente de consumidores pela busca de alimentos orgânicos, saudáveis e livres de contaminantes. Contudo, fatores ligados a preocupações ambientais e manutenção de formas familiares de agricultura também têm seu lugar nesta mobilização de muitos consumidores. O Movimento *Slow Food*, que se organizou internacionalmente e tem forte presença no Brasil, é uma

expressão da formação destas Redes de Cidadania Agroalimentar⁸. Os grupos de compras coletivas, mercados locais, feiras agroecológicas e outros circuitos de compra direta dos agricultores e suas organizações, são outras expressões da formação destas redes. Se, de um lado, constituem dinâmicas de organização social ainda incipientes em alguns contextos sociais, de outro, seu crescimento é evidente, especialmente nos chamados países desenvolvidos. A importância destas modalidades de organização social e de mercado não pode ser desconsiderada. Há um conjunto de estudos sob as denominações de cadeias curtas de fornecimento alimentar e sistemas alimentares localizados, que se enquadram na abordagem das Redes de Cidadania Agroalimentar. Entretanto, merece destaque aquele produzido pela Comissão Europeia, através de seu Centro Comum de Pesquisa e o *Institute for Prospective Technological Studies* (KNEAFSEY et al, 2013), que identificou o “estado da arte” destas experiências em vários países da União Europeia, demonstrando seu expressivo crescimento através do engajamento crescente de organizações de consumidores interessadas em obter alimentos credíveis. Os autores demonstram que a maioria dos casos em que se formam estas redes envolvem sistemas de produção que são total ou parcialmente orgânicos, ou seja, se formam mobilizações sociais em rede para garantia de acesso a estes alimentos.

Como mecanismos de comercialização que geram aproximações entre produtores e consumidores, as Redes de Cidadania Agroalimentar dependem e geram maior consciência dos consumidores quanto às especificidades e dificuldades dos processos produtivos agropecuários. Temas como o respeito às sazonalidades (os tempos da natureza) dos processos produtivos e aos grupos humanos locais neles envolvidos ganham espaço nestas redes. Renting; Schermer; Rossi (2012) analisam como nos contextos das Redes de

⁸ Para mais informação ver <http://www.slowfoodbrasil.com/>.

Cidadania Agroalimentar são os cidadãos que têm um papel central na criação e operação das novas formas de relação entre produtores e consumidores. Eles ponderam, entretanto, que para os contextos dos países desenvolvidos são os cidadãos-consumidores a força motora e de criação destas redes. Se esta capacidade organizativa dos consumidores ainda não é tão evidente no caso brasileiro, já se evidenciam muitas situações de preocupação com a qualidade dos alimentos e da relação desta com os sistemas de fornecimento/distribuição (DAROLT, 2012; NIEDERLE; ALMEIDA; VEZZANI, 2013).

5 Considerações finais

A discussão posta neste capítulo problematiza o campo de alternativas para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais, num contexto de crise ambiental, da qual o sistema agrário convencional é importante representante. Está em jogo encontrar soluções para uma grave problemática de degradação ambiental e de exclusão econômica que ocorrem em diferentes contextos agrários internacionais. A partir da teoria dos sistemas agrários, podemos afirmar que o modo agroecológico de produção é a melhor resposta, porém sua construção como real alternativa exige processos específicos, que reforcem este modo de produção.

Com algumas décadas de experiência na construção internacional de sistemas orgânicos e biológicos, já é evidente a possibilidade de se obter produtos certificados cujos processos produtivos atendam às regras de acreditação orgânica, mas que não sejam necessariamente agroecológicos. Também já há suficiente conhecimento, científico e empírico, que evidencia a capacidade produtiva de sistemas agroecológicos de produção, inclusive com produtividades que se assemelham às daquelas dos sistemas convencionais (SEUFERT; RAMANKUTTY; FOLEY, 2012), apesar da escassez de

pesquisa sobre eles. Há, entretanto, um campo importante para a valorização da diversificação dos processos produtivos e da consequente organização de formas comerciais com ela compatíveis.

Considerando a hegemonia e os interesses em jogo em torno do sistema agrário convencional, é de se esperar que a resistência a formas agroecológicas de produção se mantenham ou se ampliem. A valorização dos ecossistemas e dos grupos humanos locais amplia sua autonomia, na medida em que coloca em primeiro plano o aproveitamento e sustentação da fertilidade através de processos ecossistêmicos. Isto não é compatível com os interesses do agronegócio convencional, na medida em que não condiciona os produtores à compra constante de insumos e à sua dependência a redes econômicas deslocalizadas. Porém, seria compatível com os interesses de consumidores que desejassem exercer sua cidadania e organizar-se para, através da compra de alimentos, organizar Redes de Cidadania Agroalimentar, que lhes garantam alimentos de qualidade credível e que lhes permitam apoiar os produtores destes alimentos.

Ampliar a percepção dos atores sociais envolvidos, tanto nos processos produtivos quanto comerciais, para a necessidade de investir na biodiversidade, é um passo central para a valorização do modo agroecológico de produção. O avanço disto depende da sustentação da fertilidade dos agroecossistemas, da diversificação dos sistemas produtivos e do paralelo investimento em práticas comerciais que valorizem a diversificação produtiva e, por consequência a biodiversidade. A construção de Redes de Cidadania Agroalimentar, que recolocuem o alimento num local central da vida social e privada, parece ser resposta inescapável para a construção de uma agricultura verdadeiramente sustentável.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

AGUGLIA, Laura. La filiera corta: una opportunità per agricoltori e consumatori. **Agriregioneeuropa**. Ano 5, no. 17, giugno 2009.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture**. PNUMA. 1ª Ed. México (DF), 2005.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara. **Agroecología**: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica: Una contribución a las discusiones de Rio+20 sobre temas en la interface del hambre, la agricultura, y la justicia ambiental y social. SOCLA, Junio 2012.

BUCK, D.; GETZ, C; GUTHMAN, J. From farm to table: The organic vegetable commodity chain of Northern California. **Sociologia Ruralis**. V. 37, N. 1, 1997.

CARVALHO, H. M. de (org.). **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

DARWIN, C. **A origem das espécies**. Coleção Planeta Vivo. UPTec-PMAR: Leça da Palmeira/ Portugal, 2009.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. Salvador: EDUFBA: 2ª Ed., 2010.

_____. **Famine au sud, malbouffe au nord**: comment le bio peut nous sauver. Paris: NiL, 2012.

FAO/INCRA, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (s/d). **Análise diagnóstico de sistemas agrários**: guia metodológico. http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/analise-balanco-e-diagnosticos/guia_metodologico.pdf. Acesso em 12/11/2015.

GHEDINI, Olavo J. A reprodução camponesa diante de um cenário de modernização e mercantilização da agricultura no Oeste de Santa Catarina. **Dissertação de Mestrado**: Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

LUHMANN, N. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 416 p. 2010.

KNEAFSEY, M. et al. **Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU**: A State of Play of their Socio-Economic Characteristics. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.

MALUF, R. S. PREFÁCIO. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

MAZOYER, Marcel. **Protéger la paysannerie pauvre dans un contexte de mondialisation**. Roma: FAO, 2001.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. Une sp, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês re-visitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

RENTING, H; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**. v. 35, p. 393-411, 2003.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring Civic Food Networks and newly emerging forms of food citizenship. **Int. J. of Soc. of Agr. & Food**. v. 19, n. 3, 289-307, 2012.

ROSSI, A. FAVILLI, E. BRUNORI, G. Il ruolo emergente dei civic food networks nell'innovazione attorno al cibo. **Agriregionieuropa**, anno 9, n°32, Mar 2013.

SEUFERT, V.; RAMANKUTTY, N.; FOLEY, J. A. Comparing the yields of organic and conventional agriculture. **Nature**, v. 485, p. 229-32, may 2012.

SEVILLA GUZMÁN, E. WOODGATE, G. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. **Agroecología** 8 (2), 27-34, 2013.

SILICI, L. **Agroecology**: What it is and what it has to offer. London: IIED. June 2014.

TESTA, V. M.; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: (Proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996.

UNEP (United Nations Environment Programme). **Towards a Green Economy**: pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication, www.unep.org/greeneconomy, 2011.

WILKINSON, John. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.